

conjuntura brasileira

récépissé n° 43 089 com. paritaire
directeur de la publication : inscription no 59390
tréfeu roger
tiragem : 950 exemplares

assinatura **assinatura de apoio**
6 meses US\$ 10 (45f) 6 meses : US\$ 20 (100f)
1 ano US\$ 20 (90f) 1 ano : US\$ 40 (200f)

pagamento
cheque bancário ou postal
CCP 10 822 83 A paris
via aérea mais US\$ 3 (15f)
números atrasados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322
75 122 paris cedex 03
france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne
16, rue des écoles - 75005 paris
le tiers-mythe
21, rue cujas - 75 005 paris
librairie " que faire "
1, place des grottes - 1201 geneve
livraria opinião
rua nova trindade, 24-lisboa

publicações consultadas

FOLHA DE S. PAULO	DIRIGENTE INDUSTRIAL
O ESTADO DE S PAULO	Conjuntura Econômica
JORNAL DO BRASIL	DIRIGENTE RURAL
JORNAL DA TARDE	Visão
O GLOBO	EXAME
GAZETA MERCANTIL	BANAS
FOLHA DA TARDE	VEJA
TRIBUNA DA IMPRENSA	ISTOÉ
MOVIMENTO	boletins
Brasil Mulher	DIAL
O SAO PAULO	LATIN AMERICA
DE FATO	publicações latino-americanas
REPORTER	jornais operarios, estudantes,
EM TEMPO	boletins e imprensa sindical
versus	

PARA, SENÃO EU EXPLODO ANTES DA HORA!



indice

editorial	3
politica salarial	5
movimentos sociais	10
politica nacional	40

editorial

Na precipitação da crise da ditadura militar passam a ser determinantes os rombos que a classe operária e as massas vão realizando nas estruturas e mecanismos de poder ditatoriais. Dando forma concreta às suas reivindicações, exigindo através de um extraordinário movimento grevista 20% de aumento salarial e o congelamento dos preços como faz o movimento do custo de vida, a classe operária e as massas vão pondo o dedo na ferida, ampliando sua mobilização e organização, denunciando e enfraquecendo a ditadura militar.

Nesse sentido foi notável o caminho percorrido nos últimos meses. Entretanto, na efervescência política existente atualmente ainda não tem forma orgânica um projeto político que articule o conjunto do movimento popular e constitua uma alternativa da classe operária e das massas ao regime. Esta situação naturalmente cria importantes obstáculos para uma intervenção política que consolide e explore tudo que já foi conquistado pela classe operária e as massas a nível de mobilização, organização e luta contra a ditadura e que exprima claramente sua forma de conceber a luta pela conquista real das liberdades democráticas e a relação entre essa luta e o socialismo. Mas estes obstáculos não impedem que as tendências políticas comprometidas e representativas do movimento popular tenham uma intervenção política, em todos os níveis e espaços que vão sendo abertos pelo desenvolvimento da luta de classes, pela defesa e afirmação das reivindicações populares, pela garantia de sua autonomia de ação, pela construção de sua organização política independente. É nessa perspectiva que devemos enfrentar a discussão dos projetos que emanam de setores liberais e dissidentes buscando saídas para a crise da ditadura.

Entre os projetos políticos que tem sido jogados em discussão, destaca-se o da Frente Nacional de Redemocratização. Originalmente proposta pelo dissidente Magalhães Pinto, a

Frente recebeu o apoio do general Euler Bentes e em seguida do MDB. Sua pequena história já revela bem os objetivos de seus articuladores. O senador mineiro, um dos maiores banqueiros do país, notoriamente ligado ao capital imperialista, jogou na frente na perspectiva de uma composição que viabilizasse sua candidatura a presidência e a liderança de um processo de recomposição da unidade das classes dominantes. O general Bentes, também com pretensões presidencialistas e apoiado por dissidências militares que não estão restritas aos altos mandos - onde joga Magalhães - fala por si mesmo: "Eu entrei na Frente para trazer minha contribuição e a minha proposta, e a minha proposta é de evitar o perigo de confrontos pela radicalização. É a paz entre os brasileiros". Dessa forma o general deixa patente o que anunciou - ou anunciaram por ele - que vendia galinha e não tem mais que milho para oferecer. As divergências existentes entre Magalhães e Euler, posto que são distintas as bases de sustentação de um e outro dentro das classes dominantes, está muito mais na forma como cada um preve as composições necessárias a realização de um desejo comum a ambos: encontrar o leite para onde poderá desaguar tranquilamente a crise em que está submersa a ditadura. Quanto ao apoio do MDB a Frente de Redemocratização, basta ver o decalogo aprovado na Convenção do partido (pg.43), onde o objetivo manifesto é a implantação do Estado de Direito - abstração jurídica que constitui um passo atrás no próprio programa do partido que afirma a luta pela democracia. Mas a surpresa pelo lado do MDB fica por conta da imprensa com que a maioria dos autênticos se lançou no apoio a participação do partido em eleições indiretas e a Frente. Contentando-se com profissões de fé que eles entenderam como o caminho mais curto para um desfecho da crise da ditadura, esses autênticos esqueceram que no momento da Convenção dezenas de milhares de operários estavam em greve, colocando concretamente questões à serem levantadas por uma frente que tenha co

mo objetivo a derrubada da ditadura e exigindo não profissões de fé, mas manifestações concretas de apoio e solidariedade a seu movimento.

Atropelando a proposta da Frente de Redemocratização, a ditadura - finalmente - pariu as reformas. Estas não contemplam nenhuma medida de interesse popular: direito de greve, livre organização partidária, anistia. As duas únicas medidas que poderiam representar uma frágil cunha no arbitrio da ditadura, o retorno do habeas corpus e a autonomia da magistratura, ficam anuladas pelos múltiplos subterfúgios do aparelho repressivo para camuflar prisões e torturas e para fazer letra morta da autonomia da magistratura. Haja visto que o prazo de 10 dias para a comunicabilidade dos presos - isto é, para a tortura - não foi alterado. Evidentemente que as reformas não mudam em nada a natureza ditatorial do regime. O movimento popular, com suas lutas e reivindicações concretas já as enterrou antes mesmo de sua edição. Mas é esta força crescente do movimento popular que impede os liberais e dissidentes angustiados com os estreitos limites do regime de dizerem amém as reformas. Pelo contrário, o momento é propício para que os liberais e dissidentes do regime negociem com a ditadura, tentando arrancar uma ou outra reforma a mais. E é o que fazem.

O senador Franco Montoro, tomando as reformas como ponto de partida, apresenta um projeto de antecipação para este ano das eleições diretas para governadores e senadores biônicos. Esta seria a condição para que liberais e dissidentes aprovassem as reformas, abrindo uma perspectiva mais imediata - pelas eleições - para dar livre curso a algumas das divergências dentro das classes dominantes com o mérito de manter todos os dispositivos que restringem uma real participação e manifestação popular. Nesse caso, as eleições diretas seriam o simples direito às massas de escolher entre um ou outro a-

gente da burguesia. Isto pode parecer excessivo, mas não é de outra forma que poderemos considerar o mao-brismo e as velhaquices dos liberais no momento em que a classe operária e as massas ampliam suas ações de resistência e luta contra a ditadura, rompendo o cerco e fazendo seus primeiros ensaios para entrar diretamente na luta política.

Hoje, um programa para dar corpo a uma Frente que expresse as reivindicações mais sentidas das massas, tem que ter como ponto de partida as lutas, econômicas e políticas que já estão presentes no movimento real e consagrar a mobilização e organização das massas como sua base de sustentação. Concretamente:

- Direito de Greve sem nenhuma restrição (durante as greves, quando a classe operária mostrou como conquistar esse direito, as propostas mais avançadas apresentadas pela burguesia e seus ideólogos falam do reconhecimento do direito de greve desde que por motivos salariais).
- Aumento geral dos salários para todos os trabalhadores da cidade e do campo, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e controle dos artifícios usados pela burguesia para anular os aumentos de salários.
- Equiparação dos salários dos trabalhadores rurais aos salários dos trabalhadores urbanos com o pleno reconhecimento de seus direitos trabalhistas e de organização sindical.
- Distribuição da terra para os camponeses pobres e sem terra. Desmantelamento de todos os esquemas repressivos para-policiais utilizados contra os explorados e oprimidos do campo.
- Anistia Ampla e Irrestrita, desmantelamento do aparelho repressivo, julgamento e punição dos torturadores, estímulo a vigilância popular contra os abusos e violências policiais.
- Pela conquista real da liberdade de organização, manifestação e expressão para todos os explorados e oprimidos.

GREVES:

nova fase do movimento operário

Este artigo foi escrito no Brasil para Conjuntura Brasileira

As greves no ABCD surpreenderam a todos. Alguns já protestavam contra a tolerância dos operários. Outros não esperavam nada para tão cedo. A verdade é que os operários surpreenderam a todos. Perguntas surgem de todos os lados: como começaram as greves? quem as organizou? foi o Sindicato? foram espontâneas? quem está por trás de tudo isso?

O movimento grevista surgido no setor de ferramentaria da SCANIA paralisou toda a fábrica e induziu a paralisação em outras mais. Durante o período de uma semana somente em São Bernardo tinha 40.000 operários em greve. O movimento atinge Santo André, São Caetano, São Paulo e Osasco. Seguramente se estenderá ao interior e a outros estados. No ABCD o movimento grevista contou com a participação de mais de 120.000 operários. Isto fora algumas fábricas que estão entrando em greve agora. A certa altura do movimento em São Bernardo, o Sindicato não tinha pessoal para cobrir os chamados das fábricas em greve.

As reivindicações do conjunto do movimento são:

- aumento de 20%
- equiparação salarial
- nenhuma represália ou punição aos grevistas

Este programa foi comum a todas as fábricas, embora não tenha sido pré-elaborado pelos grevistas. Fruto da situação.

Não seria fácil compreender estas greves nem sua proporção se desprezásemos as anteriores experiências de lutas dos operários dentro das fábricas, nos seus bairros, vilas, etc. Estas lutas, embora pequenas, dispersas e sem nenhuma conexão entre si constituíram uma experiência fundamental para educar os operários, mostrar-lhes o caminho da organização.

Em S. Bernardo, principalmente, a importância dessas pequenas lutas no processo de educação e organização dos operários ficou evidente durante a luta pela reposição dos 34,1% (em novembro de 77). A assembléia então realizada com 5.000 operários juntou aquilo que estava disperso e demonstrou a todos os operários das respectivas fábricas que eles não lutavam sozinhos. E esta verdade foi comprovada agora. A greve iniciada na SCANIA atingiu imediatamente as outras fábricas mesmo sem haver uma relação orgânica ou um comitê grevista inter-fábricas. Sujeitos à mesma exploração e opressão, os operários só poderiam responder da mesma forma e amplamente.

as experiências anteriores

As greves atuais tem seu embrião de organização nas inúmeras lutas anteriores travadas de forma isolada no interior das fábricas. Foram nessas experiências que os operários conseguiram se educar, acreditar na sua união e em sua luta e construir um mínimo de organização. A extensão da greve, a rapidez e o número abundante de operários parados são uma demonstração evidente de que o movimento foi preparado e baseado nas experiências e lutas anteriores. A educação das massas, embora impercep-

tível no dia-a-dia e enquanto perdura o movimento operário disperso e desorganizado, revela-se de maneira surpreendente nos momentos de luta mais intensa.

A prova mais cabal da relação das experiências anteriores e as greves atuais é a forma de organização que estas assumem.

Ainda que as greves tenham sido organizadas por grupos de operários, na hora de discutir com os patrões esses mesmos operários recusaram formar uma comissão. Eles sabiam que os elementos dessa comissão seriam os primeiros a serem despedidos, reprimidos e punidos. Por isso indicaram o Sindicato como mediador, papel que o Sindicato desempenhou sem a mesma combatividade das bases. Esta forma nova de greve - todos parados dentro da fábrica - é fruto justamente das experiências e do aprendizado da classe operária nesses anos de severa repressão.

A característica destacável nas greves atuais é a idéia de que todos devem parar, permanecendo dentro das fábricas, sem tomá-las, sem violências. Se os operários em greve ficassem em suas casas, seguramente ocorreriam muitos furos. O estar parado, mas dentro da fábrica, reflete a necessidade da liderança de que todos participem, intensifica a luta ideológica-política entre os operários e demonstra um elevado grau de consciência das forças e das debilidades do movimento operário nesse momento. As experiências em situação de opressão e repressão levam os operários a elaborarem na prática novas formas de ação e organização.

o papel do sindicato

Não foi, portanto, o Sindicato quem patrocinou estas greves. Elas foram obra dos próprios operários. O Sindicato cumpriu simplesmente o papel de representante do movimento grevista. Em certo sentido ele substituiu as comissões internas de fábrica. Os organizadores das greves só delegaram este poder à diretoria do sindicato porque eles ainda não dispõem de força suficiente para garantir a negociação e a imunidade dos participantes. O acordo obtido pelo Sindicato não correspondeu às reivindicações nem à força do movimento grevista.

A atuação do Sindicato durante as greves produziu um duplo resultado: frente aos patrões e setores médios o Sindicato saiu fortalecido. Os setores médios, por ex., o veem como um Sindicato combativo, expressão de uma verdadeira liderança sindical, etc. Enquanto que os patrões o veem como um Sindicato maduro, responsável, consciente, ou seja, o interlocutor ideal...pois o acordo conseguido pelo Sindicato, em São Bernardo, em muito pouco reflete a força e a combatividade do movimento grevista.

O outro resultado, bastante negativo para o Sindicato, foi o desgaste junto aos operários, pois estes, em muitos casos, estavam dispostos a seguir em greve para obter um acordo melhor. Mas o Sindicato desaconselhou alegando que o acordo já era uma grande vitória e que ele não assumia nenhuma responsabilidade se as fábricas adotassem represálias (e por aí vai a coisa... se não falo mais é para não provocar minha úlcera).

movimento espontâneo?

Foi comum nas mais distintas análises sobre as greves atuais a seguinte afirmação: "As greves foram espontâneas, fruto da imensa miséria dos trabalhadores..." Muitos tem confundido movimento espontâneo com movimento desorganizado. Mais ainda. Não são poucos os que pensam que o movimento grevista é fruto da situação geral do país e não veem nenhuma conexão entre ele e as lutas anteriores da classe operária. Ora, se o movimento é resultado da situação geral e carece de organização, por que ele ocorreu somente hoje e não antes? Não há dúvida de que a crise política e e-



conômica vivida pelo país favorece o movimento operário. Possibilita que ele se expresse sem repressão policial, pelo menos até agora. No entanto, todos sabem que dentro das fábricas não existe a liberdade desfrutada por alguns setores sociais. Portanto, a greve operária é uma conquista real do movimento e não algo permitido graças somente a situação geral de crise. O governo só não interviu militarmente nas fábricas, apesar dos apelos de alguns empresários, pela terrível situação de isolamento e desgaste que sofre atualmente. Força para reprimir ele tem e ninguém ignora isso. Se os operários não tivessem consciência da força da sua união e não estivessem minimamente organizados as greves seriam irrealizáveis. No presente momento, de forte repressão nas fábricas, é impossível fazer greve sem organização e consenso.

O sentido espontâneo do movimento não está em sua falta de organização, pois ele foi um movimento localmente organizado. Não se pode confundir movimento espontâneo com ausência de organização. Os operários não se apresentaram com uma comissão diante dos patrões para preservar o movimento, garantir seus líderes e assegurar a continuidade da luta. Isto, antes de indicar uma falta de organização, demonstra justamente a consciência da importância da organização. O movimento operário não tem ainda força suficiente para garantir a existência de comissões abertas, mas isso será sem dúvida um passo a ser dado pelo movimento.

O sentido espontâneo do movimento está no conteúdo das reivindicações Estas limitam-se a melhores salários e condições de trabalho. As greves apresentam, portanto, como reivindicação, um caráter defensivo, econômico, o que é muito restrito diante das necessidades da classe operária. No entanto, não há porque se assustar com isso. Somente agora, depois de muitos anos, a classe operária começa a utilizar uma de suas principais formas de luta: a greve. A limitação das reivindicações às questões econômicas não é sintoma de "espontaneísmo" ou estreiteza política das lideranças, ou ainda falta de consciência do conjunto do movimento. Estas greves representam para a classe operária um teste e um ensaio. A predominância do econômico faz parte do pensamento de que restringindo-se à luta por salários, diminui-se a possibilidade de uma repressão violenta. O movimento não quer, de forma alguma, por a perder os avanços conseguidos até hoje.

a ausência de direção política

As organizações de esquerda existentes mostraram-se durante as greves sem condições suficientes para corresponder às necessidades e às tarefas de agitação e organização criadas pelo movimento. Há tempos a ação espontânea das massas passou à frente das organizações e partidos políticos existentes.

Na ausência de uma direção política revolucionária o movimento operário ve limitada sua potencialidade. Tal ausência é a maior debilidade do movimento operários atualmente. Enquanto o movimento espontâneo da classe operária não se unir com o movimento socialista, não vincular suas reivindicações e lutas imediatas com sua missão histórica, este será um movimento fraco e limitado aos marcos do sistema.

O que se reivindica como liberdade política para a classe operária é seu direito de exercer sua política revolucionária, seu direito de conquistar o poder - e só o Partido Revolucionário pode assegurar esse direito e viabilizar esta conquista. Alguns líderes sindicais, muito prestigiados atualmente, pensam que defender os interesses da classe operária é defender o seu direito de fazer política burguesa. Acham que para mudar a situação da classe operária bastariam um aumento geral de salários e algumas modificações na CLT. Nos limites da política burguesa, po

lítica economicista, estreita, a classe operária jamais conseguirá sua emancipação definitiva e jamais se projetará como classe de vanguarda. Sem uma direção política revolucionária, sem integração dos seus interesses imediatos com seus interesses de classe revolucionária, as ações espontâneas das massas não ultrapassarão os limites do atual regime. Sem a unificação das lutas operárias com o movimento socialista através de um Partido Revolucionário, a luta pelas liberdades democráticas não passará de uma reconstituição da unidade quebrada no seio das classes dominantes.

O movimento grevista contribui em muito para a construção de um movimento socialista revolucionário, mas esta construção não depende exclusivamente do movimento operário.

As greves não estão desprovidas de conteúdo político, pois este não se limita somente ao programa de reivindicações e à consciência dos grevistas. O caráter político das greves advem da situação política mais geral do país e da política que a ditadura militar vem impondo à classe operária. Se tivermos em mente que a razão principal do movimento golpista de 64 foi desarticular e destruir o movimento operário e impor uma política de super-exploração ao trabalhador, veremos que o movimento grevista contesta frontalmente esta política, embora não explicitamente aberta - mente ainda em seu programa seu caráter anti-ditatorial. Mais que o programa escrito está a própria ação das massas contestando uma política econômica exploradora e jogando por terra uma lei anti-operária que é a lei de greve (4.330).

É também pelo ângulo político que percebemos a maior vitória do movimento, já que no econômico os acordos obtidos não resolvem os problemas dos operários. A lei de arrocho salarial começou apenas a ser combatida. Infelizmente, esta política governamental tem ainda mil maneiras de enganar e seguir super-explorando o trabalhador.

A verdadeira vitória do movimento está no fato de que os operários passam a acreditar em suas lutas coletivas e em sua própria organização. A classe operária descobre através de sua própria experiência o peso de sua força política. Todo operário passa a compreender que é necessário unir, que é necessário estar organizado. As tarefas do movimento foram colocadas para todos pela própria necessidade da luta.

A existência das greves revoluciona a mentalidade dos operários e abre um momento novo para o movimento. Aquele trabalho lento, molecular, cede lugar a um trabalho intenso e vigoroso. A dispersão cede lugar à organização; a desconfiança individual cede lugar à confiança no conjunto. A classe operária vive e inaugura o momento para a descoberta de seu destino histórico, para a consciência de sua força social. Só saindo do reduzido espaço a que foi submetida e quebrando seu isolamento é que a classe operária poderá lançar-se no caminho de sua emancipação e dos demais setores oprimidos. Esta é a fase nova que se inaugura. Fase de conhecer a si mesma, de perceber seus interesses mais amplos, de construir suas organizações. Este o grande momento que se abre para o movimento operário novo.

nota: O fato que nenhum jornal publicou foi a atitude pouco combativa do Sindicato, apesar da verborrêia de seus líderes. Em muitas fábricas os operários estavam dispostos a seguirem parados para obter um acordo melhor e o Sindicato recomendou justamente o contrário. Em alguns casos gente do Sindicato teve a coragem de dizer que os operários não poderiam ser porralocas, irresponsáveis e que seriam tudo isso se seguissem parados. Este fato deve ser denunciado, pois a imprensa e a pequena burguesia e até mesmo pessoas de esquerda (vide análise do Em Tempo nº 16) se inclinaram diante da "atitude combativa do sindicato".

FOLHA DE S. PAULO

Sindicatos acham novo mínimo irrisório

O novo salário mínimo divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho, foi considerado irrisório por dirigentes de vários sindicatos paulistas. Para eles, os Cr\$ 1.560 está muito longe de atender às necessidades básicas do trabalhador e não irá contribuir em nada para a recuperação de seu poder aquisitivo, perdido ao longo dos anos em decorrência da política salarial do Governo. O fato do índice ser 2% mais elevado que o concedido, no mês passado, a diversas categorias profissionais foi entendido apenas como uma jogada política, que não conseguirá sensibilizar os trabalhadores.

Segundo estudos elaborados pelo Dieese — Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos — somente a despesa com alimentação, para uma família de quatro

TRIBUNA METALÚRGICA JUNHO DE 1978

pessoas, fica por volta de Cr\$ 2.036,25. Baseado neste levantamento é que Augusto Lopes, presidente do órgão e secretário da Federação dos Trabalhadores Químicos-Farmacêuticos, defende a elevação substancial do salário.

“Segundo nossos estudos, o salário mínimo deveria ser de Cr\$ 4.233,37. Ai sim, estaríamos obedecendo a Constituição, onde está claramente expresso que o salário mínimo deve atender às necessidades básicas do trabalhador. Com pouco mais de Cr\$ 1.500,00 ele não pode enfrentar nem metade de suas despesas. Como consequência temos a subnutrição, a proliferação das doenças e o aparecimento das favelas. Ao mesmo tempo, verificamos um distanciamento cada vez maior en-

tre os trabalhadores e os que estão no cimo da pirâmide. Isto não é bom nem para o próprio trabalhador nem para o País”.

Para Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, o índice concedido é simplesmente irrisório e não vai solucionar os problemas do trabalhador que “não está vivendo e sim, vegetando”. Já para Antonio Albertini, 1.º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, a perda do poder aquisitivo do trabalhador só seria recuperada com uma elevação de, no mínimo, 100% e de um controle efetivo no preço dos gêneros de primeira necessidade.

“Os 41% concedidos pelo Governo está longe de atender às reais necessidades dos trabalhadores e de evitar a queda do poder aquisitivo

verificada no decorrer dos últimos 14 anos e agravada em 1973, quando os índices foram manipulados, explicou Francisco Teixeira, presidente do Sindicato dos Bancários. No nosso setor, em 1973, esta perda foi de 23,9%. Como consequência, vemos que o trabalhador não está participando do desenvolvimento nacional e do lucro das empresas. Para se ter uma idéia da desvalorização do salário, basta dizer que em 1959 o assalariado precisava trabalhar 65h 5 para garantir sua ração essencial. Em 1977, o tempo necessário passou a ser de 141h40, mais de duas vezes do que em 1959. Com este salário mínimo o trabalhador não tem acesso a uma boa alimentação, moradia, estudos, diversão, serviços de saúde. E não podemos nos esquecer que estes fatores também fazem parte dos direitos humanos”. 29-4-78

O Salário da morte

O salário mínimo de hoje é menor do que era em 1940, quando foi instituído, no que refere ao seu poder de compra. Isto é, com o mínimo de hoje se compra muito menos coisas do que, com essa mesma remuneração, se comprava naquela época. E a queda do seu valor real acentuou-se a partir de 1963, a tal ponto que, para voltar ao que era em 1940, precisaria ser aumentado este ano em 117,06%.

Essa é a primeira conclusão a que chegou o DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos —, no estudo realizado sobre a matéria. Baseou-se o DIEESE em dados sobre a elevação de custo de vida, na produtividade nacional e nas leis que estabelecem a quantidade mínima de alimentos que as pessoas devem consumir para sobreviver. Dessa forma, o salário mínimo deste ano deveria ser de Cr\$ 2.401,53, e não o que foi decretado.

PRODUTIVIDADE

Se o salário mínimo cresceu como rabo de cavalo (só

prá baixo), em compensação a produtividade nacional vem apresentando, nestes últimos anos, surpreendente crescimento vertical. Assim, enquanto o salário mínimo decaiu do índice 89,62% em 1963 para o índice 48,53% em março do ano em curso, o Produto Interno Bruto (produtividade) cresceu de 211,23% naquele ano para 418,51 hoje.

Por aí se verifica logo uma grande contradição do regime político: crescimento vertiginoso da produção e, consequentemente, aumento desenfreado da exploração da nossa força de trabalho, de um lado; de outro, decréscimo, igualmente vertiginoso, dos salários. Da mesma forma, a taxa de mortalidade infantil, que reflete a situação alimentar das populações, indicando se elas comem bem ou passam fome, cresceu em razão direta da redução dos salários. Assim, depois de decrescer bastante até 1964, experimentou novo crescimento, passando de 69% no ano referido para 94,38% em 1974, pior época da vida brasileira,

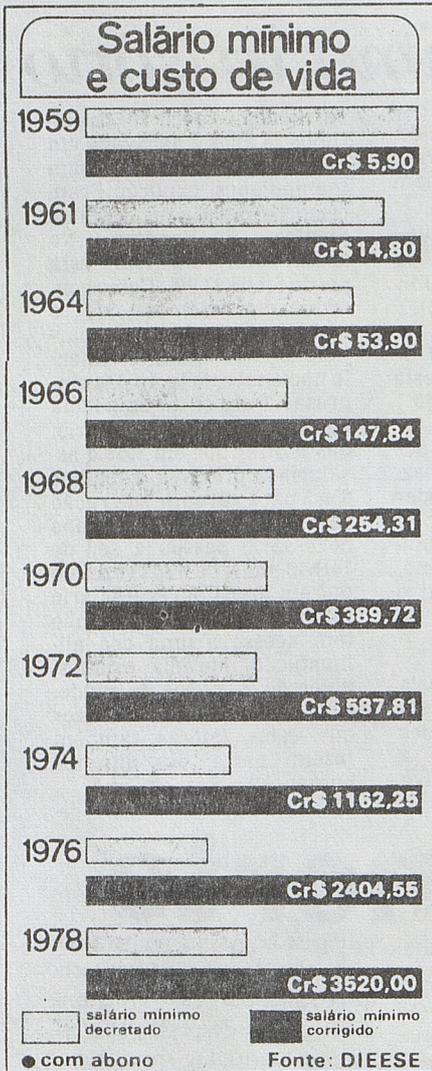
com os salários mais arrochados e maior repressão aos sindicatos. A partir daí, a taxa de mortalidade infantil oscilou algumas vezes, apresentando seu menor índice em 1977: 70,68%. Exatamente porque neste ano o salário mínimo foi elevado um pouco além dos anos anteriores, com um percentual beirando aos 50%.

EUA: O MÍNIMO DELES E O NOSSO

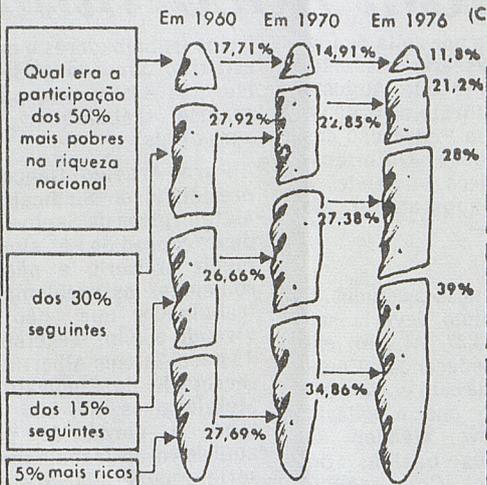
Nos Estados Unidos da América do Norte o salário mínimo hoje vigente corresponde, na conversão para nossa moeda, a Cr\$ 10.713,42. E nós não estaríamos longe dessa importância, se todas as despesas de uma família média (o casal e dois filhos) fossem levadas em conta para efeito da decretação do salário mínimo. Pelo estudo do DIEESE, por exemplo, o custo de uma ração mínima (ração essa prevista em lei e baseada em estudos científicos a respeito da necessidade do organismo humano) está orçado hoje em Cr\$ 678,75

por pessoa. Assim, só para comer, essa família necessitaria de Cr\$ 2.036,25. Incluindo-se outras despesas (habitação, vestuário, higiene e transporte), essa mesma família precisaria de um rendimento de Cr\$ 4.233,37, segundo cálculos do DIEESE. Mas, com esse salário daria para ela viver ainda muito mal, sem poder viajar, divertir-se, ter gastos extras além dos rotineiros. E aqui entra o problema mais sério gerado pelo regime político em vigor: a produtividade do trabalhador, esse Produto Nacional Bruto (PIB), com o qual o governo mede o progresso econômico do país, não beneficia socialmente o povo. Vale dizer que não participamos do resultado do nosso trabalho. Se nos dessem uma participação nesse PIB, na proporção do que produzimos e de forma que nosso salário nunca ficasse abaixo do custo de vida, o salário mínimo hoje deveria ser de Cr\$ 10.051,12. Estaríamos bem próximos, então, do trabalhador dos Estados Unidos, onde o custo de vida não sobe tanto quanto aqui.

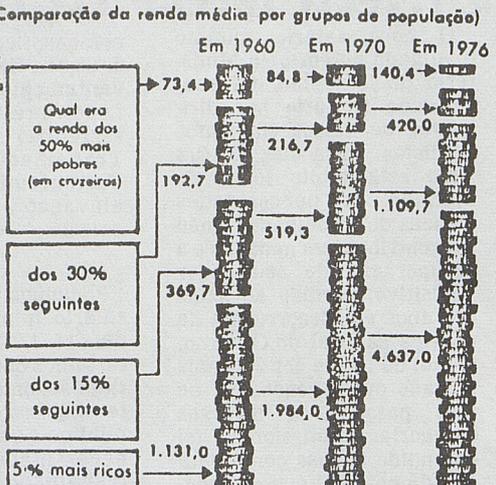
VEJA, 10 DE MAIO, 1978



MOVIMENTO 12/6/78 A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA NO BRASIL DE 1960 A 1976



AS MIGALHAS DOS POBRES E OS MILHÕES DOS RICOS



Obs: Os dados se referem à população economicamente ativa. Fonte: Para os anos de 1960 a 1970 — Carlos Geraldo Langens, "Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil", 1973 — Ed. Expressão e Cultura. Dados referentes ao censo demográfico de 1960 e 1970. Para o ano de 1976 — Calculados com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por domicílio realizada pelo IBGE em 1976. Os dados de renda de 1976 incluem os pagamentos em espécie e serviços. A parte em dinheiro corresponde ao rendimento de mês de outubro. Inclui também as partes de renda referentes a mais de 12 salários e a participação de lucros das empresas paga ao empregado, aluguel, aposentadorias, etc.

QUANTO GANHA O TRABALHADOR POR HORA

Alemanha	Cr\$ 148,00
Suécia	Cr\$ 144,00
Estados Unidos	Cr\$ 124,00
França	Cr\$ 88,00
Itália	Cr\$ 88,00
Japão	Cr\$ 80,00
Inglaterra	Cr\$ 64,00
Brasil	
Salário Mínimo	Cr\$ 5,80
Salário/profissional especializado	Cr\$ 32,00

BOLETIM DO MOVIMENTO CONTRA O CUSTO DE VIDA - JUNHO 1978

VEJA 19 DE ABRIL 1978

O funil salarial

(assalariados cadastrados no PIS, em 1974)

Faixa de salário mínimo	Número de trabalhadores (milhões)	% do total de trabalhadores	Participação na folha salarial (Cr\$ bilhões)
Até 2	5,5	57	19,6
2 a 14	3,9	40,5	57,7
14 a 30	0,2	2	13,9
mais de 30	0,04	0,5	9,7
TOTAL	9,64	100,0	100,9

TRIBUNA METALURGICA - SAO BERNARDO DO CAMPO, JUNHO DE 1978

Nosso salário e os lucros

Em 1976, os lucros de algumas empresas automobilísticas cresceram muito mais do que nossos salários. Observem os companheiros: falamos em crescimento dos lucros e não em obtenção pura e simples de rendimentos. Assim, o crescimento da Volkswagen foi de 30,8%; da Mercedes Benz, 75,5%; da Saad Scania, 66,7%. A Ford Brasil publicou seu balanço com atraso e cheio de alterações contábeis, de forma que o DIEESE não teve ainda condições de analisá-lo. Mas, no período de 72/74 (época de dura repressão contra os trabalhadores) os lucros dela chegaram a 900%.

As mesmas empresas citadas, no período de 72/77 obtiveram lucros de 160%, 231,5% e 231,1%, respectivamente. Em 1977, os lucros sobre capital foram estes: Volks, 52,1%; Mercedes Benz, 113,5%; e Scania, 48%. Ao mesmo tempo, nossos salários continuavam (e ainda continuam) sendo comprimidos pela política salarial de arrocho,

inaugurada em 1965. Neste ano de 1978, para repor o poder de compra dos salários de 1965, o reajuste deveria ter sido, no mínimo, de 69%, conforme estudo do DIEESE. Vieram só 39%. Em contrapartida, a produtividade que demos às empresas foi bastante elevada. Se parte dela fosse aplicada em nosso salário, nosso reajuste este ano deveria ser de 239%.

ISTOE 31/05/1978

Salário, um dos custos

O peso dos salários. Os últimos dados sobre a estrutura de custos do setor industrial, feita pelo IBGE, são muito indicativos. Em primeiro lugar, mostram que os salários não representam um custo excessivo para as indústrias. Vale ainda observar que a estrutura de custos do IBGE foi elaborada sobre os resultados do censo industrial de 1970, o que significa que, de lá para cá, o peso relativo dos salários diminuiu (conseqüência da política de arrocho), enquanto aumentaram substancialmente outros custos, como o de insumos importados (graças ao depósito sobre as importações), para não falar dos financeiros (graças à dispa-

rada dos juros).

E mais: se as empresas concedessem aumento de 20% aos trabalhadores, seus custos (na folha de salários) não subiriam mais que 1,6% no setor automobilístico, 1,9% no de borracha ou 2,2% no de ônibus e caminhões.

AMAMV

Estrutura de insumos no setor industrial

Setores	1970 (Em porcentagem)	
	Salários	Encargos sociais
Material elétrico	15,7	4,7
Equip. eletrônicos	14,3	3,8
Equip. comunicações	13,2	3,6
Automóveis	8,2	2,5
Ônibus e caminhões	10,9	2,9
Autopeças	16,8	5,0
Borracha	9,3	2,5
Fiação/tecelagem artificiais	12,4	3,5
Fiação/tecelagem fios naturais	16,1	4,8
Outros têxteis	14,5	3,9
Vestuário	11,0	2,7
Calçados	17,1	4,2
Metalurgia de não-ferrosos	8,9	2,6
Máquinas industriais	23,9	6,4

Fonte: Matriz de Relações Interindustriais/1970/IBGE

EM TEMPO
Nº 15

Salários X lucros

Diante da reivindicação dos operários, exigindo um aumento salarial de 20%, os diretores da Volkswagen do Brasil alegaram inicialmente que a empresa não pôde atendê-la, pois atravessa uma situação difícil e esse aumento eliminaria os lucros que esperam para 1978.

Essa lamentação, contudo, não resiste à prova dos números, que atestam o gigantismo da Volkswagen - que é uma das maiores empresas privadas do país - e seus ambiciosos planos de desenvolvimento.

Nos 8310m² de área construída das

fábricas da Volkswagen brasileira trabalham 39 mil operários, que garantem uma produção diária de 2.100 veículos. Somente em 1977, a empresa produziu 472 mil unidades, e a produção acumulada entre 1957 e março de 1978 totalizou cerca de 4.2 milhões de veículos.

Tudo isso faz da empresa principal filial estrangeira da Volkswagen. Só perde para a matriz alemã, que emprega 136 mil operários e produziu 1,6 milhão de veículos em 1977.

Os próprios balanços da Volkswagen desmentem a preocupação de

seus dirigentes quanto a influência negativa do aumento dos salários nos lucros. Ora, em 1977, a soma de todos os salários pagos pela Volks, acrescidos dos encargos sociais, representava 16,2% de suas despesas globais. Assim, um aumento salarial de 20% provocaria uma elevação de apenas 3,2% nessas despesas, ou menos ainda, se computados apenas os aumentos para o pessoal ligado diretamente à produção.

Outro indicador que a saúde dos lucros da Volks do Brasil anda bastante boa: nos quatro primeiros meses de 1978, as vendas da empresa no mercado interno aumentaram 49,5% em relação ao mesmo período do ano passado e as exportações cresceram 35,7% (O.F.).

NOTAS DO CB

Tomando-se os dados acima sobre o número de operários e a produção da Volkswagen brasileira e da matriz alemã em 1977, temos a seguinte relação:

Volks brasileira: 39.000 operários produzem 472.000 unidades ou seja, para cada operário, 12,1 unidades produzidas;

Volks alemã (matriz): 136.000 operários produzem produziram 1.600.000

unidades, ou seja, 11,7 por cada operário.

A relação entre operário/produção indica uma maior produtividade da filial brasileira da Volkswagen onde os salários são menores que na matriz alemã. Compreende-se facilmente porque os lucros fabulosos da matriz brasileira puderam compensar folgadoamente os prejuízos da matriz alemã nos 2/3 anos seguintes a "crise do petróleo".

Beagá, capital da fome

DE FATO Nº 23

Dapois de ganhar o Campeonato Nacional da Carestia - e talvez, por isso mesmo - Belo Horizonte entra galhardamente no páreo para arrebatar também o título de Capital da Fome. Se você pensa que o nordestino é, em geral, faminto e desnutrido, você está certo. Mas se além disso acha que no Brasil não existem situações piores, você está redondamente enganado.

FOLHA DE SÃO PAULO

A Codevasf é acusada de burlar leis trabalhistas

BRASILIA (Sucursal) - A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevasf) contrata trabalhadores rurais em Sergipe sem carteira assinada e sem direito a férias e a décimo-terceiro salário. A denúncia foi feita ontem pelo bispo de Propriá, Dr. José Brandão de Castro, e pelo advogado trabalhista Wellington Paixão, da mesma região, em sessão de audiência pública realizada pela Comissão Especial da Câmara para o Vale do São Francisco.

Segundo os denunciantes, a Codevasf, apesar de ter como finalidade a promoção do desenvolvimento regional, na prática adota um comportamento que resulta numa situação oposta à que beneficiaria a comunidade. Em primeiro lugar, é acusada de desobedecer as leis e remunerar o trabalhador em níveis inferiores aos do salário-mínimo. A discriminação maior recai sobre a mulher trabalhadora, que recebe por dia a remuneração de vinte cruzeiros - a metade da remuneração dada pela companhia aos homens - sem direito a descanso remunerado.

23-6-78

ALIMENTOS	Percentual Médio de ingestão	
	Região Metropolitana de B. H.	Região Nordeste
1. Calorias	103	104
2. Proteínas	191	209
3. Cálcio	82	87
4. Ferro	91	155
5. Vitaminas		
A	80	78
B ₁	124	210
B ₂	95	103
PP	207	237
C	208	244

ESTADO DE S. PAULO

desemprego

A Companhia Vale do Rio Doce já demitiu 520 trabalhadores da sua unidade de montagem de vagões em Itabira, que está sendo desativada.

A informação é do presidente do MDB de Minas Gerais, deputado Jorge Feraz, e foi confirmada pelo presidente do Sindicato Metabase, José Pieri Pereira.

Acrescentou que todos os outros operários da fábrica de vagões, cuja operação é de responsabilidade da Convap MK de Engenharia, que trabalha para a Vale sob contrato, serão dispensados até o fim deste mês, totalizando cerca de 600 demissões. Segundo Pereira, a demissão em massa provocou graves problemas sociais em Itabira, que o prefeito e o bispo D. Mário Gurgel estão tentando resolver, apelando à Vale para reconsiderar sua decisão. 14-4-78

"O desemprego, que agora

atinge números bastante expressivos, é uma das mais graves consequências da crise que o mercado imobiliário de São Paulo vem enfrentando atualmente, em razão das medidas restritivas impostas pelo governo ao setor", disse ontem o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (Secovi), Abdul Waquill.

Estudo realizado pela entidade indica que a ocupação direta de mão-de-obra, pelas empresas a ela filiadas e instaladas em São Paulo, deverá cair para 30 mil operários até o final deste ano, embora tenha chegado a 214 mil empregados em 1973, verificando-se, portanto, uma queda de 85% desde então. "Esses números são muito significativos se levarmos em conta que, há dez anos, portanto em 1968, só o município de São Paulo empregava 82 mil operários no setor, contra esses 30 mil já esperados", disse o presidente do Secovi. 4 DE MAIO DE 1978

Na Justiça o FGTS

NEREU LEME

Uma nova discussão em termo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço começou a aparecer nos últimos anos — 12 anos depois dessa legislação entrar em vigor — dividindo juristas e magistrados: está em debate o dinheiro que o assalariado optante do FGTS perde ao deixar uma firma.

Os sindicatos não estão mais se limitando a homologar as dispensas, mediante a liberação do valor depositado em uma conta vinculada ao nome do empregado. Os advogados já estão exigindo a "indenização ou fundo de garantia equivalente", ou seja, a quantia que todo trabalhador teria direito a receber, se não fosse optante, correspondente ao resultado da multiplicação de seu último salário pelo número de anos de serviço.

Apenas em São Paulo, num espaço de 30 dias, a Justiça do Trabalho recebeu no mínimo quatro casos de reclamação, exigindo a diferença entre a indenização e o FGTS. Eles representam apenas os processos que chegam ao conhecimento dos funcionários do Serviço de Distribuição dos Feitos da Justiça do Trabalho (descobertos por uma curiosidade pessoal), pois as 32 Juntas de Conciliação e Julgamento recebem diariamente de 300 a 400 reclamações, que não são separadas por tipo de pedido. Desse total, não se tem idéia do número de trabalhadores que pleiteiam a equivalência da indenização.

FOLHA DE S. PAULO

Rotatividade da mão-de-obra

Há pouco mais de um ano, a Ford demitiu de uma única vez, mais de 500 operários, que discordavam da redução do horário de trabalho e correspondente diminuição dos salários; à mesma época, a Volkswagen dispensou no decorrer do mês de março, 806 trabalhadores, dentro de um plano usual de rotatividade de mão-de-obra.

Esses são apenas dois casos ilustrativos, pois de acordo com dados levantados pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo, em estudos feitos em 74 — mas somente agora divulgados pelo Ministério do Trabalho — a taxa média global de rotatividade da mão-de-obra na indústria automobilística, naquele ano, foi de 72,16%.

Nas fábricas com até 100 trabalhadores, elevou-se a 106%, caindo para 32,38% naquelas que empregam mais de 1.200 funcionários.

No setor da indústria elétrica-eletrônica, a média global foi de 62,78%; na metalúrgica, atingiu 62,65; e na área da construção civil chegou a 177,43%, sendo que nas pequenas empresas, que têm até 100 empregados, alcançou 314,67% e superior a 50% naquelas que possuem mais de 1.200 trabalhadores.

Todas essas dispensas foram praticadas mediante a aplicação da Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

E, somente hoje é que os juristas descobriram que essa legislação vem impulsionando a rotatividade da mão-de-obra, concedendo aos empresários, quase que absoluta franquia na utilização dos seus em-

OPTAR OU NÃO

Vários empregados já chegaram inclusive a vencer a questão em primeira instância, nas Juntas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e São Bernardo do Campo.

Por enquanto, cada juiz trabalhista dá sua própria interpretação ao artigo 165, inciso XIII, da Constituição Federal. Mas, os advogados acompanham as sentenças com expectativa, esperando apenas que uma dessas ações seja decidida pelas instâncias superiores, para caracterizar a "jurisprudência", apesar de existir precedente de fundamentações vitoriosas.

Entretanto, não é apenas o problema da equivalência que vem preocupando os juristas, quando se fala em Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço.

Ela talvez seja a única lei opcional (que deveria ser aceita dependendo da vontade do freguês), que se torna praticamente obrigatória, já que nenhuma empresa admitiria um funcionário que se recusasse a optar pelo regime do FGTS. E, apesar dessa prática ser ilegal, dificilmente o empregado ou candidato ao emprego, conseguiria provar em juízo a atitude patronal, somente adotada porque lhe convém, em detrimento do assalariado.

A DEFASAGEM

Também continua sendo criticada a abertura da lei que permite ao patrão

demitir o assalariado, mesmo sem justa causa, incentivando a rotatividade da mão-de-obra.

Mas, a maior dúvida que a legislação suscita é o problema da equivalência indenizatória. É discutir se o empregado possui em sua conta vinculada, o mesmo valor que receberia pelo antigo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), caso não fosse optante do FGTS.

A lei do Fundo de Garantia instituiu a figura da demissão, mesmo sem justa causa, mediante a liberação da indenização por tempo de serviço. Só que ao invés de ser paga diretamente pela empresa, a liquidação é previamente coberta por um sistema de depósitos mensais, no valor aproximado de 1/12 do salário do empregado, em uma conta vinculada a seu nome, que poderá ser movimentada mediante a comprovação da dispensa.

E, apesar dos juros e correção monetária incidentes sobre o depósito, a lei não considerou as promoções que o funcionário poderia ter por merecimento, durante o tempo que trabalhou para a empresa. A defasagem, segundo os juristas, chega algumas vezes a mais de 70%, pois a indenização do não optante é calculada com base no último ordenado, muito superior ao seu salário inicial, mesmo com correção monetária, se ele teve alguma promoção por merecimento.

21-5-78

pregados. Tanto que o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, enviou esta semana aos ministérios do Planejamento e Interior, projeto de lei que dá nova redação e altera as normas que disciplinam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cujo principal objetivo é reduzir a rotatividade da mão-de-obra, ou dificultar a dispensa do empregado pelo empregador.

Segundo o deputado estadual pelo MDB, Almir Pazzianotto, todas essas despedidas "vêm sendo praticadas sob os olhares complacentes do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto". Disse que nesses casos o governo nada pode fazer, pois o empregador aplicou a lei do Fundo de Garantia.

Disse que com o advento da lei do Fundo de Garantia, instalou-se um poder praticamente absoluto do patrão sobre o trabalhador, com reflexos negativos nos mais variados aspectos do contrato de trabalho. Explicou que como a quantia que representará a indenização é previamente depositada mediante contribuições mensais, que são geridas pelo BNH, o empresário fica à vontade para desenvolver um plano de substituições constantes, trocando os empregados cujos salários ultrapassaram os níveis fixados pela lei da oferta e da procura, por outros que "se conformam em permanecer nessas faixas, ou voluntariamente abaixo delas, coagidos por longo período de inatividade".

Para Pazzianotto, a alta rotatividade da mão-de-obra, patrocinada pela lei, é danosa aos interesses

nacionais mais amplos e verdadeiros. Segundo ele, o trabalhador continua acorrentado por uma legislação anacrônica e tendenciosa.

"Os trabalhadores sempre foram os primeiros e quase sempre os únicos a suportar as nefastas consequências de um regime político-econômico voltado para os interesses empresariais, dos erros de planejamentos mal arquitetados e pessimamente dimensionados, de uma inflação persistente que supera os prognósticos mais pessimistas, de uma burocracia emperrada, de uma Justiça mal aparelhada, de um Ministério do Trabalho omissivo, cuja preocupação maior tem sido abafar as violências patronais, sem fiscalizá-las ou impedi-las."

Na realidade, as causas da alta rotatividade de pessoal são muitas incluindo-se entre elas a má seleção, treinamento, problemas habitacionais, de nutrição, de saúde pública e até mesmo de burla ao FGTS.

Muitas vezes, o próprio empregado fica grato por sua demissão ou até mesmo a solicita, para poder levantar o valor depositado pelo Fundo, que somado a férias proporcionais, aviso prévio, 13.º e outros encargos, aliviam pressões financeiras.

Alguns chegam a dividir o percentual de depósito sobre o Fundo, com o empregador ou o liberam do pagamento dos 10% de multa sobre o valor global da indenização. E todas essas práticas dificilmente são fiscalizadas pela Delegacia Regional do Trabalho ou ainda denunciadas pelas partes.

Indenização pelo FGTS é a metade

(...) o juiz Lyad de Almeida, da 22.ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, condenou esta semana a empresa Bloch Editores a pagar a seu funcionário Walter Guzman Cordova, o dobro do valor depositado em sua conta vinculada.

Aqui, vale citar um exemplo: em dezembro de 1977, um empregado com seis anos de casa contava em sua conta vinculada do FGTS com um saldo de 31 mil. Este mesmo funcionário, em igual período, se fosse demitido e indenizado pela antiga CLT, teria direito a receber um total de Cr\$ 97.500,00. Ou seja: sai

com um prejuízo aproximado de Cr\$ 63 mil.

No caso da Bloch o juiz decidiu pela indenização em dobro, porque o ex-funcionário tinha mais de 10 anos de casa e, embora optante do Fundo, foi demitido sem justa causa. Utilizando ainda o princípio da equivalência, obrigou a Bloch a completar a diferença entre o valor depositado e o que o funcionário teria direito se não fosse optante do FGTS.

21.5.78

A 25ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Tra-

balho, na Capital paulista, julgou carecedora de ação a reclamante Esperança de Souza Santos, que havia movido reclamação trabalhista contra o banco em que trabalhava, pleiteando o pagamento de importância correspondente à diferença dos depósitos do FGTS, recebidos por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, e da indenização a que faria jus, se não fosse optante. Isso porque, alegava a reclamante, ocorre equivalência entre ambos os institutos (o do

Fundo e o da estabilidade), nos termos da Constituição Federal.

Examinando longamente a questão, a 25ª Junta decidiu que nem o banco em que Esperança de Souza Santos trabalhava, nem o próprio BNH (gestor do Fundo) podem ser culpados por um erro de sistema. "Se a própria legislação do Fundo dá azo a essa desigualdade, é mais que evidente que eventuais lesões de direito só podem partir do próprio sistema, não concorrendo o empregador nesse desiderato.

5.6.78

VEJA, 5 DE ABRIL, 1978

Sindicatos e governo discutem FGTS

Reunião entre o coordenador geral do Instituto de Pesquisas Econô-

Argeu Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos; Augusto Lopes, presidente do DIEESE e vice presidente da Federação dos Químicos; Eduardo Luksinski, presidente da Federação dos Têxteis; Nelson Gonçalves, presidente do Sindicato dos Marceneiros; Hugo Perez, presidente da Federação dos Trabalhadores Urubanos; e Alfredo Sansoni, diretor do Sindicato dos Gráfcicos

Cerne da questão — Embora a reunião de quinta-feira passada comportasse a discussão de variadíssimos temas, ela acabou se concentrando praticamente na questão da rotatividade da mão-de-obra, para a qual o governo parece mais inclinado a contemplar remédios. No memorial entregue a Velloso, aponta-se o regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que levou ao completo desuso o antigo instituto da estabilidade, como principal responsável pela rotatividade. Assim, elevar de 10% para 100% sobre o saldo do FGTS do empregado o depósito devido pelo patrão em caso de dispensa sem justa causa foi a sugestão oferecida no documento para diminuir esse problema. "Acredito que aumentar o depósito não é o cerne da questão, mas sim determinar a causa da rotatividade", ponderou Zottmann.

Causas à parte, Barelli, pelo DIEESE, desde logo procurou demonstrar a relevância da rotatividade. Lembrou que a Emplasa, empresa paulista de planejamento — do governo e, portanto, insuspeita — concluiu, num estudo sobre zoneamento urbano, que foi de 70% a taxa de rotatividade, no período de um ano, em São Paulo. Doze estudos sobre o assunto foram entregues a Zottmann. No entanto, como o seu conteúdo não foi publicamente divulgado, mas apenas relatado sinteticamente, fica-se sem saber a que conclusões poderão induzir o governo. Boa parte dos estudos refere-se a fenômenos aferidos pelo DIEESE junto à categoria dos metalúrgicos paulistas. Um deles mostraria que a rotatividade da mão-de-obra co-

cas e Sociais (IPEA), Luis Zottman,

e seis dirigentes sindicais na sede do DIEESE.

meçou a se intensificar a partir de 1968, um ano após a instituição do FGTS, e que as dispensas de empregados apresentam picos anuais às vésperas dos reajustes salariais da categoria. Um outro resalta que as dispensas pelo empregador são a principal causa da rotatividade, pois superam em até cinco vezes, em certos casos e oportunidades, as demissões espontâneas. De outro lado, pesquisa do DIEESE junto a metalúrgicos da capital, desempregados em junho e julho do ano passado, constatou que 52% tinham permanecido apenas até onze meses no emprego, e 79% até 24 meses.

A rotatividade, por certo, é elevada. Trabalhos levando em conta números fixos de vagas pelos empregados que as ocupam num determinado período levam mesmo a resultados expressivos — médias de permanência no emprego inferiores a oito meses, como é caso de uma pesquisa referente a 1974 (veja o quadro). Investigações baseadas na relação entre desligamentos exclusivamente destinados à reposição de empregados e o volume total de emprego, como a da ABAPe, divulgada pela Secretaria do Planejamento de São Paulo (veja o quadro), embora menos chocantes, não deixam de oferecer apreciáveis indicações. As taxas de rotatividade, por exemplo, atingem mais fortemente os trabalhadores mensalistas menos bem situados na hierarquia do trabalho. E as dispensas são mais elevadas que as demissões espontâneas. Constatação corroborada, ainda, na pesquisa do Sindicato da Indústria de Autopeças (Sindipeças). Num amostra de 28 empresas do setor, a rotatividade total em 1976 foi de 34,1% — por dispensa, 20,4%, e por demissão espontânea, 13,7%. Em 1977, tais índices foram, respectivamente, de 41,1%, 27,2% e 13,9%.

De passagem pelo emprego		
O que aconteceu em cada grupo de 100 vagas/ano computadas pelo Programa de Integração Social (PIS), no Brasil, em 1974		
Setor	Trabalhadores por 100 vagas/ano	Média de permanência, em meses
Metalúrgico	155	8
Mecânico	152	8
Mobiliário	155	8
Químico	147	8
Matéria plástica	173	7
Vestuário e calçados	158	7,5
Produtos alimentares	153	8
Construção civil	229	5
Serviço de transporte	171	7
Comércio varejista	157	7,5
Total*	169	7,5

* Inclui diversos outros setores não relacionados acima.

1º DE MAIO

Pastoral do Mundo do Trabalho

Avenida Higienópolis: 890, SP Arq. São Paulo

"A ORGANIZAÇÃO SINDICAL OPERÁRIA DEVERÁ ADQUIRIR FORÇA E PRESENÇA SUFICIENTE A QUE O TRABALHADOR TEM DIREITO.

SUAS ASSOCIAÇÕES DEVERÃO TER UMA FORÇA DE FAZER VALER O DIREITO DE SUA REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO."

(Medelim)



HA 250 ANOS ATRAZ NÃO EXISTIA NENHUMA LEI QUE PROTEGIA O OPERÁRIA!

HOMENS MULHERES E CRIANÇAS TRABALHAVAM ATÉ 17 HORAS POR DIA.

A HISTÓRIA REGISTRA NAS MINAS DE CARVÃO MORTES DE OPERÁRIOS CRIANÇAS DE 10 E 12 ANOS DEVIDO AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO



EM 1886 OS OPERÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS COMEÇARAM A LUTA. MAIS DE 1 MILHÃO DE TRABALHADORES PARALIZARAM O TRABALHO

EM CHICAGO 110 MIL OPERÁRIOS ESTAVAM REUNIDOS E OS PATRÕES MANDARAM REPRIMIR A MANIFESTAÇÃO!

NOVO COMÍCIO FOI ORGANIZADO E A POLÍCIA COMEÇOU A ATIRAR CONTRA O POVO E PRENDE SETE TRABALHADORES QUE HAVIAM FALADO



O julgamento dos oito operários que ficaram conhecidos como os "Oito de Chicago", foi um grande farsa, uma mentira ensalada para condená-los

PARA OS OPERÁRIOS A MORTE DAQUELES COMPANHEIROS NÃO FOI INÚTIL A LUTA AUMENTOU COM TANTA VIGOR QUE O GOVERNO SE VIU OBRIGADO A MARCAR UM NOVO JULGAMENTO E OS OPERÁRIOS FORAM RECONHECIDOS INOCENTES!

EXIGIMOS LIBERDADE DOS COMPANHEIROS RECONHECIDA JORNADA DE 8 HORAS ROTEAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER E DO MENOR!



TRÊS ANOS DEPOIS EM 1889 OS OPERÁRIOS DE DIVERSOS PAÍSES REUNIDOS NA FRANÇA DECIDIRAM DEDICAR A DATA DO 1º DE MAIO PARA LEMBRAR OS QUE MORRERAM E MARCAR NOVAS ETAPAS DA LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

E A LUTA CONTINUA, TEMOS MUITAS COISAS AINDA PRA CONQUISTAR





PRECISAMOS DE UM SINDICATO LIVRE QUE GARANTA QUE AS DECISÕES SEJAM TOMADAS PELO TRABALHADOR, E NÃO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO!

RECONQUISTAR O DIREITO RECONHECIDO NO MUNDO TODO, QUE É O DIREITO DE GREVE.



SÃO ALGUNS DOS DIREITOS POR QUE LUTAMOS!



SENFIM COMPANHEIROS RENDER HOMENAGEM AQUELES QUE DERAM SUAS VIDAS PELA CLASSE OPERÁRIA, E ACIMA DE TUDO, CONTINUAR A LUTA PARA CONSTRUIRMOS UMA SOCIEDADE MAIS FRATERNA, ALICEÇADA NA JUSTIÇA!

"ASSIM DIZ O SENHOR: PRATICA O DIREITO E A JUSTIÇA E LIVRA O OPRIMIDO DAS MÃOS DO OPRESSOR." (Jer.22,3)

FOLHA DE S. PAULO

"Dia do Trabalhador"

Concentrações populares em São Miguel Paulista, Cangaíba, Itaquera e Vila Prala marcaram ontem o início das manifestações ligadas ao "Dia do Trabalhador" em São Paulo. A primeira foi convocada pela Pastoral Operária da região e as outras três tiveram como objetivo o lançamento do abaixo-assinado que está sendo passado pela Comissão Metropolitana do Movimento contra o Custo de Vida, reivindicando aumento salarial acima dos índices do custo de vida, abono salarial imediato e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Em São Miguel, quinhentas pessoas reuniram-se para ouvir o bispo da zona leste, dom Angélico Sândalo, e representantes da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, e assistir à encenação de uma peça teatral sobre a luta dos operários de Chicago em 1886, que deu origem ao 1.º de maio.

Segundo dom Angélico, a manifestação organizada pela Pastoral Operária foi realizada na véspera do "Dia dos Trabalhadores" para que todos possam, "ir aos sindicatos e manifestações suas no dia 1.º de maio". "É importante que os trabalhadores compareçam às manifestações do sindicato e discutam a

sua situação. Não teria sentido a Igreja ficar fazendo outras manifestações no 1.º de maio, impedindo na prática que os trabalhadores apareçam nos sindicatos ou em outras manifestações que convoquem" — disse o bispo.

Em seu discurso, ele denunciou a situação "verdadeiramente desesperadora" da população. "Em Jacuí, por exemplo, tivemos há pouco tempo uma epidemia de tifo. Aqui, na região de São Miguel, há o caso da tuberculose. Essas são doenças da fome e da miséria" — afirmou.

Em sua opinião, as respostas que o governo dá a esses problemas "não contribuem em nada". "Por exemplo, o salário mínimo de Cr\$ 1.560,00 é irrisório. É uma verdadeira afronta ao trabalhador. A resposta a esses problemas só pode vir do próprio povo. E o povo organizado que pode conseguir alguma coisa, não se pode esperar eternamente".

Por sua vez, o representante da Pastoral Operária, que também integra o movimento de oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, responsável pela chapa 3 que disputará em junho as eleições para o sindicato, defendeu um engajamento mais ativo dos trabalhadores nas atividades sindicais.

"Não adianta nada os pelegos ficarem tirando um dia de nosso trabalho por ano para não fazerem nada. A gente precisa ir aos sindicatos e expulsar os pelegos, lutando pela nossa liberdade" — afirmou.

"DIA DE LUTA"

Por sua vez, o representante da Pastoral Operária, que também lá compareceu, afirmou: "Hoje, no Brasil, os trabalhadores são obrigados a trabalhar dez, doze e até mais horas por dia, porque só o salário não dá para sobreviver. Por isso, esse 1.º de maio não pode ser um dia de festa, mas um dia de luta". Ele recordou, a seguir, a greve de Chicago, em 1886, na qual os trabalhadores conseguiram a jornada de oito horas de trabalho.

Após dizer que a inflação é alimentada "pelo dinheiro aplicado em armamentos" e "pelo dinheiro enterrado em obras grandes e desnecessárias", e não pelos aumentos salariais, ele concluiu: "O ex-ministro Delfim Neto, que quer ser ministro outra vez, disse por aí que houve um milagre brasileiro. Mas foi um milagre no papel, porque milagre mesmo quem faz é a dona de casa, com o salário que a gente recebe". 1.º de maio de 1978

"Bendita seja a Oposição Sindical"

"Essa missa dos padres representa os anseios dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, é a favor do operário, mostra a situação do trabalhador com esse salário agora de 1.500 cruzeiros, que não dá para manter a família. Trabalho há 26 anos em tecelagem e ganho a bem dizer o salário mínimo. O 1º de Maio é das comemorações mais importantes porque pode chamar a classe trabalhadora a se reunir e compreender a difícil situação de salário, de tudo."

O depoimento é do sr. Mario Pimenta, operário tecelão, presente à missa que os 14 padres da Pastoral da Cidade Industrial celebraram em homenagem ao 1º de Maio, em homenagem aos trabalhadores.

Quando a missa do 1º de Maio começou havia mais de 5 mil pessoas no descampado localizado no coração da Cidade Industrial de BH e Contagem, na Praça da Cemig, ao lado da igreja sede da Pastoral da Cidade Industrial. Na madrugada de sábado, 30 de abril, o DOPS invadiu a igreja sede da Pastoral e levou alguns impressos. O caseiro protestou contra a invasão e foi ameaçado de prisão. Eram dez policiais.

A polícia estava querendo pôr a mão na homilia e num impresso chamado *História do 1º de Maio*, que é uma história em quadrinho que termina com um convite que a Pastoral faz para a participação na missa em homenagem ao 1º de Maio. O último quadrinho da história traz um trecho bíblico: "Assim diz o senhor: praticai o direito e a justiça e livrai o oprimido das mãos do opressor".

De maneira que este é o apostolado da igreja, dos 14 padres, que por isso mesmo não se assustaram com a

presença ostensiva do DOPS no local da missa. Importante, de resto, é a opinião dos operários sobre a missa, opinião expressa durante a própria missa. Como José Moacir, por exemplo, um metalúrgico, que disse assim: "As coisas que os padres estão falando tocam no ponto de todo mundo que está aqui, toca a fundo nos problemas da gente. Achei bem melhor vir p'rá cá que ir p'ro Mineirão. A gente se confraterniza mais que lá. Eu não acho que os padres estão falando subversão. Não tem nada de subversivo nisso. É subversivo para os que não querem aceitar uma coisa assim tão bacana. Os problemas do trabalhador são esses que os padres estão falando. Acho que o ponto principal dessa missa aí, da igreja, foi unir os trabalhadores."

De que falavam os padres? O que estava escrito na homilia que coletivamente os 5 mil operários, talvez mais, leram durante a missa do 1º de Maio? Falavam de fraternidade, de fraternidade operária, de homenagem ao 1º de Maio, de *Justiça e Trabalho para Todos*, que é o lema da Campanha da Fraternidade para 1978. Portanto, falavam em saudação ao "pessoal que participa das associações de bairro", que eram chamados benditos no texto da homilia. E todos liam o que queriam ler.

A missa falou sobre essas coisas todas. "Felizes os que se reúnem em grupos de reflexão e comunidades de base", "Felizes os operários que lutam em favor dos seus colegas, na oposição sindical", estes são alguns trechos da homilia.

O compromisso cristão é com o trabalhador, com o povo, com a libertação. Portanto, a vida do trabalhador,

a vida do povo está presente numa missa. Por que deveria ser diferente? Porque não deve ser diferente é que no texto da homilia foi introduzida a Prece dos Bairros. Dezenove bairros da Cidade Industrial de BH e Contagem deram o seu recado: "Para que os salários cubram o custo de vida e nos permitam uma vida decente", era a prece do Bairro das Indústrias, habitado exclusivamente por operários. O Barreiro de Baixo, onde mora a grande maioria dos operários da Mannesmann, reclamava "para que as empresas de ônibus ofereçam condições humanas de transporte." Por causa de transporte, as representações de mais de 20 bairros da Cidade Industrial já fizeram manifestação pública no Barreiro, no fim do ano passado, e agora em maio já programaram nova concentração. A saúde, o "direito de participar", ou como quis o bairro Cabana do Pai Tomás, "Para que os sindicatos sejam livres, expressão da nossa classe e defensores de nossos direitos", tudo isto e mais a exigência da liberdade para os presos, a denúncia da subnutrição, a poluição, de tudo, enfim, do dia a dia da vida dos 350 mil operários que habitam a região, homens, mulheres e crianças, de tudo um pouco se falou nessa missa do 1º de Maio.

Era uma segunda-feira. Não era dia de missa, como se costuma dizer. Há dez anos não se tinha notícia de tanto operário junto na Cidade Industrial. A última vez foi em 1968. Durante a greve de abril, que durou de 16 a 26, 15 mil operários paralisaram o trabalho. Tiveram uma vitória quando conquistaram um abono de emergência de 10 por cento sobre os salários, fora da época de campanha, e que foi esten-

dido para todos os operários do país. Muitos prosseguiram em greve até o 1º de maio. Nesse dia, lá atrás em 1968, os trabalhadores da região fizeram uma concentração para comemorar o 1º de maio. Foi na Secretaria de Estado da

Saúde. Lá dentro havia mais de 3 mil pessoas. A polícia cercou o local, jogou bombas de gás e fez algumas prisões. Mais tarde, em outubro de 1968, começou nova greve. A PM invadiu as fábricas, os patrões fizeram listas negras de dispensa dos operários mais combativos, houve prisões e, desde aquele outubro de 1968 não se teve mais notícia na Cidade Industrial de manifestações operárias amplamente participadas.

Nesses dez anos, no entanto, ninguém cruzou os braços. A luta surda dentro da fábrica, nos bairros, prosseguiu, ano atrás de ano. De maneira que a missa do 1º de Maio não aconteceu por acaso. A Cidade Industrial cresceu, a classe operária na região mais que dobrou. Muita gente vinda do campo, operários jovens, sem experiência de luta, mas experimentado na vida, é muito esse o quadro atual, de muita gente que não sabe da existência de sindicato, de outros que acreditam que a saída é individual e vão tentar a vida como autônomo até dar com os burros n'água. Mas enquanto isso a luta prosseguia e hoje está aí formada a oposição sindical, que os padres saudaram, e com muita razão. De maneira que nesses dez anos também a igreja viveu mais, os padres aprofundaram a sua vinculação com o trabalhador. O resultado é a missa em homenagem ao 1º de maio, ao operário e às suas lutas.

Já no final da missa os padres elevaram a faixa com o lema da Campanha da Fraternidade: Trabalho e Justiça para Todos. Depois, eles fizeram três orações, "Pelos presos políticos de Itamaracá, que estão em greve de fome", pela anistia

HISTÓRIA DO PRIMEIRO DE MAIO

MAS O QUE VOCE TAVA FAZENDO DO PRIMEIRO DE MAIO DE HOJE?

VOCE SABIA QUE A USINA AQUI TEM 26 ANOS ANTIQUEMOS NA LUTA DE CADA DIA POR MELHOR SALARIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO?

DEZESTES HORAS? NÃO É MALICO E QUE TRAI QUE O CADA VIVIA!

COMO É QUE O HAMBURGUINHÃO PRA OITO HORAS?

COLHER FECHA NOS INTERESSES DE TODOS QUE NÃO FEI!

EM 1966 OS TRABALHADORES DE AQUI TOPO FERAM UM CONGRESSO E DECIDIRAM LUTAR PARA REDUZIR PARA OITO HORAS A JORNADA DE TRABALHO.

E ONDE ENTRA O PRIMEIRO DE MAIO NESTA HISTORIA?

AÍ É QUE ESTÃO TRABALHADORES AMERICANOS RESOLVERAM COMEÇAR UMA GREVE PARA EXIGIR O DIREITO AS OITO HORAS. A GREVE COMEÇOU NO DIA PRIMEIRO DE MAIO DE 1886.

TODO MUNDO NA RUA PEDINDO JUSTIÇA!

JORNADA DE OITO HORAS

JUSTIÇA PARA TODOS

EXIGIMOS NOSSOS DIREITOS

PAI PAI!

A POLÍCIA ESTABELEceu BALAS ENTRE OS TRABALHADORES!

CREIO QUE BARRA FEIADA!

QUANDO TODOS TERMINOU TAVA LÁ NO CHÃO NÃO SEI QUANTA PAIS DE FAMÍLIA MORTOS E INFERNO FURTO!

QUE CONDENAI OS OPERÁRIOS TAVAM DEMUNDO!

MAS A RESSONTO NÃO FICOU SE NISSO FESAM PARA CRISTO OITO LIBRES OPERÁRIOS TAVAM UM PROCESSO EM CHAM DE FIES! MAADARIA TRES PRA CUBRA E CINCO PRA FORÇA!

E AI A LUTA PAROU?

NÃO ELA DIMINIU MUITO, MAS AVELAS INJUSTIÇAS, OS ENFORCAMENTOS, TUDO ISSO DEIXOU TODO MUNDO MAIS REVOLTADO AINDA! OS TRABALHADORES SE REARTICULARAM.

A FOME DE JUSTIÇA DOS TRABALHADORES SE TREVU TÃO GRANDE, A LUTA SE ENVIAMU TANTO

JUSTIÇA DIREITOS 8 HORAS

QUE EM 1890 QUANTO ANOS DEPOIS, VEIO A GRANDE VITÓRIA: O CONGRESSO AMERICANO VOTOU UMA LEI QUE REDUZEU O DIA DE OITO HORAS! A LEI SAIU NO DIA PRIMEIRO DE MAIO!

O MEMBRO DA CEMIG QUEM NÃO QUERIA O CONGRESSO!

O DIA 1º DE MAIO FICOU COMO SÍMBOLO DA LUTA PELAS 8 HORAS, COMO LUTAR E HOMENAGEM AOS QUE MURRERAM LUTANDO POR NOSSOS DIREITOS! NOS NÃO PODEMOS ESQUECER ESSAS COISAS NEM TERVAR QUE NOS TOME EM ESSA FESTA!

TEMOS QUE CONTINUAR LUTANDO PELOS NOSSOS DIREITOS!

DE VEMOS NOS UNIR, NOS ORGANIZAR NAS FABRÍCAS, NOS BAIROS, NOS SINDICATOS!

SE A GENTE BOBBIA OS PATRÕES DABO MARCHA A RE NOS DIREITOS QUE JÁ CONSTATAMOS COM TANTO ESFORÇO!

ISSO NÃO PODEMOS DEIXAR A PESTE CAIR!

OLHEM NO DIA PRIMEIRO: VAI TER MISSA ESPECIAL PRAGUNTE!

MISSA EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO DE MAIO NA PRAÇA DA CEMIG AS NOVE HORAS DA MANHÃ

"ASSIM DIZ O SENHOR: PRACTICAI O DIREITO E A JUSTIÇA E LIVRAI O OPRIMIDO DAS MÃOS DO OPRESSOR!" (LEVI 19:13)

COORDENADOR PASTORAL - CIDADE INDUSTRIAL

Manifestações em São Paulo, Recife, Salvador

O 1º de maio de 78 foi recheado de surpresas. Em São Paulo, o presidente Geisel admitiu diante de dezenas de milhares de trabalhadores que os salários atuais são baixos.

No Recife, o operário subiu ao palco do Colégio Nossa Senhora do Carmo e disse para as 600 pessoas que participam das comemorações do Dia do Trabalho:

- O 1º de maio é uma das datas mais importantes para a classe operária no mundo inteiro. Mais de 100 anos de lutas, de sangue, de sofrimento. Faz 100 anos que os inimigos não dormem e procuram nos enganar com churrascos, jogos, futebol e outras chupetas.

Em vários locais do país houve assembleias promovidas por operários que sublinhavam a força da data, fundada na luta de trabalhadores de Chicago, em 1886, em defesa da jornada de oito horas de trabalho. E também houve muitas reuniões com churrascos e futebol. Dom Mauro Morelli, bispo de Santo Amaro, em São Paulo, explicou as diferenças:

- Na manifestação oficial, o que se diz é "vejam o que fizemos por vocês". Nesta aqui, organizada pelos trabalhadores, o que se diz é "vejam o que

vocês podem fazer por vocês mesmos".

Longe dos sanduíches e do chope, cerca de 2.500 pessoas, a maioria trabalhadores, reuniram-se para comemorar o 1º de maio no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no centro industrial do ABC paulista. O encontro serviu para a discussão de assuntos políticos e econômicos - o que levou à aprovação, no final, de uma proposta de recriação do Comando Geral dos Trabalhadores, entidade fechada em 64, de propostas favoráveis à anistia ampla e irrestrita e de convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana.

Dois senadores do MDB - Orestes Quércia e Franco Montoro, ambos de São Paulo - foram vaiados ao chegarem ao Sindicato. A iniciativa da vara teria sido de estudantes presentes a manifestação, mas um operário endossou o protesto afirmando, sob aplausos: "Não precisamos de deputados e senadores bem vestidos e bem nutridos que vão para o Congresso blefar como se estivessem defendendo o interesse da categoria".

Noutro grande núcleo operário de São Paulo, Osasco, onde há 10 anos ocuparam fábricas numa das mais importantes greves do país, os trabalhadores comemoram seu dia aprovando um "Mani-

ifesto do 1º de Maio Operário e Unitário". A reunião, com duas mil pessoas - talvez um terço de estudantes - foi organizada pelas oposições em 17 sindicatos e movimentos independentes de trabalhadores. O manifesto Operário Unitário diz: "Nesse 1º de Maio, dia internacional de luta dos trabalhadores, resolvemos nos unir para comemorar à nossa maneira o nosso dia. Resolvemos unir as nossas forças, sem os pelegos, sem as autoridades, sem os patrões, ou seus representantes, para levantar bem alto a nossa bandeira de classe: abaixo a exploração. Somos poucos ainda. Mas nosso gesto aponta o caminho que milhões e milhões de trabalhadores seguirão".

Foi o caminho que a Pastoral Operária do Recife seguiu. No Colégio Nossa Senhora do Carmo, seu grupo de teatro representou cenas do cotidiano dos trabalhadores. A praça da Piedade, em Salvador, também foi ocupada por trabalhadores e outras pessoas que assistiram ao Teatro Livre da Bahia apresentar a peça "O Justo Juízo ou o Julgamento de um Fazendeiro e um Trabalhador no céu". A praça tem forte tradição: ali, há muitos anos, foram enforcados alfaiates que lutaram pela liberdade na Bahia. MOVIMENTO 8-5-78

1º de maio 1978 - pela organização dos trabalhadores

No primeiro de maio de 1978 a classe operária deu mostras de que seu grau de organização e sua capacidade de mobilização cresceu significativamente. Em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, os trabalhadores comemoraram o 1º de maio e defenderam suas principais reivindicações.

Na organização das manifestações estiveram comprometido o conjunto das organizações de massa, oposições sindicais, sindicatos combativos, Movimento do Custo de Vida, sociedades de bairros, Pastoral Operária, entidades estudantis, etc...

Os trabalhadores fizeram desse dia uma jornada de luta. Agitaram suas reivindicações, propagandearam as lutas operárias e trabalharam para comprometer o maior número de companheiros nas lutas que estão sendo travadas. Desenvolveram um esforço de organização do movimento e avançaram propostas neste sentido. Como por exemplo a feita pelo sindicato dos bancários de São Paulo na manifestação unitária de Osasco para a criação de um "Comite de Luta contra o Arrocho Salarial". A idéia foi aceita por outros movimentos de oposição, e os trabalhadores deverão criar o comite brevemente, depois de uma consulta às suas bases. Ainda na manifestação de Osasco, que contou com a participação de 2500 pessoas, através do manifesto unitário do primeiro de maio, os trabalhadores denunciaram: "Nós fazemos mover as fábricas, as usinas, as empresas, e nada recebemos do que produzimos. Nós trabalhamos a terra que alimenta toda a nação e milhares de nós passa fome. Nos construímos as escolas e nossos filhos não podem estudar".

Na cidade industrial de Contagem, Belo

Horizonte, cerca de 5000 participantes ouviram as denúncias dos representantes dos bairros operários que exigem salários superiores ao custo de vida, melhores transportes e sindicatos livres.

AS REIVINDICAÇÕES

Por toda parte as reivindicações foram, no essencial as mesmas:

- aumento imediato de 20% para todos os trabalhadores;
- congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;
- contra o arrocho salarial;
- por sindicatos livres;
- anistia ampla e irrestrita.

CHURRASCOS E JOGOS NA FESTA DA DITADURA

Houveram também, como todos anos, comemorações oficiais com a ajuda de sindicatos pelegos. Este ano cinco festas foram organizadas pelo governo, das quais quatro contaram com a presença de Geisel, sendo duas no Rio Grande do Sul e as duas outras em São Paulo. Neste estado o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Alcy Nogueira, substituindo à Argeu Egidio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos foi o representante dos trabalhadores na festa realizada no Centro Esportivo e Lúdico do Trabalhador. Ainda em São Paulo, um churrasco com Geisel reuniu 1300 pessoas, das quais 800 líderes sindicais rurais.

Neste ano as realizações do governo vangloreadas nos discursos oficiais foram mais parcas do que nunca. O ditador viu-se obrigado a declarar que ele também não estava contente com o novo salário mínimo, à 1560 cruzeiros, mas que a culpa dos baixos salários era da inflação.

Alguns sindicatos não participaram das comemorações do governo nem realizaram atos nos sindicatos. Este é o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

GREVES

NA SCÂNIA

 TRIBUNA METALÚRGICA
 JUNHO DE 1978

JORNAL DA TARDE

O gerente de produção da Saab Scania chegou ontem, como sempre, às 7,30 horas, na fábrica de São Bernardo do Campo. E não entendeu o que estava acontecendo: as máquinas, paradas e silenciosas, e os operários, mestres, contra-mestres, chefes e inspetores — 2 mil empregados — conversavam apenas. Foi preciso que um dos chefes lhe explicasse:

— Estamos em greve. Queremos um aumento de 20%.

A mesma surpresa teve, até mesmo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Inácio da Silva, que só soube horas depois o que acontecia na Scania. E foi também um susto, para o diretor comercial, que fosse sua empresa a enfrentar a primeira greve não permitida pela atual lei sindical, desde 1968:

— Ninguém esperava por isso. Estou chocado — desabafou Alcides Klein, ao deixar a fábrica às 18,30 horas, depois de um dia muito agitado.

O delegado regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres resolveu investigar, pessoalmente, o problema, mas só chegou a São Bernardo às 18,30 horas e foi barrado na portaria da fábrica. Mas, afinal, conseguiu passar.

— Eu vou entrar — disse ao porteiro — sou delegado do Trabalho e quero ver o que está acontecendo aqui.

Ao chegar no imenso pavilhão da linha de montagem, encontrou, na porta, um grupo de operários: “Vocês não estão trabalhando hoje por quê?” — perguntou. Os operários disseram — “Estamos sim”. “Então é hora do cafezinho” — brincou o delegado, visivelmente preocupado.

O MINISTRO É INFORMADO

Uma das providências do delegado do Trabalho foi comunicar-se com o ministro Arnaldo Prieto. E conseguiu localizá-lo, em Porto Alegre, na delegacia do Trabalho local. Mas, apenas à noite, o ministro confirmou seu conhecimento sobre a greve de São Bernardo.

Ele contou que instruíra Vinícius Ferraz Torres para que obtivesse todas as informações que lhe facilitassem uma melhor avaliação do problema. E que voltasse a telefonar-lhe. Mas, até a noite de ontem, isso não havia acontecido, e Prieto não se considerou em condições de dar sua posição oficial a respeito da paralisação da Scania.

As reuniões começaram logo cedo. As 9 horas, chegou o diretor da Divisão do Trabalho — órgão do Ministério do Trabalho, em São Bernardo — Guaracy Horta. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lula, foi avisado logo em seguida, mas recusou-se a ir à fábrica, porque ele queria conversar com a direção da empresa na sede do sindicato. Depois de muita discussão ficou decidido que a reunião seria no hotel Holliday Inn, um local neutro.

Nessa reunião, da qual participaram Inge Walter Lunerdal, diretor de relações Industriais, pela Scania; Luiz Inácio da Silva, pelo Sindicato dos Metalúrgicos; Mauro Marcondes e Antonio Cursino de Alcântara, pelo Sindicato da Indústria Automobilística (Sinfavea); a direção da empresa teria proposto que Lula ordenasse, aos trabalhadores, o retorno ao trabalho. O que Lula não aceitou “porque o sindicato apóia o movimento dos trabalhadores”.

SEM COMENTÁRIOS

Os operários, entrevistados à saída da fábrica pouco falaram. Eles pediram para não serem fotografados de perto, temiam represálias por parte da empresa. Recusaram-se, inclusive, a falar à televisão. “Por enquanto, não temos nada a falar. Decidimos parar porque não vemos outra forma de conseguir o aumento de salário que reivindicamos” — disse um deles, que também recusou a se identificar.

Segundo alguns operários, o movimento começou há cerca de dois meses, por ocasião da campanha salarial. Eles pediram à empresa que não descontasse do reajuste de 39%, decretado pelo governo, a antecipação salarial de 15% concedida em novembro. Ao receber o pagamento, no último dia dez, constataram que não foram atendidos. “Começou então o cochicho entre os operários, vamos parar amanhã, vamos parar, ninguém deve trabalhar. A gente comparece, marca o cartão, mas não trabalha.”

Essa mensagem foi passada de boca em boca e atendida: todos compareceram, mas não trabalharam, inclusive os 400 e poucos operários da produção de motores, que iniciaram a jornada às 20 horas.

Para o Sindicato dos Metalúrgicos, que nega categoricamente ter orientado os operários da Scania para paralisar as atividades, a greve iniciada ontem, bem como as paralisações-relâmpago em diversas seções da Ford, desde segunda-feira, traduz o descontentamento dos trabalhadores pelo reajuste de 39%, decretado pelo governo, em abril.

REUNIÕES

Depois de ver frustradas as ordens de início dos trabalhos, feitas sistematicamente, a cada meia hora, pelo gerente de produção, mas recusada tanto pelos operários como pelos seus chefes, a direção da Scania reuniu-se, mais uma vez, às 16h30, com o delegado do Trabalho. Uma hora depois, Vinícius Ferraz Torres deixava a fábrica, passando direto pelos repórteres que esperavam na porta da fábrica. Ainda, na fábrica, convocou Luiz Inácio para um terceira reunião na Delegacia do Trabalho, desta vez com representantes do Sinfavea, e da diretoria da empresa.

Nessa reunião, ficou decidido que se o movimento grevista prosseguir até segunda-feira, o sindicato deverá convocar assembleia geral extraordinária para o exame da questão e tentar uma nova fórmula de solução.

O delegado Vinícius Ferraz Torres afastou a hipótese de uma intervenção “à manu militari”, como ocorreu na greve de Osasco, em 68, e manifestou sua convicção de que se chegará a um acordo pelas vias legais. Esclareceu, ainda, que se o movimento persistir e, na eventual assembleia de segunda-feira, nada for decidido, “a DRT examinará o caso à luz do Direito”. Disse também que a empresa assegurou que não adotará qualquer medida punitiva contra os trabalhadores.

Para alguns operários, a paralisação não terá efeitos mais sérios para a fábrica, que enfrenta atualmente uma crise no mercado de caminhões, especialmente os pesados, pois a greve começou na sexta-feira: “Mas não importa, vamos deixá-los preocupados durante o fim de semana” — disse um operário, referindo-se à diretoria da empresa.

A direção da Scania, por sua vez, nada quis declarar. Seu gerente de comunicações, Richard Speyer, ditou aos repórteres: “Por orientação superior, a direção da Saab Scania não comentou o assunto.” Ele não revelou, porém, de quem partiu a orientação.

13-5-78
(Waldir dos Santos, da Sucursal do ABC.)

(...) foi na Scania que ocorreram os casos mais graves e lamentáveis de represálias. A empresa montou um forte esquema repressivo, e não vacilou em nenhum momento em usar os chefes e técnicos para coagir psicologicamente os trabalhadores, numa tentativa (que se revelou inútil) de quebrar a unidade do movimento. A execução do plano começou com o desligamento de todos os meios de comunicação interna e o estabelecimento de uma rígida vigilância pelos corretores e junto aos sanitários. Com isso a empresa procurava intimidar os trabalhadores, privando-os de se contatarem entre si.

Quando as máquinas estavam totalmente silenciadas, no segundo dia da greve, a Scania se mostrou propensa a negociar com o Sindicato. Nossos diretores lá estiveram e, após demorada entrevista, constataram a intenção dela de atender boa parte das reivindicações. Comunicada essa possibilidade aos trabalhadores, em assembleia no restaurante da fábrica, ficou decidido o retorno ao trabalho mediante a condição de que a firma desse uma proposta concreta às reivindicações no dia 19 seguinte. Os trabalhadores acatavam o apelo imbuídos de boa fé, creditando confiança na palavra da Scania. Mas sua palavra, posteriormente, revelou-se de pouco valor: ofereceu um percentual de aumento insignificante, bastante inferior à proposta inicial: 6,5% e ainda distribuídos pelas faixas salariais.

Evidente que esse aumento não agradaria os trabalhadores. E as paralisações novamente se sucediam. A empresa, então, tirou sua máscara de boazinha, iniciando a onda de represálias e coações. Vários trabalhadores foram ameaçados de dispensa com justa causa; outros eram psicologicamente coagidos a desligar-se da luta.

Ford E MERCEDES

Assembléias nas fábricas

Às 7 horas de terça-feira, os operários da Scania começaram a se reunir para a assembléia, a primeira que se realizou numa fábrica com centenas de operários - 1.600 - gritando à vontade. Estava lá o pessoal que não havia trabalhado à noite e os que chegavam para não trabalhar a partir das 7. O restaurante foi pequeno, a assembléia deslocou-se para um corredor nos fundos da fábrica.

O sindicato era representado por Lula, pelo vice-presidente Rubem Arruda e pelos diretores que também trabalham na Scania. A fábrica mandou como representante o discreto chefe do pessoal e uma taquígrafa que anotaria tudo o que se disse.

De megafone na mão, os operários expunham suas reivindicações, mais tarde, comentaria:

- Parecia o filme "A classe operária vai ao paraíso".

O presidente do sindicato explicou que apoiava a manifestação, que a empresa se recusava a negociar enquanto durasse a greve e sugeriu que os operários voltassem ao trabalho. "Uma trégua", segundo o vice-presidente Arruda. Durante a trégua, que duraria até as 15 horas de sexta-feira, a empresa decidiria se concederia os 20% de aumento, não descontaria os dias de greve nem perseguiria os grevistas. A assembléia debateu, operários pegaram o megafone para apoiar ou rebater a trégua. Um grupo passou a exigir que o chefe do pessoal explicasse logo as alegações da Scania. Incomodado, sem saber o que dizer, o burocrata foi salvo por Lula, que pediu aos operários para não exigirem declarações de quem não queria falar, logo eles que lutam por democracia. No final, segundo os cálculos de um diretor do sindicato, a assembléia, aprovou a trégua de três dias, 20% de votos contrários.

Ford parou. Desde a segunda-feira anterior, os funcionários da Ford estavam fazendo pequenas paralisações de 20-30 minutos.

- A Ford é a firma que está vendendo mais carro. Tem capacidade de dar um salário melhor e não dá. A turma magoa com isso.

As pequenas paralisações forjaram a criação de comissões para conversar com as chefias de seção. Daí o assunto passou à diretoria, que prometeu comparar os salários da Ford com os de outras indústrias e, depois da pesquisa, ofereceu um aumento de 5%. As comissões recusaram. No dia 16, animados com a "força" da Scania, 9.000 operários da Ford pararam. Apenas a fábrica de tratores continuou trabalhando.

Um operário desta empresa disse a Movimento que eles se reuniam nos ônibus, no banheiro, no restaurante para conversar sobre as paralisações. Os operários vão várias vezes ao banheiro e usam esse tempo, além dos objetivos reais, em conversas sobre o aumento do ônibus que os leva à fábrica (de Cr\$ 80 para 150), o desconto pela assistência médica; a falta de médico; a falta de médico no turno da noite; a comida ruim, e os salários que consideram muito baixos numa empresa tão poderosa. Os operários, mesmo antes de receberem o envelope de pagamento, já sabiam que também a Ford descontaria os 15% dados como antecipação.

"Vai acabar em guerra"

Um operário da Ford:

Depois do almoço, quando eu cheguei na minha seção, todo mundo estava parado, olhando, vendo se alguém trabalhava. Parou depois do almoço porque assim ninguém soube quem deixou de trabalhar primeiro. Se um ligava a máquina, a turma ia lá e desligava. Teve

um cara lá que sofreu um acidente. Ele começou a trabalhar e jogaram um parafuso na cabeça dele. Foi pra enfermaria.

Só estão trabalhando os guardas e a turma do escritório e do restaurante. A turma do restaurante parou, mas dizem que agora eles estão ganhando um bocado a mais para trabalhar. Falaram pra eles: "Pelo amor de Deus, vocês trabalham aí senão os operários chegam aqui, não tem almoço, quebram tudo". Ontem, eu pensei: esse negócio vai é acabar virando guerra. MOVIMENTO 22/05/78

FOLHA DE S. PAULO

"MELHORES CONDIÇÕES"

Na Ford do Brasil, um comunicado com o carimbo da empresa foi distribuído entre os operários, afirmando que a empresa tem procurado conceder "a seus empregados as melhores condições de trabalho:

"Sua intenção (da empresa) é manter essa diretiz, mas sempre em estrita observância às leis vigentes. Por isto, causou-lhe grande surpresa o movimento desencadeado nesta fábrica, tendente a forçar reivindicações sem observância das formalidades em vigor. Sendo manifesta a ilegalidade do referido movimento, convida seus empregados a reassumir suas funções na forma ordeira e habitual".

A Ford não respondeu à solicitação do Sindicato dos Metalúrgicos, que pretendia realizar uma assembléia dos trabalhadores dentro da empresa, nem procurou conhecer as reivindicações do movimento. 19.5.78

TRIBUNA METALÚRGICA
JUNHO DE 1978

• Os trabalhadores da Mercedes Benz do Brasil interromperam o trabalho logo depois de iniciado o movimento na Scania. Pela ordem, foi a segunda paralisação no setor automobilístico, com o mesmo objetivo: reivindicar um aumento salarial de 20%. A parede se iniciou na Ferramentaria, foi se alastrando e chegou a afetar as atividades gerais da empresa, em sua área de produção. No primeiro entendimento com o Sindicato, a empresa prometeu estudar uma proposta de aumento parcelado, na base de 15%. Concicionou isso, porém, à volta imediata ao trabalho e pediu um prazo (de quase uma semana) para confirmar sua proposta.

O prazo foi concedido, mas a resposta da empresa, no dia combinado, foi decepcionante: daria apenas 5%, e ainda assim distribuídos em faixas salariais. Revoltados, os operários voltaram a parar novamente. O movimento só iria terminar definitivamente com o acordo salarial firmado entre nosso Sindicato e a entidade patronal.

NOTA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Na primeira nota oficial do Sindicato ficava plenamente definida sua posição e o caracter da greve. Isto é: a greve fôra espontânea, sem qualquer conotação política, e o Sindicato entrava nela como simples intermediário, cumprindo a obrigação legal de contribuir para resolver os conflitos do trabalho. Eis o seu teor: "A propósito das paralisações que vêm ocorrendo em nosso setor, temos a divulgar e ponderar o seguinte:

- 1 - As paralisações são frutos das dificuldades enfrentadas pela classe operária e da intransigência que temos encontrado no seio da classe patronal;
- 2 - As paralisações têm sido espontâneas e atrás delas não há qualquer esquema ideológico ou político;
- 3 - Reprovamos todos aqueles que porventura queiram se valer dessa circunstancia para acirrar os ânimos ou sugerir soluções contrárias aos interesses dos trabalhadores;
- 4 - Esperamos que os fatos levem à mesa de negociações e que resultem em soluções democráticas e razoáveis e jamais sirvam de pretexto para radicalismos, repressões ou violência;
- 5 - Aos trabalhadores recomendamos a firmeza sem violência e a abertura constante ao diálogo construtivo. Alertamos para que não se deixem influenciar por panfletos clandestinos e provocadores, que nada têm de comum com a luta dos trabalhadores e do sindicato."

SÃO BERNARDO DO CAMPO

GREVES

Volkswagen

JORNAL DO BRASIL

São Paulo — A Volkswagen confirmou ontem à noite que entraram em greve na sua fábrica de São Bernardo 3 mil trabalhadores, número que deveria elevar-se a 10 mil no final do turno, correspondendo a 40% do pessoal de produção. A decisão de parar deveu-se ao fato de a empresa não ter dado resposta às reivindicações por aumento salarial, até às 14h, e foi tomada na mudança de turno, por volta de 17h.

20.5.78

FORMAS DE PRESSÃO

E.S.P. A direção da empresa proíbe a entrada de jornalistas, e informa, na portaria, que apenas 800 operários não estão trabalhando, todos na ferramentaria.

Em reunião na sede do sindicato, ontem cedo, presentes cerca de dois mil ferramenteiros da Volkswagen, estabeleceu-se que eles tentarão hoje entrar normalmente na fábrica e bater os cartões de ponto, para que a empresa não alegue abandono de emprego. Os 5 mil operários em greve foram impedidos, ontem, de entrar na empresa. 21.6.78

Uma "gestapo" interna

Nenhum visitante naquele dia foi recebido na Volks. O chefe de Relações Públicas atendia a imprensa na porta. "Se antes já era difícil entrar lá, agora é impossível", resumiu um jornalista. Pacientemente, um operário descreveu para EM TEMPO como é o sistema de segurança dentro da Volks:

"Há um verdadeiro batalhão, são uns 400 homens. Tem também a polícia feminina, mas são poucas. Um circuito fechado de TV controla todos os departamentos e as ruas. Tem sinal de trânsito e guarda de trânsito. Até os telefones são controlados. A segurança é dividida em duas: a comum e o serviço de orientação trabalhista. Então, ficam lutando entre si para saber qual é a mais rígida. O quartel fica debaixo da ala 13, é ali que o pessoal vai prestar depoimentos. O serviço de orientação trabalhista é só para isso — quando um operário comete qualquer falha, e essa falha pode ser até um pequeno atraso na chegada, qualquer coisa é motivo para recolherem o cartão dele e ele é chamado ao serviço de orientação. Mas é orientação só no nome, porque lá o operário não tem direito à defesa. Só vai lá pra ouvir a sentença. E, na maioria das vezes, quem vai é despedido por justa causa. Lá tem os dias de banco, às vezes o trabalhador fica até uma

não pode dar aumento

FOLHA DE S. PAULO

"A empresa não dará o aumento pedido pelos funcionários. Isto nos traria prejuízo e, além do mais, o governo não permite que se transfira este valor pelo preço do produto."

Foi o que declarou ontem o diretor de Relações Industriais da Volkswagen do Brasil, Admon Ganem, sobre o movimento trabalhista que vem paralisando parcialmente a empresa.

Acentuou que toda negociação direta (patrões e empregados) resultaria em aumento diferenciado "por uma questão de classe".

Ganem disse ainda que "as indústrias farão o possível, de acordo com a orientação do governo, e agindo em conjunto".

Enfatizou que "é difícil acreditar que o movimento dos funcionários seja espontâneo, devido à sua organização". Observou que as

paralisações estão se expandindo a cada dia, "e em setores vitais para a produção".

Sem esconder certa irritação como o movimento de paralisação do trabalho, não somente em sua empresa como em outras indústrias da região do ABC, o alto funcionário da Volkswagen ressaltou: "O setor de exportação de cabeçotes para os Estados Unidos já começou a ser afetado por falta de suprimento de outras áreas".

QUESTÃO DE LUCRO

Ganem disse que a folha de pagamento da Volks é de 400 milhões de cruzeiros mensais e que se o pedido dos trabalhadores, de 15% de aumento, fosse atendido, acarretaria um aumento anual de 780 milhões de cruzeiros, "o que enguliria todo o lucro que esperamos para o corrente ano".

Segundo o diretor da empresa, o lucro da firma, este ano, "incluindo o imposto de renda", será de aproximadamente 250 milhões de cruzeiros. "No ano passado o lucro foi de apenas 160 milhões e nós tivemos prejuízo", disse. Concordou porém que a Volks brasileira, depois da matriz alemã, é a que dá mais lucro.

Revelou que a média geral dos salários pagos na empresa, incluindo a administração, não chega aos 9 mil cruzeiros, que o menor salário é de 2.500 cruzeiros, e que 80% dos funcionários percebem menos de 8 salários mínimos.

A Volkswagen permanece praticamente paralisada. Na sexta-feira e ontem, a linha de produção (30 mil operários) foi grandemente desfalcada pela paralisação quase geral. Ontem, sábado, dia de trabalho reduzido, dos 2.400 operários que deveriam estar em serviço mais de 50% se mantiveram paralisados.

21/5/78

mantidos até que os demais companheiros concordassem em voltar ao trabalho. Com a intervenção do sindicato no caso, conseguiu a readmissão dos 28 "reféns". Um dos que presenciou comenta: "Eles ficaram arrasados com a humilhação e a delicadeza da situação em que foram colocados; voltaram pra casa, enquanto nos outros crescia a indignação".

Diante da repressão aberta, os trabalhadores começavam a encontrar nas assembleias realizadas no sindicato um primeiro canal de organização mais ampla. E a Volks parece ter percebido o alcance da resistência — para ela, por certo inesperada —, tanto é que já na quarta-feira fez eco à capitulação da Empresa Ford, onde 9.500 operários sustentavam a mais prolongada greve deste período. A Ford anunciou que concederia aumentos de 10 a 15%. Mais tímida, a Volks assumiu o compromisso de "conceder um aumento que reflita o consenso das indústrias congêneres".

Com esse acordo preliminar, no dia 25, quinta-feira, os operários da Volks retornaram às suas máquinas, desta vez, para trabalhar. A greve parcial estava terminada. Uma semana depois, um aumento de 11% foi fixado numa comemoração entre o sindicato patronal e o da categoria dos metalúrgicos.

(Reportagem de Flavia Rezende, Maria Teresa Rios e Enio Brawns Fº).

EM TEMPO 14

E nada mudou...

ISTOÉ 24/05/1978

O TRT disse que era ilegal, mas a greve continuou

A decisão do Tribunal Regional do Trabalho — TRT —, declarando ilegal a greve do ABC, não alterou de imediato a posição dos trabalhadores e das empresas.

Na sexta-feira, 19 de maio, dia seguinte à decisão do tribunal, os operários da Ford continuavam sem trabalhar e novas paralisações aconteciam em outras fábricas, principalmente em Santo André. Ainda em São Bernardo, os funcionários do Centro de Pesquisas da Ford também paravam os trabalhos.

A Scania, por sua vez, findo o prazo negociado com os trabalhadores, ofereceu-lhes um aumento máximo de 6,5%, distribuído desigualmente por diferentes faixas salariais. Como a proposta era inferior à pretensão dos empregados,

TRIBUNA METALÚRGICA

REPRIMIR COMO?

Declarada ilegal a greve pelo Tribunal Regional do Trabalho, o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, falou: "se os trabalhadores continuarem transgredindo a lei, é obrigação dos empresários solicitar o concurso da polícia para fazê-los trabalhar." Falou bonito o Ministro, mas quem pode obrigar alguém a trabalhar, principalmente quando todos não estavam mesmo a fim de movi-

dos, houve imediata paralisação do trabalho na seção de ferramentaria da empresa.

O sindicato dos fabricantes de veículos também manifestou-se, por intermédio de nota oficial, em que manteve sua posição inicial: "O Sinfavea recebeu com serenidade a decisão do TRT declarando ilegal a greve (...) e espera que igual estado de ânimo esteja presente no espírito dos trabalhadores, levando-os a retornar ao trabalho".

Assim, o movimento entrava fim de semana adentro sob o signo da indefinição, principalmente porque o governo federal voltou a reiterar sua disposição de permanecer apenas como observador dos fatos. Sem dúvida, uma situação nova no Brasil, nos últimos anos.

mentar as máquinas? E se a turma estava parada em ordem, sem dar motivo algum para briga, como entrar de sola contra ela? Foi por isso que o senhor Paulo Egydio, governador de São Paulo, que enxergou mais do que o Ministro, declarou: "envolve a polícia na greve só se receber ordem por escrito do governo federal". Não houve ordem escrita e a polícia não saiu à rua. O governador não foi besta de botar a mão no fogo sozinho.

Novas paralisações

Fora do alcance da decisão do TRT (embora novos processos deviam ter decisão rápida, tendo em vista jurisprudência firmada), novos movimentos grevistas eclodiram ontem no ABC. Na Alcan (Alumínio do Brasil S/A), em Santo André, 4 mil trabalhadores entraram em greve às 14h, reivindicando reajuste de 20%, não desconto das horas paradas e garantia de não demissão de qualquer empregado. As reivindicações foram levadas à diretoria da empresa, que pediu prazo para responder, por diretores do Sindicato Metalúrgico do Município.

Por volta das 17h, operários que deixavam a fábrica garantiam que, mesmo enquanto a diretoria estiver estudando o problema, nenhuma máquina funcionaria, "seja uma hora ou um mês de paralisação" — como disse um deles. O último setor a parar foi o de laminação a quente, considerado o "coração da empresa". "E só a empresa enamar" — afirmou à noite o presidente do Sindicato, Francisco Chaves — "e nós vamos discutir o assunto, procurando uma solução, desde que aprovada pelos operários".

TRIBUNA METALÚRGICA

SÃO BERNARDO DO CAMPO, JUNHO DE 1978

CONSTITUIÇÃO GARANTE O EXERCÍCIO DA GREVE

A greve foi considerada ilegal por 15 juizes do Tribunal Regional do Trabalho. Mas pela Constituição brasileira, segundo o entendimento do nosso advogado, Almir Pazzianotto Pinto, ela foi plenamente legítima. Por isso, recorremos ao Tribunal Superior do Trabalho, onde vamos tentar legalizá-la. Em princípio, isso pode parecer pura perda de tempo, uma vez que os fatos suplantaram a fria interpretação jurídica da ilegalidade expressa no papel. Porém, do ponto de vista moral, e para que a vitória seja completa em todos os aspectos, terá muita importância a decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Só por isso estamos recorrendo da decisão de São Paulo.

TRIBUNA METALÚRGICA

Iniciadas no setor automobilístico, afetando as principais atividades das multinacionais, as greves iriam alcançar empresas menores, envolvendo milhares de trabalhadores. E o balanço dessas paralisações, como se verifica pelo resumo das ocorrências, foi sempre positivo. Em algumas empresas sequer houve paralisação; o simples receio de serem atingidas, levou-as a proporem aumentos salariais aos empregados. Isso tudo indica que a greve é a principal arma do trabalhador para fazer o patrão reconhecer os seus anseios e reivindicações.

JORNAL DO BRASIL

Na Elevadores Otis S.A., os operários aguardaram até 15h a resposta que a empresa havia prometido sobre suas reivindicações de 20% de aumento sobre o dissídio de abril. Como ela não veio, todo o contingente de 2 mil operários paralisou suas atividades às 10h. Eles reclamam também contra o aumento de 12% aplicado nos vales de refeição e solicitem redução de 50%. A paralisação inclui funcionários administrativos e o setor de engenharia, com os empregados afirmando que só retornarão ao trabalho se as reivindicações forem atendidas.

Na Pirelli, com manifestação de apoio de 50 moças do setor de cabos elétricos, 1 mil 620 funcionários decidiram, às 12h, paralisar as atividades, reivindicando 20% de aumento. Ao dar a informação, o Coronel Carlos Prearo, do setor de Relações Industriais, considerou o movimento como "uma greve bem feita". Segundo ele, "todo funcionário, antes de parar, aguardava o término do serviço em desenvolvimento, procurando dessa maneira não prejudicar o maquinário e a empresa". À noite, a direção da empresa iniciou entendimentos com o Sindicato.

Na Chrysler, onde se impediu a entrada na dependência da fábrica até dos fornecedores, diretores confirmaram que 800 funcionários do setor de usinagem e parte do de montagens paralisaram o trabalho. Pedem melhores salários, com 20% de abono de emergência, além de garantia de que nenhum empregado será demitido ou terá horas descontadas devido à paralisação.

Além das empresas já mencionadas, ocorreram paralisações ou foram apresentadas reivindicações nas seguintes empresas:

- Em São Bernardo:
 - Forjaria São Bernardo e Ardeb.
- Em Santo André:
 - General Electric: 3 mil 500 pararam perto de uma hora;
 - Ibrape (subsidiária da Phillips): 300 grevistas de ferramentaria, num total de 1 mil 800 empregados;
 - Philips: 2 mil grevistas até por volta das 13 horas. A partir daí, 300 permaneceram em greve na seção mecânica. Negociações em andamento.
 - Constanta (também do grupo Philips): 380 grevistas num total de 1 mil 800.
 - Feisa: Greve de uma hora de seus 80 operários.
 - Krause: 40 grevistas num total de 300.
 - Cima: 200 grevistas num total de 700.

21/5/78

GREVES

Empresário chama a Polícia em vão

Pela primeira vez, desde o início do movimento grevista, a polícia foi chamada a intervir, em uma fábrica, chegando à conclusão de que o problema não era de sua alçada; o proprietário insistiu, desta feita junto à fiscalização do Ministério do Trabalho, que também foi de opinião de que os trabalhadores é que deveriam recorrer a seu sindicato.

O problema começou às 13 horas, quando os 30 operários da Mecânica Lido, de Santo André, interromperam a jornada de trabalho, para pleitear aumento de 10%. Segundo Lázaro Maciel, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, "foi nessa empresa que aconteceu o primeiro caso desagradável". E explicou: "O proprietário inicialmente chamou dois policiais militares, que foram à fábrica e disseram que nada poderiam fazer, pois o ambiente era de ordem e de calma; não satisfeito, o proprietário recorreu ao Deops, que também julgou que o caso não era de sua alçada".

As 16 e 30, hora é meia antes do término normal do expediente, o proprietário recolheu todos os cartões de ponto e mandou que os operários se retirassem da fábrica.

Os trabalhadores retiraram-se da empresa, mas prometeram que na segunda-feira às 8 horas estarão de volta, a fim de ouvir a resposta a seu pedido de aumento salarial de 10%. 27-5-78

FOLHA DE S. PAULO

Melhorou a proposta

Ante a ameaça de nova greve, as diretorias da Philips, Constanta e Ibrape, empresas do grupo Philips, em Santo André, reuniram-se com o subdelegado do Trabalho de Santo André, Celso Gambale, para firmar as bases de novo acordo. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, "a nova proposta deixou a maioria dos empregados satisfeita". Assim, será de 13% o aumento para quem ganha até 2 salários mínimos, de 10% para quem recebe de 2 a 8 s.m., de 4% para quem está entre 8 e 10 s.m. 13-6-78

66% GANHAM MENOS DE 3 SALÁRIOS

Ganham menos de três salários mínimos regionais mais de 66% dos operários das 35 empresas metalúrgicas, direta ou indiretamente envolvidas no movimento de reivindicação salarial na Capital paulista, segundo levantamento feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O levantamento naquelas 35 empresas demonstrou que a média salarial é de Cr\$ 4.452,00 (três salários mínimos

O Sindicato de São Bernardo tomou conhecimento, ontem, da demissão de seis trabalhadores da Karman-Ghia, que segundo funcionários da empresa, teriam sido alvo de uma represália, depois de ameaçarem parar o serviço novamente anteontem. O proprietário da Mecânica Olido, em Santo André, pediu a intervenção da Polícia Militar e depois do Deops porque seus 50 empregados entraram em greve, pedindo aumento de 15%. E não foi atendido. 27-5-78

representam Cr\$ 4.680,00), mas 66% dos trabalhadores recebem menos da média.

As 35 empresas que já tiveram ou estão tendo negociações com o sindicato são de porte médio ou grande, de maneira que os metalúrgicos farão agora um outro levantamento, exclusivo das pequenas indústrias, isto é, até 100 empregados, supondo-se que a média salarial deva ser ainda mais baixa. 21-6-78

SINDICATOS METALÚRGICOS PEDEM 20%

"Para manter um relativo equilíbrio entre o custo de vida e o poder aquisitivo das classes trabalhadoras, impõe-se a decretação, em caráter de emergência, de um aumento suplementar de 20% no salário de todos os trabalhadores brasileiros, como efetivo aumento, sem qualquer forma de compensação, quer nos dissídios ou acordos coletivos".

A sugestão está contida no memorial aprovado ontem por todos os Sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo — representando 850 mil trabalhadores — em reunião na sede da Federação da categoria. O documento será enviado, terça-feira, aos ministros do Trabalho, Arnaldo Prieto, da Fazenda, Mário Henrique Simonsen e do Planejamento, Reis Veloso.

Todos os 38 Sindicatos filiados estiveram representados ontem no encontro, entendido pelo vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos, Lázaro Augusto Cruz, como uma forma de minimizar os problemas que atingem os trabalhadores. "Não discutimos se a greve é ou não legal. Sabemos que é justa, pois todas as possibilidades de diálogo foram esgotadas. Assim, restou aos trabalhadores o caminho natural e universal para fazer valer suas reivindicações", afirmou Augusto Cruz.

FORÇA E DIREITO

No documento, os signatários explicam: "Se o movimento grevista pode constituir surpresa para alguns, todavia, para as organizações sindicais, particularmente a dos metalúrgicos, ele revela a realidade social e a situação angustiante em que vivem as

classes assalariadas em todo o País".

"Ninguém em sã consciência — continua — poderá negar a força preponderante das classes trabalhadoras dentro de um contexto nacional. Entretanto, embora se reconheça o valor das mesmas, a elas se nega o legítimo direito de serem ouvidas na mesa de debates, onde se vise encontrar soluções para o aperfeiçoamento das nossas instituições sócio-econômicas, para a qual o operariado representa a mais expressiva parcela de contribuintes, apesar de em nenhum instante dela usufruir".

"Sem nenhuma dúvida estes movimentos (greves) eram previsíveis, pois refletem uma consequência natural e inevitável gerada pelos critérios estabelecidos desde 1965, cujas medidas adotadas restringiram as atividades sindicais à simples função coordenadora do processo reivindicatório..."

Os signatários também entendem que a partir de 74, "com a instalação deste governo (...) sentiram as classes trabalhadoras suas esperanças renovadas ao visualizar (...) propósitos de implantar entre nós, a curto prazo, uma política de distribuição de renda (...) reservando particularmente aos assalariados e às suas organizações sindicais o direito de lutar pela melhoria de sua condição de vida e de trabalho, como fator indispensável para sua integração no processo social".

"Entretanto — prosseguem — com o passar do tempo aquela perspectiva alentadora começou a cair no vazio, pois a lentidão com que se processou e se processa a execução de tais pro-

gramas, fez com que os trabalhadores se sentissem frustrados nas suas esperanças (...)"

IDEIAS MADURAS

Os Sindicatos lembram ainda que o chamado "diálogo" não alterou as condições salariais e dizem que "o que vemos hoje é o resultado de uma insatisfação generalizada das classes trabalhadoras, cujo nível de consciência a respeito de seus direitos de participar das decisões sobre as condições de trabalho, salário e da própria vida política nacional atingiu a um estágio de amadurecimento a que ninguém é lícito ignorar".

"Por todas as razões aqui alinhavadas, a greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC deve ser compreendida e admitida tendo em vista a situação de dificuldade em que vive o operariado nacional, vindo dia a dia a inflação corroer os seus já depauperados salários".

Ante esse quadro, reivindicam aumento de 20% para todos os trabalhadores brasileiros, sem compensação nos dissídios ou acordos coletivos e sem que sejam repassados ao preço final dos produtos. Pedem também a adoção de "providências visando coibir a ação nefasta de especuladores, maiores responsáveis pela elevação do custo de vida".

E concluem:

"Chegou a hora de mudar a regra do jogo, pois a continuidade de um sistema em que de um lado figuram empregadores "com liberdade vigiada" e de outro "trabalhadores vigiados sem liberdade" a nada conduz". 27-5-78

GREVES

Espancamentos e prisões

FOLHA DE S. PAULO

Empregados da Química Industrial Paulista paralisaram ontem suas atividades e mantiveram-se reunidos na sede do Sindicato de Trabalhadores em Indústrias Químicas, a fim de discutir a situação considerada por eles como arbitrária que ali vêm enfrentando e que, nesta semana, culminou com várias prisões e espancamentos, devido a um suposto furto de tabor de tiner.

A greve de ontem, cuja responsabilidade foi assumida pelo sindicato da classe, resultou do total clima de insegurança vivido pelos funcionários da Química nos últimos dias. Tudo começou na madrugada de segunda-feira, quando dois investigadores do Deic — segundo declaração de empregados da firma — se postaram na portaria, recebendo os operários "com pancadas e agressões veras".

Os operários da indústria química estiveram presos no Deic, disseram aos dirigentes do Sindicato da classe que foram espancados naquele órgão policial para confessarem a autoria do furto. A informação foi dada ontem pelo advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Almir Pazzianoto, acrescentando que ao todo, 48 operários foram levados ao Deic.

PAU DE ARARA

De acordo com Almir Pazzianoto, os trabalhadores detidos afirmaram que foram colocados no "pau de arara" e sofreram outras violências para confessarem as acusações que, segundo consta, partiram da Química Industrial Paulista.

Uma outra fonte do Sindicato informou que quinze operários que estavam detidos haviam sido colocados em liberdade na manhã de ontem e apenas José Rodrigues, Afonso Lopes, João Almeida Calado e outro identificado apenas por João, continuavam presos naquele órgão policial.

Almir Pazzianoto manteve contato telefônico com um delegado de plantão do Deops, para inteirar-se dos fatos e disse aos jornalistas não saber do paradeiro dos operários detidos.

Presente à assembléia convocada pelo

GREVES ISTOÉ 14/06/1978
chegaram a Osasco

Depois de quase um mês de greves e acordos salariais, o movimento operário, que começou no ABC, estendeu-se a São Paulo e chegou a Osasco, parece que vai ganhar outros contornos que, para muitos, não passam das primeiras represálias. Trata-se da demissão "por justa causa" de cinco operários que paralisaram a Metalúrgica Taunus, em Diadema. E da possível demissão de 100 das 800 operárias da Brosol, de Santo André.

E não é só isso. O que pouca gente notou é que a greve passou a se estender a locais como Osasco, um dos centros de mais intensa atividade sindical há dez anos. Há 15 dias, houve quem afirmasse que lá não haveria greves, por duas razões: medo e falta de líderes. Agora, essas pessoas, como o diretor da Frente Nacional do Trabalho, Albertino Souza Oliva, estão bastante surpresas. E mais: não sabem dizer até que ponto a situação vai evoluir.

Orlando Malvezi, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (um arenista convicto), é quem afirma com ênfase: "Os movimentos

causam greve

Sindicato para pedir garantias aos dirigentes sindicais da Química, Sinval Rodrigues de Oliveira, detido na manhã de quinta-feira, reclamava dos maus tratos recebidos durante o trajeto da fábrica (Vila Carioca) até o Deic: "Os investigadores bateram em mim e no José Rodrigues, alegando que tinha aparecido um tambor suspeito em cima de um dos caminhões que estavam de saída. No Deic me interrogaram e depois me dispensaram, dizendo que iam me chamar novamente".

Enquanto discutiam a atitude arbitrária da Química, o advogado Almir Pazzianoto tentava localizar os três operários ainda presos. Meia hora mais tarde, sem que Pazzianoto tivesse alguma informação mais concreta sobre os detidos, a direção do Sindicato se dirigiu aos operários reunidos solicitando o seu retorno ao trabalho, depois do almoço, argumentando ter mantido contato telefônico com a gerência da empresa "que nos garantiu que ninguém iria sofrer represália e que já estava tudo bem".

Logo após, os funcionários da Química Industrial Paulista começaram a deixar o auditório do sindicato, não escondendo sua decepção. "Nem ao menos fomos consultados" — reclamou um deles, referindo-se a uma informação seca que receberam para suspender a greve, minutos antes defendida pelo Sindicato.

Lembramos ainda que o próprio presidente do Sindicato, Waldomiro Macedo, reconhecia as arbitrariedades praticadas pela Química, que dias atrás havia, inclusive, despedido um dos funcionários que perdera uma das vistas em serviço. "Nós interferimos e o rapaz voltou ao trabalho, mas não sabemos até quando", explicou o diretor Augusto Lopes. Entre outras reclamações, os operários falaram também da falta de segurança enfrentada diariamente na fábrica; do controle para ir ao banheiro e da obrigatoriedade de fazerem horas extras.

continuarão. Só espero que o empresário continue com a cabeça no lugar e não ponha o operário na rua. Dentro da empresa, o operário está trabalhando, ganhando, está protegido. Fora, ele é caça fácil dos agitadores, dos que quase conseguiram destruir o movimento sindical".

A greve em Osasco. Para José Pedro da Silva, operário da Brown Boveri e oponente de Amorina na eleição de fevereiro, o que importa é que os operários "estão ganhando terreno". "Estamos numa reta", diz ele, "onde o que era proibido tem de deixar de ser: temos de conquistar espaço. E como o sindicato não pode fazer greve, a classe trabalhadora ultrapassou o próprio movimento sindical".

José Pedro procura explicar por que houve greve em Osasco, movimento que começou exatamente na empresa em que ele trabalha. "Nós já tínhamos decidido que, enquanto a greve estivesse no ABC, tudo bem; mas, quando chegasse a São Paulo, nós também iríamos parar. Já havia qualquer coisa no ar e as greves do ABC trouxeram uma conscientização mais rápida."

Assim, os três mil operários da Brown Boveri pararam cinco dias e

Sampson assina acordo após demissões e ameaça policial

Os 240 trabalhadores da Mecânica Sampson, de Osasco, iniciaram o expediente de ontem trabalhando normalmente, embora tivessem sido decidido, em assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos, que a paralisação seria mantida, mesmo após as pressões e uso de força policial solicitada pela empresa anteontem, que acabaram fazendo os operários voltarem ao serviço. Segundo alguns trabalhadores, "nossos companheiros temiam que voltassem a se repetir os fatos de anteontem, quando uma equipe da empresa, na presença de um policial, nos obrigava a trabalhar, ligando as máquinas. Além disso, que ocorressem novas demissões, como a de nossos 8 colegas".

Enquanto os operários trabalhavam, em reunião com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco a Sampson continuava as negociações sobre um acordo que acabou saindo pouco depois das 11 horas: 10% de aumento salarial a partir de primeiro de julho para funcionários (produção e administração) com até 5 salários mínimos, e 5% de antecipação a partir de 1.º de agosto, para todos os funcionários da empresa.

Também no acordo a Sampson garantiu o pagamento normal das horas paradas, a não punição de nenhum empregado em função das paralisações e uma carta de apresentação para os 8 demitidos. A carta, segundo o acordo homologado pelo Sindicato, especificará que "nada desabona a conduta moral e profissional durante o período até a data de demissão dos 8 trabalhadores".

O acordo foi aceito pelos operários, que voltaram ontem a falar nos policiais — "hoje o delegado do DEOPS esteve aqui, até viu a discussão sobre o acordo, que apesar de não ser o que nós queríamos, quebra um bom galho".

O gerente administrativo da empresa, porém, desmentiu que anteontem os policiais tivessem entrado na fábrica. Segundo ele, a viatura da Polícia Militar ficou rondando a Sampson, a pedido da empresa, para evitar que ocorressem "quebra-paus". 24.6 78

conseguiram um aumento de 15%, para horistas e mensalistas que recebem até 10 salários mínimos. E 10% para os que ganham mais que isso.

No entanto, a grande surpresa de Osasco foi a paralisação da Cobrasma, da Braseixos e da Brasprensa, todas de Luis Eulálio Vidigal, o primeiro empresário a sentar-se à mesa com os metalúrgicos, no dia 13 de outubro do ano passado.

Foi uma surpresa inclusive para os operários, pois, como comentou Helenos Amorina, "a gente pensou que ia ser a negociação mais fácil e está sendo a mais difícil". Os 4.100 operários da Cobrasma, os 400 da Braseixos e os 220 da Brasprensa pediram 25% de aumento, sem repasse ou compensação, o que não foi aceito por Vidigal. Depois de muitas horas de negociação, os operários aceitaram os 15%, propostos por Vidigal, o que fez nascer uma enorme euforia no empresário.

Desde às 15 horas de ontem, estão em greve perto de três mil operários da Indústria Elétrica Brown Boveri SA, de Osasco; é a primeira paralisação operária na cidade, neste ano, depois de quase um mês de expectativa e de farta panfletagem nas proximidades das fábricas. 2.6.78

GREVES

MOVIMENTO
Caterpillar

A PALAVRA DOS OPERÁRIOS

“Os rostos são geralmente jovens, na casa dos vinte anos; alguns aparentam meia-idade e raros são mais velhos. São fisionomias tensas e a impressão é de que a maioria não sabe ainda o que fazer. Todos olham para o portão de onde o nosso fotógrafo aponta uma teleobjetiva, contido pelo guarda.

A presença do estranho é notado, embora haja outros sem uniforme, vestidos como eu. Mostro a carteirinha do sindicato dos jornalistas e explico quem sou e como entrei. Faço isso várias vezes para vários grupinhos com os quais procurei conversar. Ao fim de uma hora, já sou conhecido de todo mundo e trabalho quase sem desconfiança. Mais ainda: os operários demonstram enorme interesse em contar suas histórias e me ajudar: desviam os guardas da segurança, trazem café, arrumam um macacão para usar no restaurante a fim de não causar desconfianças nos encarregados do refeitório, trazem avisos e histórias da greve.

É uma greve ordeira. E de intensa participação.

“É tudo doméstico”, diz um operário de rosto nordestino preocupado, que fala com evidente emoção.

Estamos percorrendo as ruas internas e do pátio da fábrica os operários vão conclamando a que os últimos recalci-trantes deixem o trabalho.

— O que um faz, todos os outros fazem”, explica o nordestino emocionado, satisfeito.

No meio da multidão, andando em sentido contrário, um operário baixo, de meia-idade, repete que não se pode fazer baderna.

Alguns operários nem querem usar a palavra greve e me corrigem toda vez que a uso. Um deles, mais velho, cujo uniforme dá a impressão de ser o de pessoa mais graduada e que parece ter mais leitura que os outros, tenta uma explicação:

“O governo já percebeu que o sistema de greve, desde que seja pacífico e orientado, pode existir. O que não pode é ter um sistema de bagunça. Nestas greves de agora, se vê pelas próprias declarações do general Dilermando, comandante do II Exército, que está tudo em paz.

Mas é uma greve. E se sustenta, portanto, na unidade e na força dos operários. (...)”

Não é greve, aliás, corrigem de novo. Desta vez é um operário jovem e alto, que fala com convicção:

“É a operação-cebola: fazem os patrões chorarem um pouquinho.

—Um pouquinho?

“É, por enquanto”, responde outro da roda.

—Em vez de cebola, tinha de ser pimenta, diz um magrinho, muito animado.

Justas reivindicações

As reivindicações atuais na Caterpillar não diferem muito das de outras fábricas. Em primeiro lugar, querem um aumento de 20%. Em maio passado, a firma deu um adiantamento de 15%, por conta do aumento geral que virá em novembro. Estes 15% deveriam ser descontados, com juros. No total, seriam 18,8% de descontos, no final do ano. Se sair 39% em novembro, por exemplo, eles ficam com apenas 20,2%. Os operários

não querem este desconto e ainda querem mais 5%, a partir de primeiro de julho. Tem razão?

Um dos ministros disse que as greves dos metalúrgicos paulistas eram injustas porque eles eram dos trabalhadores que mais ganhavam no país. E o argumento parece pegar. Os operários da Caterpillar contam que recebem, na maioria, 25 cruzeiros por hora, 6 mil por mês, mais ou menos. O ministro tem razão?

“Se se compara com a miséria do povo, é lógico que ganhamos muito”, diz um rapaz moreno claro, muito calmo, que usa macacão laranja. “Mas por que o ministro não compara com o custo de vida?”

Outros complementam o raciocínio:

“A partir de hoje a carne está mais cara. O leite ontem era 24,50 a lata; hoje é 29,50. Os preços sobem todo dia. O preço do trator da Caterpillar também sobe, a gosto deles”.

“Somos trabalhadores com qualificação”, diz um operário alto, de cabelos curtos e olhar decidido. “Muitos de nós têm 3 anos de desenho e projeto.

O trabalho é, além disso, exigente, pesado, extenuante. Um rapaz de 24 anos, baixinho e franzino, que trabalha no torno automático, explica:

“O padrão que eles estabelecem para nós é o da Caterpillar dos Estados Unidos. Lá eles estudam os tempos e movimentos que a gente precisa fazer nas máquinas e estabelecem quantas peças devemos fazer por hora. Mas se esquecem de que lá o operário tem de tudo, encontra sempre a sua máquina aparelhada. Aqui estou esperando um *suporte inserido* para o torno automático há um ano. Aqui eu tenho que segurar peças de 25 quilos com uma mão, enquanto ligo o ar comprimido com a outra. Não tenho uma *talha* que suspenda a peça e me facilite a vida.

“Trabalhando assim, você chega em casa e só quer sentar diante da televisão e ver uns minutos de novela com a mulher, até dormir”.

“Não dá nem para *dar* uma”, diz outro. E ri.

“Todos riem. O rapaz franzino completa:

“Se a mulher olha pra mim, eu já vou dizendo: “Tou cansado, tou cansado”...”

19/6/78

**operários de São
Bernardo do Campo****O papel
do sindicato**

Scania

— O papel dos diretores do sindicato foi de mediador.

Mercedes - Benz

Este movimento todo mostrou só uma coisa, falta de organização. Esta organização, agora, tem que ser feita pelo sindicato. Na situação em que tão os sindicatos, não podem dirigir concretamente a luta dos trabalhadores, no entanto a gente só pode mudar esta estrutura se as diretorias atuais dirigirem concretamente. O sindicato daqui não tem dirigido os trabalhadores e parece que não tem disposição de assumir a luta. Este é um movimento ilegal, isto está claro, se a diretoria se envolver ela pode se dar mal, te-

mos isso claro. Mas eu acho que ela vai se ferrar ainda mais se não defender os trabalhadores. Porque, se ferrar, qualquer sindicato pode, a qualquer hora, nesta situação atual. O dia que Geisel dar uma topada com o dedão no pé da cama, pode cassar qualquer dirigente. Ele pode fazer isso a hora que bem entender. A única maneira de garantir a atuação da diretoria é manter a categoria organizada e mobilizada.

**A (I)legalidade da greve
Scania**

A lei, ora a lei, a gente passou por cima dela. A gente provou que unidos nós quebramos a lei. A gente quebrou a lei, com força e isto ficou claro pra todo mundo, que talvez em outras greves não tivesse ficado claro. O governo fez questão de mostrar essa ilegalidade e a gente quebrou esta lei. Isto é muito importante. O pessoal tinha consciência de que podia perder o emprego, ser preso, apunhar, que era um troço ilegal, desde o começo. Na Mercedes o pessoal sabe que o regime brasileiro não é dos mais democráticos, não é? E sabe muito bem que podia se ferrar, não foi nada brincadeira.

Operário Desempregado — Desde o ano passado que nós temos discutindo a questão da legalidade ou não da lei de greve. Esta lei não quer dizer nada, como muitas outras leis que existem por aí, que quer regulamentar o que o trabalhador deve ou não deve fazer. Isto é uma questão simplesmente da vontade, da consciência e da organização que o trabalhador tem. Não é uma lei, ou algumas folhas escritas que tá lá, que vai impedir que o trabalhador lute por salários, lute por seus interesses específicos. Concretamente, essa lei de greve não é um dado muito novo. Depois dela já ter sido assinada já houve uma série de greves. Não é um dado novo, inclusive agora em São Bernardo tem esse rojão de greve que está aí. O que eu digo é o seguinte: As leis para serem cumpridas é preciso que tenha um instrumento que faça cumprir estas leis. A questão jurídica é uma questão de força. Se a gente tem mais força para passar por cima disto, a gente passa e isto diz pouco para a gente.

A lei 4.330 diz pouca coisa para os trabalhadores. Quando eles se julgam com força para passar por cima dela, passam tranquilo e ninguém nem se preocupa com a questão da lei. Eu acho que a preocupação vai ser assim: se o Exército vem, é uma questão de força para força, se a polícia vem é uma questão de força para força. Mas a lei em si é letra morta. Ninguém pensa em termos da lei. (...)”

**A luta pela
democracia**

Mercedes - Benz

— Por enquanto, o trabalhador tem uma consciência errada, muito pequena, em que só encontra o patrão da fábrica dele e não encontra todos os patrões. A consciência ainda é um pouco atrasada, mas a hora que ele sentir a necessidade de liberdades democráticas, da anistia, ele vai lutar pra isso. Agora ele sentiu a necessidade de 20% e quase todo mundo parou. Acho que é uma questão de tempo.

12/6/78

GREVES

A convenção salarial

No último dia 31 de maio, quarta-feira, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, e o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares divulgaram duas notas sobre a convenção salarial acertada depois de quase vinte horas de negociações entre empregadores e empregados da indústria automobilística do ABC paulista.

O acordo negociado entre as partes resultou, na prática, em reajustes salariais trimestrais para a grande maioria dos trabalhadores do setor, ainda que aqueles reajustes se componham de aumentos e antecipações, ou seja, reajustes independentes do dissídio coletivo da categoria (firmado em abril) e reajustes que serão computados no dissídio do próximo ano ou em eventuais abonos de emergência ou reposições salariais.

Pelo acordo intersindical, em 1º de junho e 1º de outubro, os trabalhadores horistas das empresas signatárias do acordo (Chrysler, Ford, Karmann-Ghia, Kubota-Tekko, Mercedes Benz, Saab-Scania, Toyota e Volkswagen) terão aumentos de 5,5% sobre seus salários vigentes em abril passado. Em 1º de agosto e 1º de dezembro de 1978 e 1º de fevereiro de 1979 terão reajustes de 4,5%, estes dedutíveis no próximo dissídio (abril de 1979).

De acordo com a nota do sindicato dos trabalhadores, a entidade considerou o acordo interessante "porque assim garantimos uma correção de nossos salários de dois em dois meses, fazendo diminuir os efeitos da inflação".

Ainda segundo a nota dos represen-

tantes dos trabalhadores, em 1º de agosto próximo, com os reajustes somados, os horistas estarão recebendo 10% a mais nos salários. Em 1º de outubro, 15,5% a mais e em 1º de dezembro, 20% a mais. Em fevereiro do próximo ano, os aumentos somarão 24,5% sobre os salários de abril. "Esta foi uma primeira vitória da classe, conseguida à custa da união e maturidade dos trabalhadores", diz finalmente a nota do sindicato dos operários de São Bernardo e Diadema.

Abertura. Embora a nota do Sinfavea tenha sido assinada por apenas sete empresas do setor com base territorial em São Bernardo e Diadema, a nota do sindicato patronal esclarece que está em aberto a adesão das demais empresas afiliadas com base territorial em São Bernardo e Diadema, em um prazo de dez dias. O Sinfavea esclarece ainda que a Mercedes e a Saab-Scania compensarão os reajustes gerais já anunciados para terem vigência a partir de 1º de junho, de modo a se enquadrarem nas cláusulas da convenção acordada com o sindicato dos trabalhadores.

No final de seu comunicado, o Sinfavea anuncia que "as partes convenientes evitarão todos os esforços com vistas à manutenção de um clima de entendimento e harmonia nas relações de trabalho, objetivando o bem comum".

Flexibilidade. O sindicato das indústrias automobilísticas também parecia satisfeito. Algo como a satisfação do "dever cumprido". Na quarta-feira, dia 31, convocou a imprensa para divulgar o acordo acertado com os trabalhadores, e o presidente em exercício da entidade, Newton Chiaparini, deu entrevista coletiva.

Segundo Chiaparini, o prolongamento de atritos entre empregados e empregadores poderia levar a uma "comoção social", além de prejudicar diretamente alguns compromissos das próprias empresas, como os programas de exportação. Sem referir-se ao passado recente de intransigência da indústria, ele enfatizou que o empresário do setor automotivo não poderia manter-se em uma posição de inflexibilidade, tanto é que acabou usando de bom senso. E apesar de a greve ter sido classificada como ilegal, o fato é que o movimento continuou e se expandiu, o que levou a indústria a "abandonar certas technicalidades", como disse o presidente em exercício do Sinfavea. Ou seja, apesar da sentença do TRT e apesar da posição governamental via proibição do repasse dos aumentos salariais ao custo final do produto, a indústria estava diante de um fato consumado: a greve.

E o movimento dos trabalhadores, aliado à decisão das empresas de negociar, marcou, segundo Newton Chiaparini, um momento histórico nas relações operários-patrões. O acordo do Sinfavea com o sindicato de São Bernardo, segundo o empresário, deve influenciar aquele relacionamento daqui para a frente. Quanto aos custos do movimento, Chiaparini argumentou que a reivindicação dos trabalhadores tomou as empresas de surpresa e em uma conjuntura de baixa rentabilidade. "Mas se os custos econômico-financeiros podem ter sido altos, em termos de paz social foram baixos", disse ele.

"Já cumprimos nossa parte", declarou o dirigente do Sinfavea, "agora cabe ao governo decidir sobre as regras do jogo". ISTOÉ 07/06/1978

LULA AOS OPERÁRIOS DA FORD

Sabe-se agora que o aumento negociado não satisfaz o trabalhador. A Ford, prevalecendo-se do acordo firmado a nível de sindicatos, fez pressão ao perceber o descontentamento. Instruídos para a coação psicológica, os chefes dizem aos trabalhadores: "não quer trabalhar, troque de roupa e vá embora." Mas essas pressões são perfeitamente normais, assim como é normal o descontentamento por esse aumento, que não resolve o nosso problema.

É preciso agora colocar a cabeça no lugar, e refletir sobre o resultado desse memorável movimento. De início, devemos avaliar o aumento em si, que não é tão significativo como estamos pensando. De concreto, obtivemos 11% de aumento. E este se incorporará definitivamente ao salário reajustado em abril e que deveria se manter inalterado até abril de 1979. Por aí logo se vê que os vitoriosos fomos nós na negociação, pois cedemos muito menos do que os patrões.

Não há motivo, pois, para descontentamento. O momento é de entusiasmo e exige que a unidade obtida com a greve seja reforçada e ampliada.

TRIBUNA METALÚRGICA

Simesp sem definição

"É muito difícil discutir um acordo salarial quando as bases de reajuste são bem abaixo das conseguidas com outras empresas do mesmo setor industrial", disse ontem Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, após reunião, no Sindicato da Indústria de Máquinas, com o empresário Einar Kok. Luís Inácio insistiu em 20% de aumento para os metalúrgicos de São Bernardo e, apesar de não se ter chegado a qualquer definição, o presidente do sindicato operário considerou o encontro "muito favorável".

Einar Kok, que evitou falar sobre o assunto após a reunião, disse apenas que "as negociações caminham muito bem e, como são pioneiras, não se deve esperar por resultados a curto prazo". O que tem dificultado o entendimento, segundo Einar Kok, são os índices de aumento concedidos pelas indústrias automobilísticas, onde a incidência de mão-de-obra sobre o cus-

to da produção é menor do que na indústria de máquinas.

Cesar Concone, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) citou aos empresários alguns números que demonstram a maior incidência da mão-de-obra nos custos do setor de máquinas. Segundo ele, "a incidência oscila entre 16% e 24% sobre o custo da produção de máquinas, contra apenas 8% no custo da produção da indústria automobilística". Einar Kok advertiu, entretanto, que esses números não incluem os encargos sociais.

"Desta forma, não é possível à indústria de máquinas arcar com os parâmetros aceitos pelas indústrias automobilísticas. É preciso fixar um índice inferior e mais compatível com a indústria de máquinas e, a partir dele, negociar com vistas à assinatura de um protocolo entre empregados e empregadores", observou o industrial. Ou-

tro obstáculo às negociações, segundo Kok, é o caso isolado de algumas indústrias do setor de máquinas, que já aceitaram índices bem superiores aos que a maioria das empresas pode conceder: a Huller, por exemplo, deu 15% de aumento aos seus funcionários e a Schueler e a Villares, 11%.

Kok: "Não é choradeira"

O Sindicato da Indústria de Máquinas e Equipamentos, considerado um dos mais importantes do País, reúne cerca de duas mil empresas no Estado de São Paulo e outras de grande porte. O presidente do Simesp, Einar Kok, criticou a "frequência dos reajustes, praticamente a cada dois meses". Carlos Villares e Einar Kok observaram que as indústrias automobilísticas, principalmente por não estarem sob controle direto do CIP, puderam conceder reajustes elevados. "E isso terá uma repercussão muito séria nos outros setores, economicamente mais fracos, que poderão não ter a mesma flexibili-



dade para acompanhar o ritmo."

Os empresários estariam numa situação difícil: "Depois da convenção feita entre a indústria automobilística e os trabalhadores, é extremamente negativo ao Sinesp propor algo pior. Mas isso terá de ser feito", afirmaram os industriais. Explicando que "não é choradeira", Einar Kok assinalou que os empregados no setor de máquinas e equipamentos são relativamente bem remunerados por causa da especialização que têm."

De uma forma geral, os industriais presentes à reunião criticaram "a omissão e a posição cômoda assumida pelo governo, responsável direto pelos impasses de hoje, causados na sua maioria pelos erros de ontem". Einar Kok, ao apreciar a posição governamental em relação ao movimento grevista no ABC, disse: "O governo condena, critica, procura evitar os acordos. E, quando eles são feitos, vem o ministro Arnaldo Prieto e elogia, fala em democracia, em diálogo, etc".

Os industriais falaram também do sistema repressivo brasileiro, que gerou o medo dos empregados. "Isso tem causado problemas sérios: o empregador é surpreendido por uma greve, antes mesmo de saber quais são as reivindicações dos empregados. E, quando se propõe a conversar, muitas vezes não tem com quem, por causa do medo", concluiu Einar Kok. 20-6-78

Fiesp, pedido contra as greves

"S. Paulo, 9 de junho de 1978. Senhor presidente:

"A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo vem respeitosamente transmitir a v. exa. a sua profunda preocupação pela marcha das greves que estão eclodindo em São Paulo, cuja perspectiva de generalização a todo o país se lhe afigura de consequências imprevisíveis em relação à própria segurança nacional.

Tais movimentos, caracteristicamente inusitados, vêm sendo realizados ao arpejo da lei e indiferentes às decisões emanadas da Justiça do Trabalho, que os tem classificado de ilegais.

Não havendo uma sistemática nos acordos realizados, novos reajustes se sucedem em percentagens que estão sempre variando para mais, que não só comprometem as estruturas econômico-financeiras dessas organizações, como também passam desde logo a desagradar aqueles empregados que auferiram reajustes percentualmente inferiores.

O panorama é realmente sombrio e pouco alentador, principalmente considerando a impossibilidade de ingerência das entidades empregadoras no equacionamento global da problemática.

Esse estado de coisas, inevitavelmente, precisa ter urgente e necessária solução, pois só as-

sim será restabelecido o império da lei e preservado, em consequência, o princípio da autoridade.

O governo, "permissão máxima venia", tem condições para acionar os imprescindíveis mecanismos para isso e, portanto, o primeiro apelo desta entidade está dirigido exatamente nesse sentido.

Por outro lado, as constantes manifestações das massas trabalhadoras contra a política salarial, como aliás é público e notório, estão realmente sensibilizando a opinião pública brasileira, da qual o empresariado é peça importante.

Do contexto das considerações expandidas, tiram-se importantes e valiosas conclusões, principalmente no que concerne à desorganização da produção, com reflexo sobre o nível de produtividade, elevação inevitável dos custos operacionais e possível desemprego, tudo isso contribuindo para comprometer as metas de crescimento industrial compatível com a perseguição do objetivo de crescimento global e da manutenção da taxa de inflação em níveis razoáveis.

Destarte, esse empresariado, legalmente representado por esta Federação, está convencido de que, nas atuais contingências, somente a concessão de um aumento com caráter de excepcionalidade, em termos de benefício real, virá aplacar ou pelo menos minimizar as exalta-

ções que se vêm notando nas camadas sociais de renda mais baixa, independentemente de uma revisão na política salarial.

O reajuste ventilado por esta organização sindical consistiria, simplesmente, na concessão de um aumento de 12% (doze por cento), sobre os salários que não ultrapassem oito salários mínimos vigentes na região.

Esse reajuste, a ser aplicado indistintamente a todos os trabalhadores, incidiria sobre os salários percebidos pelos mesmos nas datas-bases de suas respectivas categorias profissionais e seria pago, parceladamente, de acordo com a seguinte tabela: a) 6% (seis por cento) juntamente com o salário do mês de junho de 1978; b) 3% (três por cento) juntamente com o salário do mês de setembro de 1978; c) 3% (três por cento) juntamente com o salário do mês de dezembro de 1978.

A primeira parcela do aumento, a ser concedida com o salário de junho, será absorvida totalmente pelos empregadores; as duas parcelas seguintes, que totalizam 6% (seis por cento), serão integralmente repassadas aos custos. (...)

"Qualquer aumento de salários concedido que ultrapasse o teto fixado pela fórmula de reajuste governamental deverá ser suportado pela própria empresa" — voltou a assegurar ontem o ministro Reis Veloso 23-6

TRIBUNA METALÚRGICA

TELEGRAMAS

O Sindicato recebeu dezenas de telegramas de entidades coirmãs, procedentes de várias partes do país e do Exterior. Eis alguns deles:

Do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, assinado pelo seu presidente, Henos Amorina; da Federação Suiça dos Tipógrafos; do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro; da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM), de sua seção de Detroit, Estados Unidos, assinado pelo seu representante,

Herman Rebhan; da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Horlogerie, França; do Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Automóveis dos Estados Unidos (região 1B), assinado pelo seu presidente, Ken Morris; da Federação Metalúrgica Sueca, assinado pelo seu presidente Jan Olsson; da IG Metal, entidade dos metalúrgicos da Alemanha Ocidental, assinado pelo seu presidente Eugen Loderer.

Todos esses telegramas hipotecavam solidariedade ao

movimento ou informavam das gestões que os dirigentes desenvolviam no sentido de pressionar as matrizes das multinacionais a atenderem as nossas reivindicações.

Além das manifestações escritas, nosso Sindicato recebeu dezenas de telefonemas de sindicalistas patrióticos, apoiando o movimento.

CENSURA

Único fato a lamentar, com relação à divulgação, foi a censura imposto às rádios e canais de televisão, logo no segundo dia das paralisações.

● São Paulo — A respeito das solidariedades que começam a surgir à greve, operária do Grande ABC, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

Dr. Luis Inácio da Silva, disse acreditar que "nessas alturas dos acontecimentos, o trabalhador estará precisando apenas do seu companheiro de trabalho".

Segundo Lula, todos aqueles que queiram prestar solidariedade e que não sejam trabalhadores, permitam que os trabalhadores resolvam seus problemas". 21-5-76

Manifestações de solidariedade CFDT

O ESTADO DE S. PAULO
FSM

O movimento grevista no ABC recebeu o apoio da Federação Sindical Mundial, FSM, com sede em Praga. Em declaração ontem publicada na capital checoslovaca, a FSM "conclama a todos os trabalhadores e organizações sindicais a oferecerem seu apoio e solidariedade a esse movimento reivindicativo, que constitui uma consequência de custo elevado da vida, da inflação galopante e da deterioração dos salários". 27-5-78

CGT francesa

A Confederação Geral do Trabalho francesa enviou ontem telegrama à Embaixada do Brasil em Paris, manifestando temores ante uma eventual onda de repressão contra as organizações sindicais brasileiras.

O telegrama assinala que o movimento grevista em São Paulo foi declarado ilegal e que a imprensa brasileira recebeu ordem de não se referir à greve em nenhum caso, "o que parece ser o prelúdio de uma onda de repressão". 2-6-78

Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, filiada à Confederação Mundial do Trabalho, telegrafou aos "companheiros do ABC, de Osasco e São Paulo", solidarizando-se com a sua "disposição de luta contra o sistema salarial injusto que alimenta as multinacionais. Prossigam na luta com nosso apoio para evitar punição e conseguir reintegração companheiros afastados, objetivo tanto ou mais importante quanto aumento salarial".

● Até ontem à tarde, 800 jornalistas paulistas já haviam assinado manifesto de apoio aos metalúrgicos do ABC. No documento, os profissionais de imprensa classificam a greve de "movimento de indiscutível legitimidade", contestam a política salarial e criticam a atual "lei de greve", de nº 4.330/64. O documento também combate a censura no rádio e televisão, quanto ao noticiário da greve.

Após dizer "que vem acompanhando com o maior interesse o desenvolvimento dos movimentos grevistas em curso na Grande São Paulo", a bancada do MDB na Câmara dos Deputados apela "para o governo e os empregadores, que encontrem todos os esforços no sentido de ser encontrada justa solução para que os trabalhadores possam retornar às suas atividades, cercados de todas as garantias, com a restauração de um clima de confiança e lealdade imprescindível a uma ordem social justa e humana". A nota não expressa solidariedade aos grevistas, de maneira direta. FOLHA DE S. PAULO 25-5-78

apoio aos trabalhadores do a.b.c.

(..)

A ORIGEM DO MOVIMENTO

1. Os sindicatos de São Bernardo e Santo André, através dos seus diretores, vinham tentando a negociação direta com as empresas há vários meses, mas os empregadores se negavam contrariando a própria lei (artigo nº616 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho)

2. Foi então que os trabalhadores resolveram cruzar os braços por conta própria, reivindicando também o pagamento das horas não trabalhadas e que ninguém fosse despedido.

3. Até agora o movimento - a paralização pacífica - atingiu mais de 50.000 trabalhadores em dezenas de indústrias do ABC, entre elas a SCANIA, a MERCEDES, a FORD, a PIRELLI, a PERKINS, a PHILIPS, a COFAP, a VILLARES, a FIRESTONE, a OTIS, a CEMAR, a MANNESMANN, a CONSTANTA, a VOLKSWAGEN, a GENERAL ELECTRIC, a CHRYSLER, a RHODIA.

POR QUE?

4. Insistimos: essas paralizações são consequência de baixos salários impostos pelo governo e pelas empresas. Todos sabemos que a alta do custo de vida atinge mais diretamente o trabalhador e sua família. São os salários são controlados; os lucros, não. São também o resultado da existência de um sindicalismo que está impedido de representar de fato os interesses dos trabalhadores, porque os sindicatos estão controlados pelo governo.

AS ETAPAS DO MOVIMENTO

5. Apesar de o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ter declarado que a greve é ilegal, baseado numa lei injusta e superada, os trabalhadores deram prova de responsabilidade e de firmeza, continuando com as paralizações sem violência, demonstrando que a greve é justa e legítima. Sem o barulho das máquinas, a voz dos operários soa mais forte.

6. Assim, graças à firmeza dos nossos companheiros, trabalhadores, muitos acordos já foram conseguidos em favor da classe operária, e certamente outras vitórias serão conquistadas. Os fatos estão comprovando que unidos os trabalhadores conseguem o que a lei garante e até um pouco mais. E que, desunidos não conseguem nem o que esta na lei.

7. Ressaltamos também o comportamento sereno e responsável dos dirigentes sindicais de São Bernardo e de Santo André, respeitando, compreendendo e acolhendo as manifestações das bases.

8. Por dever de consciência, devemos repudiar as diversas formas de pressão que tem sido praticadas contra os trabalhadores em algumas empresas, bem como a censura imposta pelo governo ao rádio, à televisão e a alguns jornais, no tocante à divulgação das paralizações e às vitórias dos trabalhadores.

9. Consideramos que é chegada a hora de conquistarmos definitivamente o direito de livre organização sindical a partir das empresas, com a negociação direta, bem como o direito de greve, reconhecido mundialmente como justo e legítimo instrumento dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos.

10. Por tudo isso, apoiamos de forma solidária e fraterna os nossos companheiros do ABC e de outros municípios e Estados, onde os trabalhadores estão lutando com coragem e firmeza nesse movimento libertador e que é de toda a classe trabalhadora.

ACÇÃO CATÓLICA OPERARIA DE SÃO PAULO
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO
FRENTE NACIONAL DO TRABALHO
PASTORAL DO MUNDO DO TRABALHO DE SÃO PAULO
PASTORAL OPERARIA DE SANTO ANDRÉ (ABC)
SECRETARIADO NACIONAL JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA

São Paulo, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, 27 de maio de 1978

Apoio à Luta dos Operários

No dia 12 de março deste ano, o Movimento do Custo de Vida lançou um grande Abaixo-Assinado contra a carestia, com a participação de mais de 7 mil pessoas. Naquele dia, reivindicamos das autoridades federais:

- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;
- Aumento dos salários acima do aumento do custo de vida;
- Abono salarial de 20% imediato e sem desconto, para todas as categorias de trabalhadores.

Isto, para que pelo menos, fossem diminuídas as dificuldades econômicas das famílias trabalhadoras.

Apesar das nossas reivindicações serem as mais justas, os Ministros se apressaram em dizer que seria impossível atender às reclamações do povo. Não desanimamos, e continuamos de pé e mais firmes em nossa luta. E a cada dia, mais e mais trabalhadores e donas de casa assumem a luta contra o custo de vida, porque sabem que a política salarial do governo é incapaz de dar ao povo as mínimas condições para uma vida digna e satisfatória.

Hoje no Brasil, os operários trabalham mais e recebem menos porque a política oficial visa simplesmente dar lucro às grandes empresas, desvalorizando cada vez mais o trabalho operário e lançando ao desemprego milhares de trabalhadores.

Portanto, neste mês de maio, em que os operários do ABC se manifestam pacificamente pelo respeito aos seus legítimos direitos, e particularmente pelo aumento de seus salários, o Movimento do Custo de Vida vem dar a todos eles o seu total apoio e solidariedade.

Não foi surpresa que o Tribunal Regional do Trabalho declarasse ilegal o movimento dos trabalhadores do ABC, assim como também os Ministros se negaram a atender às reivindicações do Movimento do Custo de Vida. Todos sabem que a luta é justa e legítima.

- Apoiamos a justa reivindicação de 20% de aumento dos salários dos trabalhadores do ABC;

- Apoiamos a luta pelo não desconto dos dias parados;

- Apoiamos a luta pela não dispensa dos operários que participam das paralisações nas fábricas.

E ainda, estendemos a nossa solidariedade aos companheiros do ABC, divulgando as suas lutas e colocando-nos à sua disposição para o fortalecimento do movimento por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho.

Na certeza de que a luta dos operários é também a nossa luta, pedimos a todos que apoiam o Movimento contra a carestia e que lutam por melhores condições de vida, para que apoiem decididamente os operários do ABC.

Coordenação do Movimento do Custo de Vida

• Até às 17 horas de ontem, já haviam assinado manifesto de apoio ao movimento do ABC os presidentes dos seguintes sindicatos de S. Paulo: jornalistas, aeroviários, bancários, padeiros, artistas, artefatos de couro, marceneiros, radialistas e médicos. 27-5-78

GREVES

Um balanço das greves em São Paulo

(De 12/5 a 15/6/1978)

Empresas	Nº de operários	Paralisação	Acordos		Empresas	Nº de operários	Paralisação	Acordos	
			Aumentos	Antecipação (%)				Aumentos	Antecipação (%)
SÃO PAULO									
Crazaço-Mapri	1.750	3 dias	15		Firestone	3.700		10,5	
Barbará	200	24 h	8	4	Rhodia	3.600		15,7	
Itel	360	2 dias	13	28	Nacional de Metais	740	24 h	10	
Máquinas Gutman	350	2 dias	10		Alcan	2.162	24 h	15	
Metalac	625	12 h	7 a 15		Cofap	6.671	24 h	10	
Corneta	340		10	10	TWR Gemmer	2.498	24 h	10	
Siemens	3.500	3 dias	10 a 12,5	8	Cima	699	24 h	10	
Siderúrgica Aliperti	2.500		10	10	Otis	1.113	5 dias	13	
Voith	3.300		8		Pierre Saby	619	24 h	10	
Ford (caminhões)	3.500		11		KS Pistões	638	24 h	9	
Pirelli	930		10	20	Krause	99	24 h	15	
Sofungen	3.540	24 h	Em negociação		Eaton	290	24 h	10	
Toshiba	520	7 dias	15		Feisa	72	24 h	10	
Volkswagen	3.500		11	14	Lido	33	24 h	10	
Ardea	480	24 h	Em negociação		Prats Maso	125	24 h	10	
Same	1.000	2 h	10	10	Home	377	2 h	10	
Schunk-Epe	220	12 h	Em negociação		Pirelli	5.000	3 dias	10,5	
Massey Ferguson	1.580	2 dias	Não definidos		Eluma	2.240	5 h	10	
Caterpillar	1.830	12 h	Não definidos		Chrysler	1.500	3 dias	11	
Atlas	1.200	12 h	Não definidos		Coferraz	1.300	2 h	20	
Mangels	600	12 h	Não definidos		Fichet	1.970	5 h	10	
Supertest	300	12 h	Não definidos		Ceramar	500	2 h	Não definidos	
CBR	60	12 h	6	14	GE	3.400	2 dias	10	
Fresimbra	630	24 h	Em negociação		Ishike	83	4 h	10	
Metal Leve	4.350		15		CAMPINAS				
S/A O Estado de S. Paulo	3.000			10	GE	600	90 min	Em negociação	
Folha da manhã				10	MAUÁ				
Adria	1.100		15	5	Santa Marina	100		5 a 12	12
Coral	110		15		Philips	1.489	2 dias	10	
Tusa	800	12 h		10	Ibrape	528	24 h	10	
SÃO BERNARDO					Mollins	625	4 h	Não definidos	
Ferro Enamel	1.100	24 h	Em negociação		OSASCO				
Wyeth-Anacol			Em negociação		Brown-Boveri	3.000	5 dias	10 a 15	10
Bril	1.800		7,5		Grupo Cobrasma	13.000	4 dias	15	10
Panex	1.000		16,5		Forjaço	550	32 h	15	10
Tri-Sure	250	2 dias	10	12	Ford (fundição)	800		11	14,5
Atlas-Copco	700		11	13	Carpi-Frigor	180	5 dias	8 a 18	
Coldex-Trane	900		12		Arcos-Solda	150		10	10
Fiat	400		11		Corneta	100		Não definidos	
Fibam	400		11		Osram			7,4 a 20	
Polimat	1.300		5	10	RIBEIRÃO PIRES				
Scania	6.000	7 dias	11	13,5	Constanta	1.387	24 h	10	
Ford (automóveis)	11.000	7 dias	11	13,5	Brosol	960	24 h	15	
Chrysler	2.200		11	13,5	Calvi	100	3 h	Não definidos	
Volkswagen	38.000		11	13,5	SERTÃOZINHO				
Mercedes Benz	18.000		11	13,5	Cervin	182	24 h	15	
Brastemp	3.800		10		JANDIRA				
Refeinhauser	300		11	15	Bardella-Borrielo	700	5 h	10	7
Hueller	250		10	15	Same	850	5 dias	10	10
Villares	4.000		11		COTIA				
Borg Warner	800		11	13,5	Excello-Metal Leve	850	6 dias	Não definidos	
Sulzer-Weiser	450		11	13,5	Grupo Munck	300		15	15
Prensas Shuler	1.700		Em negociação		TABOÃO				
Kubota Tekko	700		11	13,5	Cinpal	800	2 dias	12	12
Karmann Ghia	700		11	13,5	Fibro-Dynapac	800	1 h	10	15
Toyota	400		11	13,5	Ital	33	24 h	Não definidos	
J.I. Case	250		11		SÃO CAETANO				
Forjaria SB	1.200		11		Anhemi	650	24 h	Em negociação	
Perkins	1.500		10		Matarazzo	400		Em negociação	
Hiller	250		10		Brasimca	800		11	
SANTO ANDRÉ					Mannesmann	650		5,5	
Trorion	900		27,5		GM	20.000		11	
Lanifício Sto. Amaro		5 h	Em negociação						
Atlantis	380		10	10					
Glaurit	1.500		Em negociação						

Fontes: Sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco, Santo André e São Paulo. Noticiário da imprensa.

DEBATE

SINDICATO

Metalúrgicos de Minas

As greves de Contagem e Osasco, em 1968, evidenciaram a posição combativa dos metalúrgicos no quadro geral dos trabalhadores brasileiros. Punidos com severidade, reprimidos em seus legítimos direitos, ameaçados pela insegurança criada pelo FGTS, manietados pela Lei (anti-) Greve e, em última instância, pela Lei de Segurança Nacional e pelo AI-5, mesmo assim, os metalúrgicos não esmoreceram. E a prova está aí, nas greves vitoriosas dos mais de 40 mil metalúrgicos do ABC paulista.

De Fato: João Paulo, 30 mil trabalhadores de indústrias automobilísticas da Região de São Bernardo e Diadema estiveram em greve em São Paulo. Ouve-se muito falar nos últimos 14 anos que as greves causam desordens, que as greves causam inflação e prejudicam por último os próprios trabalhadores que as fazem. Isso é verdade? Por que os trabalhadores estão fazendo esta greve, qual o objetivo e que importância tem essa greve?

João Paulo: O problema maior do movimento operário é a fragilidade das entidades sindicais e da representação dos trabalhadores. Dentro da sociedade capitalista devia prevalecer o livre jogo das forças. E o trabalho historicamente, ele está sempre inferiorizado, principalmente nos regimes totalitários como o nosso, e o governo se prevalece de seu poder discricionário para implantar uma estrutura sindical e dirigir a política econômica dele à vontade, sem qualquer oposição e sem a interferência do maior segmento da sociedade que é a classe operária. O único instrumento válido, o único instrumento de pressão que o operário tem é a greve. Sem a greve o sindicato perde até sua razão de existir. Porque ele fica inerte diante das pressões do capital e mesmo da orientação que o governo dá à economia e impõe uma sociedade desigual e aí surge desequilíbrios e uma série de outros fatores como nós estamos vendo aqui. De modo que quanto à greve, eu acho que a greve do ABC é legítima, acho que ela deve se propagar por todo o território nacional e acho que é uma obrigação de cada trabalhador dar o apoio e buscar uma expansão do movimento na sua área. Este é o pensamento de nosso sindicato. (...)

João Paulo: O que o sindicalismo vem querendo é que nós não queremos interferência do governo nos assuntos sindicais. Não queremos lei nenhuma para regulamentar a greve. A única lei que nós queremos é a que impeça o governo de interferir nos casos de greve. As negociações para a volta ao trabalho têm que ser feitas diretamente com o patrão e o governo não pode

interferir. Nós queremos então é proteção para o trabalhador reivindicar. Quem decide quando vai fazer a greve e quando vai voltar ao trabalho é o próprio operário. Nem é a diretoria do sindicato, ela tem apenas de representar aquilo que a categoria deseja.

Maria Antonieta: Eu acho que, como falou o companheiro Raimundo, realmente a greve deve ser fruto de uma necessidade, de uma reivindicação. O fato de haver uma lei regulamentando a greve é o que menos interessa. O que nos interessa é que essa lei que existe atualmente e que não favorece absolutamente o trabalhador, que ela seja retirada. Eu acho que muita coisa se perdeu hoje é porque o trabalhador perdeu a sua principal arma, que é a greve. A negociação direta inclusive não tem papel nenhum sem a possibilidade de se fazer a greve.

Inácio: Em tudo isso eu não acho que é importante discutir sobre o direito de greve. Como o Raimundo falou, o importante não é colocar umas palavras bonitas pelo direito de greve. O importante é fazê-la. Esse é que é o direito do trabalhador. À medida que o trabalhador faz a greve essa greve é legítima, é real e ela soluciona seus problemas. (...)

Raimundo: Eu queria perguntar ao companheiro aí, de que forma a gente poderia incentivar os companheiros a ir no Sindicato, pra assim melhorar a consciência do trabalhador?

João Paulo: O que você tem que mostrar pro trabalhador, primeiro: o que ele produz, o que a empresa tem de lucro e o que a empresa dá pra ele. Aí ele vai ter noção de que ele está sendo explorado. O outro aspecto ele sente todo dia, que o salário dele não dá pra nada.

Agora, o trabalhador tem que lutar pra mudar a coisa. Ele tem que ter a garantia do emprego dele. Os direitos dele devem prevalecer a qualquer momento em que ele for reclamar. O problema do FGTS, que foi imposto pelo atual governo, para beneficiar os grupos que tinham in-

Mas não só em São Paulo eles mantiveram durante estes sombrios últimos 10 anos o espírito da luta que hoje começa a dar seus primeiros resultados positivos. No Rio de Janeiro, a oposição conquistou o sindicato nas eleições do início do ano. Em Acesita, depois de ganhar por duas vezes consecutivas mas não assumir porque as eleições não tiveram o quorum mínimo estabelecido por lei, a oposição assumiu agora o comando daquela entidade. João Paulo de Vasconcelos, de Monlevade, tem se destacado como um dos mais expressivos líderes sindicais do país. E no Sindicato dos Metalúrgicos de BH-Contagem nasce uma oposição para concorrer às eleições de julho, contra a chapa encabeçada por João Silveira, há nove anos amaciando o assento dos cavaleiros.

Num debate realizado no dia 24 de maio, o DE FATO reuniu João Paulo de Vasconcelos, do Sindicato de Monlevade, Demerval Júlio de Andrade, do Sindicato de Acesita, e Ignácio Hernandez, Raimundo Lana e Maria Antonieta Pereira, membros da Cmapa-2 de oposição à atual diretoria do Sindicato de BH-Contagem, para esclarecerem suas posições sobre temas sindicais e questões da luta operária.

Apesar das divergências surgidas em alguns pontos, o que se pode observar é que, de maneira geral, os metalúrgicos avançam com passos firmes na luta contra a exploração do capital sobre o trabalho.

teresse de entrar no Brasil, e que vem absorvendo uma série de empresas nacionais. E que antes o passivo trabalhista, que é aquele valor da indenização que a empresa teria que pagar ao empregado estável, e que hoje ela não tem mais, esse era o maior obstáculo para uma multinacional assumir o controle de uma empresa nacional. Porque o vulto do valor das indenizações a serem pagas atemorizava o capital estrangeiro. O Fundo de Garantia veio então para acabar com isso, e acabar com a estabilidade. Porque se alguma coisa de sério se fazia no movimento sindical era porque o trabalhador tinha garantia do emprego dele. Ele podia ir reclamar e a empresa não podia despedi-lo. Na situação atual até o dirigente sindical, o bom dirigente sindical, ao retornar à empresa também é despedido. Porque ele representa uma ameaça. É com isso tudo que a gente tem que acabar.

De Fato: Eu queria completar a pergunta. Além da questão ideológica, como você coloca os problemas de organização dos trabalhadores para chegar a isso? Quer dizer, você citou uma série de requisitos que seriam necessários para os trabalhadores terem condições de chegar à greve, mas não tocou no problema organizativo. Pra chegar à greve talvez não fosse suficiente mostrar que o lucro da empresa é grande, mas teria que organizar de alguma maneira os trabalhadores, pela base, para eles chegarem a isso...

João Paulo: O problema da organização é fundamental. O sindicato tem que mostrar hoje pro trabalhador a finalidade da entidade. Como ela deve atuar, o que cabe ao trabalhador fazer. Quais são os problemas da atualidade. Como devem ser as relações entre o trabalho e o capital. As finalidades sociais do capital, etc. O que hoje a gente vê aí é uma acumulação de lucro pela simples razão da existência do lucro e do poder. Não podemos concordar de jeito nenhum com isso. Agora, quanto à estrutura, à organização do sindicato, nós não podemos

impor nenhum modelo. Temos que mostrar para o trabalhador a posição dele, a dignidade dele, o que ele deve conquistar. A primeira coisa é a liberdade e autonomia, e ele gozar dessas prerrogativas todas, que o trabalhador deve gozar num regime capitalista. Então a primeira coisa é o trabalhador se conscientizar de que somente unido em torno da sua entidade, dar o respeito a sua entidade, e reagir nos momentos que for preciso reagir, pra poder dar consistência ao movimento sindical. Agora, tudo o que for surgir desse movimento sindical tem que surgir diferente disso que existe. Não pode ser imposto, não pode ser idealizado por uma entidade de cúpula ou pelo sindicato. Deve surgir naturalmente. Quer dizer, a gente deve exigir e reivindicar a extinção de toda lei que regulamente, que tutele o trabalhador. Tudo deve ser fruto da reivindicação do trabalhador, através de sua representação eleita democraticamente.

Maria Antonieta: A respeito dessa questão de organização o que eu acho principal não é propriamente o sindicato estar constantemente aberto, ser um sindicato democrático, representativo. Acho que essas questões são muito importantes também. Mas o principal é o sindicato ser reivindicativo. Ser bastante voltado pra realmente defender os interesses do trabalhador e que antes de tudo favoreça a organização do trabalhador dentro de sua própria fábrica. Eu acho que não adianta um sindicato assim, que está sempre aberto, sempre com uma grande presença de operários, se ele não trabalha no sentido de formar delegações sindicais, como no sindicato do Rio, em que existem delegações que se reúnem no sindicato, discutem os problemas de sua fábrica, encaminham as lutas. É uma organização de base. Então acho que a questão principal para um sindicato é que ele se preocupe em organizar esse trabalhador pela base, e que forme comissões de fábrica. Por exemplo, a reposição salarial. Acho que era muito importante que todos os sindicatos no Brasil que encaminhassem essa luta permitissem e estimulassem a formação de comissões. Porque é assim que o trabalhador participa, que ele debate o seu problema, que realmente ele toma consciência da necessidade de estar mais organizado, mais unido.

João Paulo: Eu não concordo muito com você, não. Porque hoje os sindicatos não podem viver de líderes carismáticos. Não é a convocação da diretoria que vai consolidar o movimento sindical. Eu acho que um trabalho dos sindicatos, no momento, bastante importante é conscientizar. Mas eu acho que o problema maior é que eu, como nós todos que estamos dentro do movimento sindical, que trabalhamos e vivemos de nosso salário, nós temos que estar conscientes de que quando uma injustiça desabar sobre você, ou se nós recebemos um salário que não é o desejado, ou outras coisas

que surjam dentro do ambiente de trabalho, eu tenho que sentir a mesma dor de qualquer um que foi atingido. E hoje, o que a gente vê dentro da fábrica é a dedagem. O sujeito passa por cima do companheiro pra galgar uma posição melhor. É uma esculhambação.

Maria Antonieta: Eu acho que isso é importante. A gente deve estimular a solidariedade de classe, a solidariedade entre e dentro de cada fábrica, nas assembleias sindicais, em cada problema que ocorra. Agora, acho que isso fica no ar, se a gente não organiza. Qual foi o grande problema dos sindicatos em 64? Tinha muita liderança sindical que tava do lado do trabalhador. Tinha muita liderança sindical que realmente combatia, que não era pelega. E o que ocorreu? Quando desabou esse governo que existe aí hoje o que aconteceu? A maioria das lideranças foram afastadas, os sindicatos sob intervenção, não existia nenhum trabalho de base, e nós tivemos anos em que o trabalhador foi explorado e que não tinha como responder a isso. Então eu acho o seguinte: o fundamental do sindicato está na base. E não é só a base comparecer na assembleia. É a base estar organizada nas delegações, nas comissões, discutindo com organização própria do trabalhador. Especialmente por que nós temos uma estrutura sindical atrelada, uma estrutura que não comporta as reivindicações. Se o Lula apoiasse hoje abertamente aquela greve, incentivasse, ele teria intervenção no sindicato dele. Se você, João Paulo, fizer isso lá no seu sindicato, você está com intervenção. Então a questão é estimular o trabalho de base e é esse trabalho de base inclusive que vai ter força pra fazer e aguentar a greve, e pra mudar a estrutura sindical. **DE FATO**



JORNAL DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA

DE B. H. E CONTAGEM (CHAPA 2)

- Nº 1 - ABRIL DE 1978

O PROGRAMA DA OPOSIÇÃO

(As eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de B.H. e Contagem serão realizadas de 10 a 14 de julho. C.B)

POR UM SINDICATO REPRESENTATIVO

- A diretoria não decidirá nem agirá sozinha. Trabalhará democraticamente em contato com as bases, promovendo assembleias, consultas aos companheiros metalúrgicos e reuniões por fábricas. A classe será chamada a decidir.

- A diretoria se comprometerá a respeitar as decisões das assembleias e trabalhará pela formação e pelo reconhecimento oficial das delegações sindicais e pela estabilidade dos delegados sindicais.

- O Sindicato estará sempre aberto para todos os metalúrgicos, inclusive para os que discordarem da diretoria.

- A maior parte dos diretores permanecerá na produção, por ser necessário o contato com as bases e para sentir seus problemas na carne.

- Será criado um Departamento Feminino, que trabalhará:

- pela integração da mulher metalúrgica na luta sindical

- pela solução de seus problemas específicos, como criação de berçários, estabilidade para gestantes, pela manutenção da proibição do trabalho noturno etc.

- pela mobilização da mulher metalúrgica para a luta comum da classe

- o Departamento Feminino promoverá cursos, reuniões e debates.

POR UM SINDICATO INDEPENDENTE

- A diretoria lutará pela autonomia sindical e pelo direito de se expressar livremente. Lutará pelo desligamento dos Sindicatos do Ministério do Trabalho (contra o Estatuto Padrão, contra a contribuição sindical, (o antigo imposto sindical) contra o "direito" de intervenção etc.).

- Os diretores à disposição do Sindicato em tempo integral não receberão das indústrias, mas do sindicato, para conservar a independência. Seu salário será igual ao da carteira e o aumento conforme o da categoria.

- Os diretores não receberão ajuda de custo nem outras regalias. Farão declaração de bens perante a categoria, mediante documento escrito ao assumir e deixar o cargo.

- A diretoria prestará contas da situação financeira do Sindicato a cada 4 meses.

POR UM SINDICATO REIVINDICATIVO

A diretoria estará atenta e pronta para a luta contra as injustiças constantes.

Lutará:

- Por salários compatíveis com o aumento do custo de vida.

- Pelo direito de greve e pelo fim do arrocho salarial.

- Pela continuação da luta pela reposição dos 24,4%.

- Por condições humanas de trabalho nas fábricas (pagamento do adicional de insalubridade, fornecimento de equipamento de segurança adequado, restaurantes e refeitórios, banheiros etc.).

- Pela reconquista da negociação direta com os patrões.

- Pelo contrato coletivo de trabalho.

- Pela estabilidade no emprego.

- Por salário igual para trabalho igual, principalmente no que se refere ao trabalho da mulher e do menor.

- Por um piso salarial justo para a categoria.

- Por férias em dobro.

- Pelo combate ao desemprego.

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

BOLETIM JUNHO/78

(HINO DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA)

COMO PODE UM POVO VIVO VIVER NESTA CARESTIA

O Abaixo-Assinado é atualmente um dos primeiros passos do nosso MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA.

Com ele procuramos principalmente maior participação do povo nessa luta. Hoje, encontramos todas as condições para ampliá-la, uma vez que a carestia é um dos problemas mais sentidos pela população brasileira.

Essa ampliação é importante, pois possibilita meios de ajudar a nossa organização. Em muitos bairros, por exemplo, foram organizados grupos de moradores de ruas, mutirões, atividades culturais e debates sobre o custo de vida.

Alcançar a meta de 1 milhão de assinaturas, significa para o momento atual a ampliação da luta do MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA.

É importante que o Abaixo-Assinado atinja os mais amplos setores da sociedade, mas, principalmente, que ele seja um instrumento de organização e luta tanto nas fábricas, nos bairros como no campo.

MUTIRÃO DE ASSINATURAS

DIA: 22 DE JUNHO
HORA: 13 HORAS
LOCAL: CENTRO DA CIDADE NA ESCADARIA DA CATEDRAL DA SE

Nós temos uma resposta simples para dizer o que é inflação: é um aumento geral nos preços das mercadorias e serviços, principalmente das mercadorias e serviços consumidos por nós, como o pão, o café, o leite, o feijão, o arroz, a carne, a roupa, o calçado, o material escolar, a condução ou a energia elétrica. Portanto, inflação é aumento do custo de vida, é carestia: isto é o que sentimos.

A inflação é também a desvalorização do nosso dinheiro. Para comprarmos a mesma quantidade de mercadorias na feira, é preciso, a cada semana, levar uma quantidade de dinheiro maior. Portanto, o valor do nosso dinheiro cai.

O governo e outras autoridades sempre falam que não podem dar aumentos maiores de salários para os trabalhadores, porque vai aumentar perigosamente a inflação.

E com essa explicação, o governo além de controlar nossos salários, nos impõe uma visão de medo de que ao pedirmos aumento salariais, criamos a inflação.

Mas sabemos que não são os aumentos salariais as causas reais da inflação. Afinal nos últimos anos, os aumentos de salários sempre foram baixos, enquanto, o custo de vida subiu adoidado.

E, se hoje compramos menos produtos com os nossos salários, sabemos que o nosso dinheiro, que já anda curto, vai se concentrar em outras mãos.

Por exemplo, quando sobe o preço do pão é o nosso dinheiro que paga o aumento do preço do trigo, do transporte, os lucros dos patrões e dos intermediários e até os impostos que eles tem a pagar. E isto ocorre com todos os produtos que compramos. Quanto mais caro pagamos, maiores serão os lucros dos grandes industriais, comerciantes, banqueiros e fazendeiros.

Como acontece isso? Será que pechinchando com o feirante vamos resolver o problema?

Não! O primeiro passo que precisamos dar é entender melhor quais são as verdadeiras causas da inflação e do aumento do custo de vida.

O POVO NÃO É CULPADO

Em primeiro lugar, vamos ver que no nosso país tudo o

que é produzido não é discutido e nem decidido pelos trabalhadores.

Na cidade, são os industriais que decidem qual o produto que deve ser fabricado, por quanto deve ser vendido e qual o salário que os trabalhadores devem receber. Eles decidem sempre produzir o que dá mais lucro. Nunca se leva em conta os nossos interesses e necessidades.

No campo, acontece a mesma coisa. A decisão cabe aos grandes fazendeiros, latifundiários e também ao governo. A maioria dos produtos são para exportação. Afinal, para eles "exportar é o que importa".

Como os trabalhadores não participam das decisões, na economia e na política do país, os produtos que precisamos para viver desaparecem como numa mágica, do mercado e das feiras e passam a custar mais caro. É o caso da cebola.

Desse modo, se os trabalhadores pudessem participar das decisões, muitas coisas, com certeza, iriam mudar.

Hoje, a gente plantaria mais feijão do que a soja, que é exportada, e vai alimentar o gado dos países estrangeiros. E, ainda, ao invés de produzir tantos carros de luxo, iríamos produzir mais ônibus, pois afinal os trabalhadores não são sardinhas para andarem "amassados".

Em segundo lugar, a inflação ocorre porque os produtos que chegam à mesa dos trabalhadores passam antes pelas mãos gananciosas de grandes atravessadores, dos grandes atacadistas, grandes supermercados e outros.

Não basta somente haver uma grande produção de mercadorias. É necessário acabar com os intermediários e exploradores, pois eles contribuem muito para encarecer o produto.

Em terceiro lugar, os preços dos produtos sobem porque as terras no campo não pertencem aos trabalhadores e aos pequenos produtores que não recebem ajuda do governo.

Hoje, no Brasil, a maioria da alimentação do povo das cidades é produzida pelos pequenos agricultores. Eles não recebem nenhum financiamento para a sua plantação, colheita, armazenamento e

transporte. Vão sendo expulsos das suas terras pelos grandes latifundiários que só se interessam em plantar os produtos de exportação e com muita ajuda do governo.

Acontece então, que grande quantidade de moradores do campo vão para as cidades, aumentando o número de pessoas que se transformarão em consumidores. Aqui nas cidades não dá para plantar o alimento para o seu sustento como ocorria no campo. É quanto maior o número de consumidores para a mesma quantidade de produtos, mais os preços sobem.

Além disso, muitas pessoas que chegam nas cidades, não conseguem empregos. Aumenta, dessa forma, o número de desempregados e marginalizados, e os patrões aproveitam disso para pagar salários baixos aos seus empregados, uma vez que existe muita gente querendo uma vaga para trabalhar.

O CULPADO É A POLÍTICA DO GOVERNO.

Existem muitas outras causas que contribuem para o aumento da inflação e devemos conhecê-las. Mas, o que já podemos afirmar é que, no fundo, a inflação existe desse jeito por causa da política econômica do governo. Essa política é controlada pelas grandes indústrias, principalmente, as multinacionais, os grandes banqueiros, e os grandes latifundiários. Ela não está voltada agora a necessidade dos trabalhadores. É uma política em que uma pequena minoria de pessoas vive às custas do sofrimento e da exploração de milhões de brasileiros.

Mas não é uma política que vai durar sempre. Ela vai ser modificada a partir do momento em que realmente o povo brasileiro começa a exigir e conquistar sua participação nas decisões do destino do nosso país.

Para o movimento do custo de vida essa exigência e conquista de participação é uma luta que deve reunir todos os trabalhadores das fábricas, nos bairros, no campo, e outros setores da nossa sociedade. É uma luta ampla e aberta a milhões e milhões de brasileiros.

Entendemos que é o povo o único prejudicado com a inflação, seja ela alta ou moderada.



EXIGIMOS:

AUMENTO DOS SALÁRIOS ACIMA DO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

ABONO SALARIAL IMEDIATO E SEM DESCONTO

FOLHA DE S. PAULO

Em 3 horas 14 mil assinaturas

Em três horas de trabalho, percorrendo as ruas do centro da cidade, um grupo de 150 voluntários conseguiu 14 mil assinaturas para o abaixo-assinado de apoio ao Movimento do Custo de Vida.

Espalhados pelos pontos de maior movimento de pedestres, como ruas Direita, 15 de Novembro, José Bonifácio, ladeira General Carneiro e Praça da Sé esses voluntários tentavam conseguir uma maior participação do povo nesta luta contra a carestia cujo abaixo-assinado até a tarde de ontem já contava com 230 mil assinaturas.

A cada pessoa que passava, eles explicavam os objetivos do Movimento, que vai enviar ao presidente Geisel e outras autoridades, no próximo mês de agosto, um abaixo-assinado reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento dos salários acima do custo de vida e abono salarial imediato e sem desconto de 20%, no mínimo, para todas as categorias de trabalhadores. Na maioria das vezes, sem dificuldade obtinham a adesão dos populares

APOIO GERAL

A idéia de promover "mutirões de assinaturas"

como o ocorrido ontem partiu dos clubes de mães da Zona Sul e, uma vez apresentada à Coordenação Geral do Movimento, foi prontamente acatada. Assim, os "mutirões" já vem se desenvolvendo nos bairros com certa regularidade até que atingiu a zona central, onde, garantem os membros da comissão organizadora, serão realizados muitos outros ainda, sempre com o objetivo de ampliar a participação popular na luta contra o aumento do custo de vida.

A maioria das pessoas que estiveram angariando assinaturas no centro eram senhoras, notadamente da periferia, se bem que havia mulheres de diversas classes sociais. Alguns operários vieram também, assim como estudantes de várias faculdades que, tomando conhecimento do "mutirão" através dos meios de comunicação, se apresentaram espontaneamente para ajudar. Aliás, muita gente que passava decidiu colaborar pegando as listas e saindo pela cidade. E, numa contagem inicial, feita até as 16h30 quando muitos ainda não haviam entregue suas listas, tinham sido obtidas 14 mil adesões. 23 6 78



Não foi difícil conseguir adesões: a união contra a carestia é ampla.

PESQUISA OPERÁRIA

O trabalhador, o custo de vida e a farinha

De outubro de 1975 a maio de 1976, a Ação Católica Operária do Recife realizou uma pesquisa sobre salário e custo de vida em dois bairros populares do grande Recife: o bairro de Nova Descoberta e o Bairro Nobre, na cidade de Paulista, próxima do Recife. Os resultados da pesquisa foram divulgados no começo deste ano e, mais recentemente, o Setor de Documentação e Informação Popular (Sedipo) da CNBB - Regional II (Nordeste) divulgou os resultados numa edição popular. Trata-se de um importante trabalho pioneiro a respeito das condições de vida material dos trabalhadores do Nordeste, feito com a participação dos próprios trabalhadores. Movimento publica um resumo dos resultados da pesquisa em sua versão popular.

1 A LEI MANDA COMER BEM

No dia 10 de abril de 1938, o governo brasileiro fez um decreto-lei, de nº 399, que dizia o que cada cidadão tinha o direito de comer e precisava comer para ter boa saúde e uma vida normal. Na verdade, são muito poucos os trabalhadores que podem comer conforme a lei.



Para saber como está a situação dos trabalhadores do Nordeste, nós operários, resolvemos fazer uma grande pesquisa. Ela foi feita entre 1975 e 1976 nos bairros de Nova Descoberta, no Recife, e Nobre, em Paulista.

2 QUANTO VALE O SALÁRIO DIANTE DO CUSTO DE VIDA



E SENDO O SALÁRIO MÍNIMO DE 417 CRUZEIROS, SOMENTE 3 EM CADA 100 TRABALHADORES EM N. DESCOBERTA E 7 EM CADA 100 EM PAULISTA GANHAVAM MAIS DE 1.000 CRUZEIROS POR MÊS!

POR MÊS GANHAM DE ATÉ	N. DESCOBERTA	PAULISTA
0.....200	4,3 %	2,7 %
201.....300	4,3 %	3,3 %
301.....450	40,3 %	41,8 %
451.....600	19,4 %	10,9 %
601.....700	12,2 %	14,5 %
701.....1.000	16,5 %	14,5 %
1.001.....1.500	1,4 %	1,8 %
1.501.....mais	1,4 %	1,5 %

3

O QUE SE GASTAVA EM ALIMENTAÇÃO

DE ONDE SERÁ QUE VEM O RESTO DO DINHEIRO? DO SALÁRIO DOS DEPENDENTES?

PODE SER EM ALGUNS CASOS MAS A PESQUISA MOSTROU QUE EM 47,5% DOS LARES, O ÚNICO DINHEIRO QUE ENTRA NA MESMO ERA O SALÁRIO DO CHEFE.

EU QUERIA ERA QUE ALGUÉM ME EXPLICASSE COMO ESSE POVO CONSEGUE ANDA SOBREVIVER...

ORA É MUITO SIMPLES TRATA-SE DO FAMOSO MILAGRE BRASILEIRO!

É PA! MAS SE METADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA DE NOVA DESCOBERTA GANHAVAM DE 417 PARA BAIXO, COMO É QUE SO 13% GASTAVAM MENOS DE 450 EM COMIDA POR MÊS?

SE 50 EM CADA 100 TRABALHADORES GANHAVA DE 417 PRA BAIXO, E SO 13 DESSES 50 GASTAVAM MENOS DE 450 POR MÊS EM COMIDA...

...ISSO QUER DIZER QUE EM PELO MENOS 37 EM CADA 100 FAMÍLIAS O GASTO COM ALIMENTAÇÃO ERA MAIOR DO QUE O SALÁRIO DO CHEFE.

...E 48 EM CADA 100 CHEFES DE FAMÍLIA GANHAVAM DE 450 ATÉ 100 CRUZEIROS, MAS 62 EM CADA 100 GASTAVAM ISSO SO EM COMIDA...

4

O POVO GASTA MAIS DO QUE GANHA SÓ EM ALIMENTAÇÃO?

POIS É! 3 EM CADA 100 CHEFES DE FAMÍLIA GANHAVAM MAIS DE 1.000 CRUZEIROS DE SALÁRIO. MAS 24 EM CADA 100 FAMÍLIAS GASTAVAM MAIS DO QUE ISSO SÓ EM ALIMENTAÇÃO...

7

COMER PÃO PARA NÃO PASSAR FOME

A PESQUISA MOSTROU O QUE SE COME

A GENTE COMPARA COM O QUE SE DEVE COMER

NOVA DESCOBERTA	PAULISTA
21,2 KG PÃO	11,30 KG PÃO
8,1 KG FEIJO	22,5 KG FEIJO
9,9 KG CARNE	30 KG CARNE
13,6 KG AÇÚCAR	15 KG AÇÚCAR
1,4 KG MARGARINA	3,35 KG MARGARINA
8,1 KG ARROZ	15 KG ARROZ
12 KG CAFÉ	3 KG CAFÉ
14,3 KG FARINHA	7,5 KG FARINHA

5

ASSIM NÃO DÁ

A pesquisa dos trabalhadores mostrou ainda que só 2,2% dos chefes de família em Nova Descoberta e 4,5% de Paulista tinham condições de alimentar a família conforme manda o decreto 399. Além disso se verificou que a média de pessoas por família em Nova Descoberta é de 6 e no Bairro Nobre, a média é de 8 pessoas por família. Assim, em Nova Descoberta, com o salário do chefe de família só dá para comprar 16% da alimentação necessária. Em Paulista, o salário do chefe só dá para comprar 14% do que a lei determina.

6

E TOME FARINHA

Para enganar a fome, o povo reduz o consumo dos alimentos que são caros. A pesquisa mostrou os 8 tipos de alimentos que todos compravam e a média do consumo mensal desses alimentos:

PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS		COMPRAM EM MÉDIA POR MÊS
N. DESCOBERTA	PAULISTA	
71,9 %	60,9 %	14,3 quilos de farinha
66,9 %	60,9 %	21,2 quilos de pão
82,7 %	79,1 %	8,1 quilos de feijão
82,4 %	69,1 %	8,1 quilos de arroz
54,6 %	56,3 %	9,2 quilos de carne
88,5 %	76,4 %	13,6 quilos de açúcar
64,7 %	65,4 %	1,4 quilos de margarina
66,9 %	60,9 %	1,2 quilos de café

É LEITE?

NÃO FOI POSSÍVEL SABER BEM QUANTO SE COMPRAVA DE LEITE MAS SE VIU QUE 18 EM CADA 100 FAMÍLIAS EM NOVA DESCOBERTA E 25 EM CADA 100 EM PAULISTA, NUNCA COMPRAVAM LEITE!!!

MOVIMENTO 12/6/78

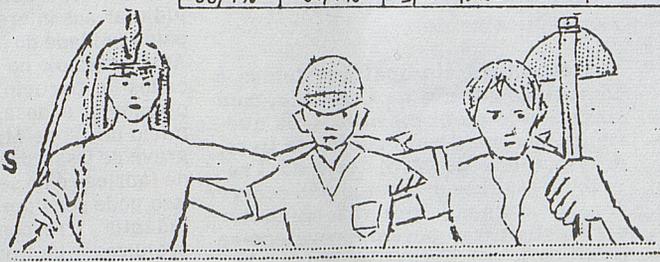
MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Em outras cidades do país, como em São Paulo, a população já está se organizando para lutar contra o problema dos baixos salários e do alto custo de vida. Os trabalhadores de São Paulo estão exigindo:

- congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade
- aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
- abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores

E nós, aqui no Nordeste, o que vamos fazer frente à nossa realidade, se essa situação, mostrada pela pesquisa realizada entre 75 e 76, piorou ainda mais de lá para cá?

**ÍNDIOS
OPERÁRIOS
LAVRADORES
UNIDOS**



"ALVORADA"
prelazia de
São Félix do
Araguaia junho 78

GREVE : OS OPERÁRIOS DAS FÁBRICAS PARAM

- MATO GROSSO -

Faz já bastante tempo que os trabalhadores das grandes cidades do Brasil estão desesperados com o custo de vida tão alto e o salário tão baixo. Eles enxergam que o trabalho deles e que enriquece os donos das fábricas, enquanto o que eles recebem mal dá para viver.

Estes trabalhadores, principalmente os de São Paulo, já não tinham mais condições de trabalhar recebendo uma miséria.

Reclamaram aos patrões. Pediram aumento ao Governo. De nada adiantou.

Então eles, todos unidos, decidiram parar de trabalhar. Foram até as fábricas, como todos os dias, mas ficaram parados, junto das máquinas, sem fazer serviço. Começaram uma greve.

Isso aconteceu nos primeiros dias desse mês de maio. No começo, pararam os trabalhadores de uma fábrica de motores. Nada de bagunça. Tudo com muita tranquilidade. Só iriam voltar ao trabalho quando aumentassem os salários.

Poucos dias depois, os outros trabalhadores, que tinham os mesmos problemas, deixaram também de trabalhar. Ajuntaram-se aos companheiros.

O Governo ficou muito preocupado porque já eram cinquenta mil trabalhadores em greve e 18 fábricas paradas. E a decisão dos trabalhadores era uma só: "voltar ao trabalho quando aumentassem os salários".

Finalmente, os donos das fábricas chamaram os representantes dos trabalhadores e aceitaram a reclamação dos trabalhadores. Lá, a greve parou.

Mais uma vez ficou provado que a união faz a força. Os trabalhadores unidos na defesa de seus direitos conseguiram uma vitória.

EM TEMPO

eleições para o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo

As eleições para a maior entidade de trabalhadores da América do Sul ocorreu esta semana debaixo de mais descarada fraude dos últimos tempos. O pelego Joaquim dos Santos Andrade, há 13 anos dirigindo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fez de tudo para tentar garantir mais três anos de mandato e derrotar as chapas adversárias. Já no segundo dia a chapa 3, da Oposição Sindical, pediu impugnação das eleições à Delegacia Regional do Trabalho, tamanhas irregularidades verificadas.

Os fiscais da Chapa 3 foram impedidos de acompanhar as urnas coletoras de votos pelas fábricas. Havia entre os mesários, membros da atual diretoria e funcionários do sindicato. A votação não teve início nos locais e horários designados pelo edital, numa manobra para despistar os fiscais da oposição. As urnas eram "lacradas" com fita crepe, e mesmo assim não podiam ser rubricadas pelos fiscais, o que permite facilmente a substituição dos votos ali contidos. Não foi exigida identificação dos eleitores.

Além disso, toda a máquina do Sindicato foi colocada a favor da reeleição de Joaquim, como por exemplo, a propaganda feita dentro do consultório médico. Como se não bastasse, até a polícia trabalhou pela reeleição de Joaquim, intimidando, ameaçando e seguindo membros da Oposição Sindical. Nesta edição, *Em Tempo* publica uma síntese do pedido de impugnação, elaborado pelo advogado Marco Aurélio Ribeiro e assinado por Anízo Batista de Oliveira, presidente da Chapa 3, que fazem um relato da fraude, enquadrando-a no contexto da legislação sindical vigente.

Inúmeras foram as irregularidades constatadas desde o início e uma constante se evidenciou desde logo no comportamento do Presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, e de todos, ou quase todos os mesários: a fiscalização por parte da Chapa 3 tinha que ser impedida ou dificultada.

A idoneidade da maioria dos mesários é colocada desde logo em dúvida quando se tem presente que todos, ou quase todos participaram da trama para ludibriar os fiscais, vários deles impediram efetivamente essa fiscalização, e principalmente quando se sabe que são todos eles indicados pelo Presidente da entidade, que também é candidato. (...)

O primeiro incidente mais sério ocorreu quando ao sair o carro que transportava a urna nº 10, verificou-se que dentro dele os mesários transportavam propaganda da Chapa 1. Esse carro teve a sua saída impedida até que chegasse o representante da DRT chamado ao local, que pôde constatar pessoalmente a veracidade da alegação.

Verificou-se em seguida outra trama: as credenciais dos fiscais foram retidas pelos dirigentes que somente iam entregando-as aos poucos e muito depois de já terem saído as urnas,

Por fim, todas as urnas saíram do Sindicato para os respectivos locais de votação e quando se esperava pudesse o pleito seguir um curso normal começaram a surgir as evidências legítimas da fraude.

Em 49 urnas verificamos irregularidades. Descrevemos alguns casos, que se repetem de maneira semelhante pelas outras urnas. (...)

As irregularidades que foram constatadas urna por urna, foram objeto de protestos verbais e por escrito dos candidatos e fiscais da Chapa 3. Todavia houve recusa sistemática de todos os mesários em receber os protestos por escrito ou fazer constar nas respectivas atas qualquer protesto formulado, quer verbal, quer por escrito.

Todas as irregularidades mencionadas acarretam a nulidade das urnas individualmente e da eleição como um todo. É que existem urnas com as irregularidades especificadas e existe irregularidade genérica que abrangeu todas as urnas.

As nulidades decorrem do fato de que as irregularidades apontadas fêrem a Portaria 3437 de 20/12/74 em vários dos seus dispositivos. (...)

A arbitrariedade que se verifica na conduta do dirigente da entidade e dos mesários decorre da legislação arbitrária, consubstanciada na própria C.L.T. e na Portaria 3437 e ainda da omissão dessa Delegacia Regional do Trabalho

A verdadeira sensação e certeza da impunidade por parte dos agentes da fraude. Comportam-se os mesários com cinismo e desfaçatez a toda prova. Riem e fazem chacota dos fiscais e membros da Chapa 3. A alusão da fraude simplesmente sorriem cinicamente.

A estrutura sindical que temos é combatida por nós da Oposição, com sinceridade de propósitos, pois queremos realmente um sindicato livre, desvinculado do Ministério do Trabalho e atuante, o mesmo não ocorre com a situação que diz combater essa estrutura, porém prevalece-se dela para perpetuar-se no poder. Resta evidente que aos atuais dirigentes do sindicato, para garantir-se, vale lançar mão de qualquer meio, moral ou amoral, ainda que relegando os princípios que dizem defender, e os interesses da categoria que dizem representar.

A Portaria 3437 é draconiana, e evidencia a intenção do Ministério do Trabalho de favorecer o continuismo de direções sindicais que não estão comprometidas com as aspirações das respectivas categorias. De fato não as representam e não são por elas legitimadas. Enquanto estiver vigente esta Portaria as eleições sindicais somente serão realizadas com lisura se houver a atuação constante e firme das Delegacias Regionais nesse sentido, garantido às oposições condições de disputarem as eleições e de exercerem seus mínimos direitos nela previstos. A omissão das Delegacias Regionais do Trabalho, significa compactuar com a farsa eleitoral e em vários casos com a fraude.

Três chapas estão concorrendo: nº1, encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, atual presidente; nº2, encabeçada por Cândido Hilário Garcia, e nº3 tendo à frente Anízo Batista de Oliveira.

24.6.78

FOLHA DE S. PAULO

A Palavra do Leitor

Sindicalismo e populismo

"Li com satisfação, na "Folha" de 8/5 um comentário de G.M.B. a propósito do tão malhado "populismo". Não me lembro de onde, mas parece que o ditador Mussolini costumava dizer: "Muitos inimigos, muita honra". Acontece que, nessa "base", perdeu a guerra... Por incrível que pareça, temos hoje no Brasil pessoas que se dizem avançadas, mas que aplicam esse mesmo lema fascista, condenando toda e qualquer política de alianças com o rótulo de "populismo"! É o que acontece com os acadêmicos a que se refere G.M.B., que só exaltam as lutas do sindicalismo anarquista (principalmente a greve de 1917) e seu atual herdeiro: o neo-anarquismo apregoadado em recentes entrevistas por José Ibrahim, líder das autodenominadas "Oposições Sindicais".

"Para esses acadêmicos, a greve de Osasco de 1968 seria a "retomada" de 1917. Ora, a orientação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1968 foi extremamente aventureira e prejudicial aos interesses dos trabalhadores: rompeu a unidade do MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho), no qual até os pelegos eram forçados a participar pela pressão das bases; promoveu a desastrosa intervenção no comício de 1.º de Maio, na praça da Sé; e levou a greve de Osasco ao beco sem saída da ocupação de fábricas e do sequestro de funcionários. Tudo isso pode ser "uma boa" para certos grupos estudantis irresponsáveis, mas causa sérios prejuízos à luta dos trabalhadores. Gostaria de fazer uma pergunta, para esses acadêmicos a que se refere G.M.B.: na história das lutas políticas de nosso país, o maior "perigo" veio do sindicalismo anarquista ou do sindicalismo "populista", que sofreu o "colapso" de 1964?

"Neste último 1.º de Maio, os herdeiros de 1917 montaram um espetáculo em Osasco presenciado por uma plateia quase só de estudantes; foram também responsáveis pela "façanha" de valar dois senadores do MDB, em Santo André. Será que não havia outros alvos, para essas pessoas mostrarem tão grande "valentia"?

"Quanto a nós, sindicalistas autênticos, preferimos seguir o único caminho válido: lutar pela unidade dos trabalhadores e pela unidade com todos os democratas. Os trabalhadores são os maiores interessados na reconquista das liberdades democráticas. E todos os verdadeiros democratas sabem que é impossível reconquistar a democracia se os trabalhadores não estão mobilizados. Então, eu digo: vamos juntar a fome com a vontade de comer! Enfim, com a devida licença dos acadêmicos, o negócio é ser "populista". Cândido Hilário Garcia de Araújo (Capital, SP).

28.5.78

AS LUTAS NO CAMPO

Trabalhadores rurais ameaçam invadir cidade

Os trabalhadores rurais do município de Palmares, no interior de Pernambuco, estão ameaçando invadir a cidade em busca de alimentos, caso não seja encontrada uma rápida solução para os difíceis problemas que enfrentam, pois estão vivendo praticamente de farinha e pequenos peixes pescados no rio Una. A ameaça foi feita em manifesto assinado por mais de 600 trabalhadores rurais, que foi entregue, em fins da semana passada, ao prefeito de Palmares, Antonio de Almeida Neto, e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

ES.P. 14. 6. 78

MOVIMENTO Engenheiros de cana: recorde de miséria

Dia 9 último, Floriano Alves, delegado geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, Pernambuco, resolveu "botar a boca no mundo". E denunciou a situação dos trabalhadores dos engenhos São João da Prata, Capriço e Serra Azul. Ali, "há 5 semanas estão trabalhando somente pela bôia, e tem muita gente morrendo de fome". Em dois outros engenhos, Coicero e Poço, "os trabalhadores, além de férias vencidas, estão com todos os documentos na Justiça e nada foi resolvido".

FOLHA DE S. PAULO

Chefes índios vão reunir-se em Mato Grosso

CUIABA,

Representando cerca de 20 mil índios de quase todos os Estados brasileiros, 50 chefes indígenas reúnem-se de 16 a 19 deste mês na aldeia de São Marcos, um dos maiores redutos de Xavantes do norte de Mato Grosso, para discutir uma série de problemas comuns às comunidades espalhadas pelo Brasil.

O principal assunto da reunião, que contará com a presença inclusive de chefes Kaingang, do Rio Grande do Sul, relaciona-se com as terras ocupadas pelos indígenas e que têm sido objeto de frequentes atritos com os brancos que as invadem. Os índios vão trocar opiniões, baseadas em suas experiências, de como defendê-las e também recuperar as que já caíram nas mãos de invasores.

Outro dos temas relaciona-se com a defesa de seu patrimônio cultural, que também aos poucos vai sendo destruído em consequência dos contatos com os brancos. Serão discutidos, também, a anunciada emancipação do índio, frequentemente defendida pelo ministério do Interior, e que não é bem aceita pelas comunidades mais esclarecidas.

Segundo Floriano Alves, a situação é tão grave, que a população de Palmares está intranquila, "pois a qualquer momento a cidade pode ser invadida pelos trabalhadores". Os proprietários de engenhos apelaram para a Delegacia Regional do Trabalho, que imediatamente enviou "inspetores". Consta que no dia 8 já teria havido uma invasão pacífica de famintos e de desempregados na localidade vizinha de Água Preta.

Palmares é hoje o maior centro da indústria açucareira do Estado, com 6 usinas de grande e médio porte. É também município recorde em conflitos trabalhistas. E a agro-indústria açucareira regional atravessa uma de suas maiores crises, embora Pernambuco tenha encerrado a safra com produção recorde: mais de 22 milhões de sacas. Os donos de engenho reclamam pelo retardamento da liberação de financiamento para o plantio. Os usineiros, por sua vez, falam na queda do rendimento industrial, nas pragas, na descapitalização e endividamento crônico do setor, e no preço insatisfatório do produto no mercado internacional.

Mas quem tem mais razão de reclamar são os responsáveis diretos pela criação de riqueza no setor, os assalariados rurais e operários das usinas. São cerca de 150 mil trabalhadores, cada vez mais empobrecidos pelo achatamento de salários, no desespero da migração do campo para a cidade, no descumprimento das leis trabalhistas vigentes, na repressão sistemática e violenta às mais simples manifestações de descontentamento e às suas reivindicações.

19. 6. 78

DENUNCIAS NÃO SÃO ATENDIDAS

Quebrando o protocolo ao apertar a mão de algumas das cinco mil pessoas presentes e aproveitando para fazer um trocadilho nitidamente eleitoral em seu discurso de improviso — "Recife é uma cidade renovada. Renovada dentro do nosso programa, que é um programa de aliança renovadora" —, o presidente Geisel inaugurou ontem a barragem de Carpina, a 66 quilômetros do Recife, uma das obras de defesa da Capital pernambucana contra as enchentes periódicas do rio Capibaribe.

Num palanque armado no canteiro de obras, Geisel enalteceu a obra, afirmou: "Cumpro assim a promessa que fiz. Não faço um favor. Cumpro apenas um dever, um dever de solidariedade humana e um dever de chefe de governo. Apenas cumpro um dever e espero que todos aqueles que têm responsabilidades o façam".

Durante a solenidade de inauguração, uma representação dos sindicatos de Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Carpina, Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá e Feira Nova — todos municípios do vale do Capibaribe tentou entregar ao presidente um memorial com reivindicações e denúncias de irregularidades no pagamento de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) a 200 famílias, cujas propriedades serão inundadas pelo reservatório a ser formado pela empresa. Os homens da segurança presidencial porém, impediram a entrega do documento.

ES.P. 30. 5. 78

Denunciada pressão a religiosos

O bispo de Goiás Velho, d. Thomaz Balduino, denunciou, ontem, em Goiânia, que o delegado de polícia de Mossamedes — cidade do interior goiano próxima à antiga capital do Estado — está interrogando os religiosos da paróquia local para saber quem ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossamedes e quais as pessoas que participaram da solenidade de fundação. Os interrogatórios começaram a ser realizados no último dia 4.

A irmã Oscarina foi interrogada durante uma hora e meia, sobre o objetivo do Sindicato, quais as pessoas que ajudaram a organizá-lo, quem veio de outras cidades no dia da fundação, quem ajudou a fazer a ata de criação da entidade, se ela promove reuniões no Sindicato e, finalmente, se o vigário tinha dado alguma ajuda.

segundo o bispo, é o crime de impedir que os trabalhadores se unam para fundar seu sindicato. "Este crime — afirmou — favorece o despejo sumário das terras e o crescimento rápido das fazendas, promove a grande empresa agropecuária e a grande fome do povo agricultor".

O segundo crime, de acordo com o bispo, é a "prostituição dos sindicatos já existentes", pois "certos pelegos trabalham dia e noite, por meio de promessas e ameaças, de compra com dinheiro ou repressão policial, tentando desmantelar a organização sindical".

14. 5. 78

MOVIMENTO

Contra a violenta expulsão dos colonos

A Contag critica as decisões do governo no caso de Nonoai e pede mais uma vez a reforma agrária.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura enviou uma carta ao ministro Golbery do Couto e Silva manifestando sua discordância a respeito da "inusitada e violenta expulsão dos colonos" da reserva indígena de Nonoai, Rio Grande do Sul, ocorrida recentemente. A CONTAG reconhece que as áreas em litígio são de propriedade dos indígenas, mas discorda "da maneira como foram expulsos os agricultores e suas famílias, que a exerciam suas atividades agropecuárias, pela simples razão de ter a FUNAI permitido a ocupação das terras em apreço, mediante contratos celebrados entre o órgão e os colonos". Ainda de acordo com o documento, endossado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado

do Rio Grande do Sul, a FUNAI sabia que os contratos poderiam ser denunciados, mas incentivou a presença dos colonos e permitiu que eles realizassem benfeitorias nas áreas ocupadas, tais como: casas de moradia, construções rurais, recuperação e fertilização do solo, plantio de culturas permanentes, etc... Tudo isso os colonos arrendatários perderam. A CONTAG e a FETAG reivindicam no final do documento "a execução da Reforma Agrária, dentro dos princípios emanados do Estatuto da Terra", pois esta a solução justa "para essas milhares de famílias, nossos irmãos brasileiros, imbuídos de uma vontade só: viver de forma condigna e produzir, com a força de seus braços, para o progresso deste imenso país".

12. 6. 78

médicos, sindicato:

A diretoria que tomava posse anteontem à noite na sede da Associação Paulista de Medicina era do Sindicato dos Médicos de São Paulo. A maioria das quatrocentas pessoas que lá compareceram era formada por médicos. No entanto, toda a cerimônia parecia ser a demonstração de uma mudança que cada vez mais se enraíza na prática profissional e na consciência da categoria — como de resto em muitas das antigas profissões ditas "liberais" no País.

Jovens médicos e dirigentes sindicais operários desfilavam ao microfone, explorando o trabalho pelos patrões, autonomia e liberdade sindical, direito de greve, direito ao estabelecimento de contratos coletivos de trabalho, 1º de Maio, anistia ampla e irrestrita, etc.

Pouco familiares também talvez parecessem as manifestações intensas e efusivas do plenário quando eram mencionados os nomes de Francisco Lacerda e Joana D'Arc Vieira, atingidos pelo veto da Delegacia Regional do Trabalho, que os impediu de tomar posse junto com os companheiros eleitos pelo voto direto dos médicos sindicalizados.

E havia mais: a aclamação recebida pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva (Lula), ao chegar para a solenidade.

No entanto, a explicação era clara e foi a tônica do discurso do novo presidente do sindicato, Agrimeron Cavalcanti da Costa. Hoje, o médico é um trabalhador assalariado. E, como trabalhador assalariado, sofre a exploração intensa de seu trabalho pelas empresas privadas que prestam serviço na área de saúde e pelo próprio Estado.

"O Estado brasileiro — disse Agrimeron — vem concentrando em suas mãos, de forma crescente, os recursos orçamentários referentes ao setor saúde. Em 1966, com a criação do INPS, unificando os antigos institutos de pensões e aposentadorias, esse processo atingiu seu ponto máximo.

"A partir dessa época, frente ao leque de opções possíveis, e tendo que dar respostas às pressões de demanda por serviços médicos, é adotada uma solução privatizante. É o momento no qual o setor público deixa de optar deliberadamente por uma política de construir seus próprios hospitais e ambulatórios — criadores de um amplo mercado de trabalho para o médico e para outros profissionais de saúde — e passa a comprar serviços da rede privada.

"Quem saiu ganhando? A rede privada de hospitais, que passou a faturar alto através de toda a espécie de expedientes capazes de fazer aumentar sua cota de serviços apresentados no fim do mês, e as empresas de medicina de grupo...

"Quem saiu perdendo? Os médicos e a população.

A necessidade da aproximação entre os médicos e os demais trabalhadores manifestou-se ainda no próprio campo da ação profissional. "Não existe nenhum conflito entre as reivindicações dos médicos e as pressões da população pela melhoria da atenção médica", disse Agrimeron em seu discurso.

"Devemos ter a clareza de ver — prosseguiu — que mais atendimento médico-hospitalar não tem necessariamente como resultado uma melhoria das condições de saúde da população. É preciso ainda que, além de uma medicina voltada para os interesses do povo, haja a erradicação dos fatores que predisõem as grandes massas às doenças, ou seja, a miséria, os baixos salários, a falta de saneamento básicos de condições mínimas de higiene e moradia que atingem grande parcela de nossa gente".

Residentes: justos salários

MOVIMENTO 1967/8

Desde o dia 8 de junho que os 141 médicos residentes da Escola Paulista de Medicina e que trabalham no Hospital São Paulo estão com suas atividades paralisadas, assim como os 200 internos (alunos dos dois últimos anos da Faculdade) e 550 estudantes de medicina do 1º ao 4º ano, que entraram em greve de solidariedade.

O problema dos médicos residentes de São Paulo é o mesmo de quase todos os seus colegas em todo o país e que nos últimos meses tem provocado diversas manifestações como forma de pressão para solucionar-lo.

Eles querem melhores salários, ou melhor: querem salários justos para as intensas atividades que exercem nos hospitais. "Trabalhamos 12 horas por dia, incluídos os plantões noturnos e os fins de semana. O salário que recebemos é tão baixo que não dá para sustentar a família e comprar livros médicos, que chegam a custar mais de mil cruzeiros" — dizem os residentes paulistas numa carta endereçada aos pacientes internados no Hospital São Paulo, explicando por que pleiteiam um piso salarial equivalente a cinco salários mínimos mensais (aproximadamente Cr\$ 7 mil 800).

Criada para complementar e suprir as deficiências dos seis anos de aprendizado nas escolas de Medicina, a residência é hoje um negócio altamente rentável para os proprietários de hospitais e extremamente desgastante para os recém-formados. Estes últimos, que deveriam ficar dois anos nos hospitais aumentando seus conhecimentos, são na verdade os responsáveis por quase todo o atendimento aos doentes, principalmente em pronto-socorros. No caso de hospitais particulares, como o Hospital São Paulo, o trabalho destes residentes não custa nada à empresa, pois seus salários são pagos com o dinheiro público.

a greve de médicos

Manifestações

As 16 horas de hoje cerca de 500 médicos residentes de todo o Estado de São Paulo estarão participando da concentração marcada em frente à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura, na avenida São João. Os residentes lerão, em voz alta, uma carta aberta à população, na qual explicam os motivos de seu movimento por melhores salários e condições de atendimento nos hospitais e, em seguida, entregarão à delegada Dalva Assumpção Souto Maio uma carta reivindicatória.

Devem comparecer à concentração representantes de residentes que exercem suas atividades em 30 hospitais do Estado de São Paulo, mas o maior número caberá, certamente, aos médicos do Hospital São Paulo e da Santa Casa de Misericórdia, ao todo 461 residentes, que entraram em greve depois que seus pedidos não foram atendidos.

Além dos médicos, a concentração contará, também, com a presença de bom número de estudantes da Faculdade Paulista de Medicina, que paralisaram suas aulas há 15 dias, em solidariedade aos residentes e os da Faculdade de Medicina da Santa Casa.

F.S.P. 22.678

Greves se alastram

Não é apenas uma luta por aumento salarial: é "uma ruptura com o esquema liberal da medicina, e uma reação ao próprio modelo de saúde do País". A explicação, dada por alguns dos líderes dos movimentos grevistas dos residentes médicos — hoje há paralisações em São Paulo, Rio, Minas, Pernambuco e Rio Grande do Sul — traz também uma crítica: a de que a implantação da residência deve-se ao emprego de mão-de-obra barata pelos hospitais, à busca de especialização, à formação deficiente dos médicos e ao processo de assalariamento dos médicos.

E.S.P. 25.678



ELEIÇÃO NO SINDICATO DOS JORNALISTAS DO RIO

JORNALZINHO DA OPOSIÇÃO



“Unidade e Ação” inicia ofensiva da campanha

Foi iniciada, na semana passada, a grande ofensiva da campanha da Chapa 2, “Unidade e Ação”, que concorre às eleições para a Diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio. O candidato a presidente, Carlos Alberto Oliveira, acompanhado de outros membros da chapa oposicionista, tem visitado as redações e assessorias de imprensa, com o objetivo de manter um diálogo direto com os jornalistas cariocas, discutir o Programa da Oposição e pedir o apoio de todos para a campanha.

Os membros da Chapa “Unidade e Ação” têm enfatizado nessas visitas a necessidade de participação do maior número possível de jornalistas na campanha oposicionista para acabar com 12 anos de peleguismo no Sindicato. Este apoio da classe é fundamental, tendo em vista a série de manobras insidiosas da atual direção do Sindicato, que concorre à reeleição, para afastar os opositores. Entre essas manobras destaca-se o evidente patrocínio à tentativa de

impugnação de onze membros da chapa “Unidade e Ação”. Além disso, tem sido impedido o acesso da Oposição à lista de associados do Sindicato. Para que haja igualdade de condições entre as duas chapas na eleição é preciso que a Oposição também tenha acesso a esta lista.

Além das visitas aos locais de trabalho dos jornalistas, a Chapa “Unidade e Ação” criou um plantão permanente no escritório do seu Comitê Eleitoral para o recebimento de sugestões e colaborações dos jornalistas cariocas, bem como reclamações e denúncias de violações dos interesses profissionais. O Comitê Eleitoral da Oposição funciona na Rua Sacadura Cabral, 60, sala 527, telefone 243.2486. A Chapa “Unidade e Ação” também convida todos os jornalistas cariocas identificados com o seu Programa, para participarem das reuniões da campanha, que se realizam todas as terças-feiras, a partir das 21 horas, naquele local.

PROGRAMA QUER SINDICATO FORTE E REPRESENTATIVO

Transformar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro numa entidade prestigiada e atuante em defesa dos interesses da categoria, com a participação de todos os associados. Este é o objetivo síntese do Programa da chapa oposicionista “Unidade e Ação”, que concorrerá nas próximas eleições sindicais.

O Programa da chapa “Unidade e Ação” (Chapa 2) foi elaborado com a participação de centenas de jornalistas cariocas reunidos em uma série de assembleias da classe, durante o ano passado. Também foi com base em ampla consulta à classe que foi constituída a chapa oposicionista, de cuja formação participaram cerca de dois mil jornalistas, através de eleição direta.

Resumo do Programa

O Sindicato precisa ter fortalecida sua atividade através da ampla participação de todos os jornalistas, efetivada em campanhas permanentes de sindicalização, na formação das Comissões Sindicais por local de trabalho, previstas no Estatuto, e no respeito ao direito de opinião de todos sobre as decisões a serem tomadas.

A situação salarial dos jornalistas tem de se constituir numas das principais preocupações do nosso Sindicato. Para isso, devemos lutar pela elevação do piso mínimo profissional e por aumentos superiores aos índices irrealistas fixados pelo Governo, sempre que possível através de negociações diretas com os patrões. Devemos também lutar por contratos coletivos de trabalho que incluam justa remuneração para os profissionais que tiverem seu trabalho utilizado total ou parcialmente em mais de um veículo de divulgação.

Na defesa do mercado de trabalho, cabe pleitear a revisão do FGTS, para propiciar o retorno da estabilidade, criar um fundo de desemprego, uma cooperativa de trabalho e impedir a utilização da Portaria 1002 pelas empresas jornalísticas.

Embora com reivindicações específicas da categoria, o Sindicato não pode se isolar da luta de todos os trabalhadores pela maior liberdade de organização sindical e pelo direito de greve. Enquanto Sindicato de Jornalistas, devemos considerar a luta pela liberdade de imprensa como fundamental para o exercício digno da profissão. O Sindicato deve obter modificações na legislação para propiciar a criação de um Código de Ética e Responsabilidade, que garanta a inclusão nos dissídios coletivos de cláusulas que impeçam punições a profissionais que se recusem a cumprir ordens que se choquem com as normas éticas da profissão.

DRT-Rio impugna jornalista

O jornalista Carlos Alberto Oliveira, candidato à presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, recebeu com surpresa a impugnação de seu nome pela DRT, na chapa da oposição, que concorrerá às eleições de hoje.

A impugnação também surpreendeu os demais candidatos da oposição, que continuam em campanha. Ontem, a DRT carioca convocou o presidente do sindicato, para informá-lo da impugnação de mais oito nomes da oposição; assim, eleva-se a 11 o número de impugnados na chapa 2.

A chapa da situação, encabeçada por José Machado, que há 10 anos dirige o sindicato, perdeu quatro candidatos, que desistiram de concorrer, após a divulgação da chapa oficial.

O ESTADO DE S. PAULO 15.6.78

M.G.: Oposição vence

A chapa Unidade e Participação (UM) venceu as eleições para a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais realizada em segunda convocação nos dias 8 e 9 deste mês, depois das eleições terem sido suspensas devido a uma liminar de mandado de segurança obtida pela chapa Dois, que reclamava da existência de “irregularidades” nas eleições alegando que o jornalista José Aparecido de Oliveira não poderia ser votante, porque tinha sido punido pelo AI-5. A chapa Dois queria também que fossem apurados os votos dos associados que não estavam na lista de eleitores porque não estavam em dia com o Sindicato.

Na primeira convocação a chapa Unidade e Participação havia obtido 233 votos, (faltaram 5 votos para conseguir o quorum mínimo e ser eleita), contra 192 da chapa Dois. Agora, os votos da Unidade e Participação somaram 292 enquanto os da chapa Dois se reduziram a 79.

Os principais pontos do programa da chapa UM são: luta pela liberdade de imprensa e pelo livre acesso do jornalista às fontes de informação; luta pelo direito de greve e estabilidade no emprego; combate ao arrocho salarial; luta pela autonomia dos sindicatos, e pelo exercício da democracia e respeito aos direitos humanos.

O Bancário



JANHEIRO FEVEREIRO MARÇO 78

UMA PASSADA DIANTE

Oposição bancária

As vésperas da eleição para o Sindicato dos Bancários da Bahia, uma chapa de oposição sindical intensifica seus contatos com as bases, em todas as agências, levando uma proposta apoiada na formação de comissões de base, de interferência direta dessas comissões na vida sindical, supervisionando e direcionando as atividades do órgão.

Pedro Barbosa de Oliveira, do Banco do Nordeste e candidato a diretoria efetiva da chapa 3, "Participação e Organização" explicou:

"Os bancários querem um sindicato que os represente, um órgão reivindicativo e não assistencialista. Isto vai responder porque estamos em volta de coisas concretas: o problema salarial e a negociação direta com os patrões, forma de se negar o sindicalismo atual. No instante em que colocarmos uma abertura em termos democráticos, com ampla participação das bases, estamos impondo a supremacia da assembleia sobre a diretoria. Isto significa tornar inviável os acordos de cúpula, que são favoráveis aos banqueiros, porque a exclusão dos bancários nas suas decisões, o que permite a imposição dos índices oficiais". (D.G.)

Bancários vão a Geisel

Os dirigentes de 110 sindicatos e 10 federações estaduais de bancários, além da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, Contec, aguardam designação de data para que possam entregar memorial ao presidente da República, general Ernesto Geisel, a respeito da reposição de diferenças salariais que teriam ocorrido nos salários de 1974, em virtude da subestimação dos dados relativos ao custo de vida, pelo governo, em 73.

Os bancários já consultaram a Casa Civil da Presidência da República, estando à espera de que a data seja marcada, ainda neste mês, a fim de levarem abaixo-assinados com cerca de 100 mil assinaturas, apenas de bancários, em que a categoria profissional insiste na reposição salarial.

Os bancários paulistas decidiram antecipar para 6 de julho o início de sua campanha por revisão salarial. No Brasil inteiro há perto de 500 mil bancários, 120 mil dos quais na área de jurisdição daquele sindicato, que, além da Capital paulista, também abrange diversas cidades do Interior. *F.S.P. 33.5.78*



Assembléia pela reposição (dia 28, às 18h, na sede um)

Compareça ao Sindicato (sede um) no dia 28 deste mês para discutir junto com os demais companheiros a questão da Reposição Salarial. A importância desta questão hoje para os trabalhadores é evidente, pois demonstra o caráter da política salarial oficial que possibilita manipulações em função de interesses contrários aos dos trabalhadores. Como todos sabem, em 1973 os técnicos do Governo manipularam os dados relativos aos índices de aumento do cus-

to de vida e da taxa de inflação, dois dos principais componentes para fixação do reajustamento salarial decretados pelo Governo. Assim, os trabalhadores foram enganados e perderam parte substancial de seus salários, daí veio este que foi para os bolsos dos empregadores, aumentando enormemente seus lucros. Venha ao Sindicato e coloque em discussão sua dívida a propósito da questão da Reposição Salarial e as formas como ela deve ser encaminhada. Ma-

nipulações como esta, somente são possíveis em função da estrutura sindical atual, com as entidades representativas da classe trabalhadora subordinadas ao aparelho estatal. A luta pela Reposição não está desvinculada da luta pela autonomia e liberdades sindicais, rejeição da política salarial e negociação direta com o patronato, e pelo exercício do direito de greve.

Governo faz reformas na Legislação Trabalhista

O Governo está alterando a Legislação Trabalhista do País através de comissão técnica ministerial e sem ouvir diretamente os sindicatos dos trabalhadores. Tais mudanças na CLT, que certamente fazem parte das "reformas" prometidas pelo Governo, estão sendo realizadas a pretexto de "proteger o trabalhador e adequar as leis à realidade", o que significa na prática, tornar legal, com uma penada, uma situação anormal que avilta o trabalhador. Na verdade, esse é um tipo de "proteção" que os trabalhadores gostariam — se pudessem — de dispensar, pois visa tão somente atender aos interesses do empresariado.

Contudo, o Governo se viu obrigado a recuar ante as críticas contrárias partidas do movimento sindical a outros setores. As reformas na CLT quanto ao trabalho da mulher e do menor. Os projetos enviados ao Congresso Nacional foram retirados momentaneamente para "novos estudos", segundo assessores governamentais. A propósito do trabalho do menor, um projeto do Ministério do Trabalho reduz os salários, atingindo um grande contingente de mão de obra que, hoje, representa no Brasil uma expressiva participação no mercado de trabalho. A remuneração do trabalho de menores de 18 anos, segundo o projeto, não poderá exceder a 50% do salário mínimo. Esta alteração representa um retrocesso, uma verdadeira volta ao capitalismo selvagem do princípio da Revolução Industrial. O empresariado terá uma sensível redução nos custos, aumentando consideravelmente sua taxa de lucro.

TRABALHO DA MULHER
Quanto ao trabalho feminino, as novas medidas trarão como consequência imediata o rebaixamento dos salários, pois visam liberar a mão de obra feminina através da abolição de várias restrições que a atual legislação instituiu. A mulher poderá agora, ser convocada para o trabalho noturno e fazer horas extras. Esta livre também para trabalhar na construção civil, setor onde atualmente está aumentando o desemprego, segundo os próprios empresários da indústria da construção civil.

Por outro lado, algumas medidas de caráter paternalista como a estabilidade no período pré e pós-parto, e a obrigatoriedade para as empresas com mais de 30 trabalhadoras de contar com creches, serão de muitas, deverão ser — segundo espera o Governo — para justificar o argumento (falso) de que com essas alterações substanciais na legislação trabalhista, o que se pretende é "proteger o trabalho da mulher". Estas pretensões governamentais foram duramente criticadas pelo movimento sindical brasileiro, uma vez que não atendem aos interesses dos trabalhadores e servem para privilegiar ainda mais o Capital. Os sindicatos se mobilizam e, além das assembleias de base, pretendem elaborar um documento firmado por diversas entidades sindicais registrado e repudiado da classe, as alterações na CLT. Este documento será encaminhado ao Governo, resultando em uma quebra de mais importante e da não participação dos trabalhadores nas decisões que lhe dizem respeito.

Especificamente no País, nos últimos anos, uma prática bastante prejudicial aos trabalhadores que constitui grave retrocesso social, o novo projeto faz e rejeita a legislação trabalhista, que foi o motor constante, e os melhores instrumentos que permitiram aos trabalhadores conquistar os seus interesses. *Ver NOTÍCIA na página dois.*

O trabalho aumenta, o salário não

Em Porto Alegre, o trabalhador atualmente precisa trabalhar aproximadamente 28 horas e 32 minutos por mês a mais do que em dezembro de 1976, para comprar a mesma quantidade de alimentos que compõem o rancho mínimo mensal, definido pelo Governo através do Decreto-lei de 1939 — e até hoje válido conforme declarou o Ministro do Trabalho A.C.P. dos Salários no Congresso Nacional — para manter o trabalhador individualmente (e a sua família?) nos limites da sobrevivência, e ainda hoje serve como base para o cálculo governamental de reajuste salarial. Neste rancho não são relacionados gastos com moradia, vestuário, escola, transporte e lazer, coisas proibidas ao trabalhador brasileiro em sua maioria.

Há cerca de oito anos este rancho mínimo custava Cr\$ 78,00 sendo necessárias 112 horas e sete minutos de trabalho num mês para adquiri-lo, o que representava 47% do salário mínimo então vigente. Hoje, a situação mudou para pior, apesar da propaganda oficial. Enquanto cresce a concentração da renda nas classes que detêm o poder de decisão, diminuem os salários e com isso aumentam as doenças, a subnutrição, a mortal-

idade infantil e se deterioram cada vez mais as condições de vida do trabalhador. Conforme os cálculos do Dieese, uma entidade criada e mantida por trabalhadores através de seus sindicatos, em Janeiro passado eram necessárias 140 horas e 59 minutos de trabalho num mês, para aquisição do rancho mínimo, representando nada menos do que 59% do atual salário mínimo.

Os trabalhadores já demonstraram por diversas vezes que os dados oficiais não representam a realidade vivida pelos assalariados. Entretanto, o Governo segue indiferente aos protestos das entidades representativas dos trabalhadores e continua beneficiando o patronato com avançados reajustes salariais que não acompanham o crescimento do custo de vida. Esta situação precisa ser discutida cada vez mais profundamente em todas as suas implicações. Nesse sentido, o nosso Sindicato realiza palestras frequentes que abordam, além do problema econômico do trabalhador, outras que interessam de perto à classe trabalhadora e em especial a categoria bancária.

Em debate: relações Governo e sindicatos
Páginas 4 e 5

Petrobrás contraria mensagem de Geisel
Página 7

Revistas de bancos, ou como dourar a pilula
Página 6

"Banco de Magalhães não atende nossos pedidos salariais" o presidente do Sindicato dos Bancários gaúchos,

Mas o trabalhador continuará submetido a atos excepcionais. O presidente do Sindicato dos Bancários da Capital gaúcha, Olivio de Oliveira Dutra, exemplifica com a lei 4.330: "Ela tornou as greves virtualmente proscritas no País. A capacidade de negociação dos assalariados foi amputada por ela, que outorgou todo o poder ao Estado e por extensão, aos empresários". Entre o senador Magalhães Pinto e um general de quatro estrelas como candidato da Oposição à Presidência da República, prefere que o MDB trate dos atos de exceção que há décadas imobilizam o trabalhador:

"Nenhuma dessas candidaturas atende aos interesses populares. O senador Magalhães Pinto é um banqueiro e temos experiência com o banco dele aqui, nossas reivindicações de antecipação salarial nunca foram atendidas. Essa questão dos gerais, no nosso entender, é muito secundária para os interesses populares, porque nós não temos meios para influenciá-los".

Hoje, mais do que nunca, o trabalhador precisa se organizar num partido político, sustenta, mas um partido que deverá ter raízes nas suas organizações de base, como as comissões de fábricas e de agências, e nos sindicatos. Para o líder bancário gaúcho, os atuais instrumentos de defesa do trabalhador devem ser complementados com novos instrumentos, sobretudo um partido político.

Isso é indispensável, em sua opinião, porque as comissões e os sindicatos têm áreas de atuação muito específicas, como a luta por maiores salários e melhores condições de trabalho.

"Só sairemos de onde estamos se as entidades sindicais se transformem, não na cama de acomodamento ou no pedestal de heróis, mas em verdadeiros instrumentos de luta por nossos interesses".

Afinal, esta convencido de que a afirmação da classe trabalhadora não acontecerá com personagens de destaque e sim com um movimento que incorpore as bases e resulte em mobilização:

ESTE TEXTO FOI ENVIADO A CONJUNTURA BRASILEIRA COM UM PEDIDO DE PUBLICAÇÃO

OBS. No dia 2 de Julho, os posseiros em número de 500, atacaram a "fazenda-fantasma", derrubaram a cerca, mataram o gado, expulsaram os jagunços e reocuparam sua terra.

Belém, 21 de junho de 1978

Mais uma vez a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos vem a público denunciar ao povo em geral atos de violência cometidos contra aqueles que, sem apoio de qualquer instituição governamental e desprovidos de riquezas, lutam pela posse e uso de um pedaço de terra, donde tiram o sustento de sua própria família e ainda geram um excedente para a alimentação dos que moram nas cidades.

Desta feita a violência está sendo praticada no vizinho Estado do Maranhão, caminhando a passos largos para soluções cada vez mais distantes de um acordo pacífico e justo.

Trata-se do povoado denominado de Floresta, no Município de Santa Luzia, no Maranhão.

Para aquela localidade começaram a ser levados centenas de cabeças de gado. Com marcas diversas, indicando pertencer a vários proprietários. Ao lado disso, tão numerosos como os animais, foi surgindo um verdadeiro exército de mercenários, trazidos pelos grileiros CLASSIDIO TEIXEIRA SOARES, seu filho CLASSIDIO SOARES PIRES e mais dez outros, pessoas originárias do Estado de Minas Gerais que grilam terras no Município. Os lavradores estão acuados, não se podendo prever qual a sua reação futura, bem como qual o próximo incidente na longa cadeia de fatos dolorosos que constitui a recente história da luta pela posse da terra no Estado do Maranhão.

Não é de hoje que a população de Floresta vive acuada pelos grileiros. Desde 1973 a prática da grilagem ali vem sendo feita, quebrando a placidez que caracterizara os dez primeiros anos de vida desse povoado. O que ali se praticavam até então, era uma grilagem ainda bastante incipiente; realizada por políticos locais. Contudo, com o advento da Companhia Maranhense de Colonização-COMARCO- desfechava-se um novo sistema de grilagem de terras, de repercussões e amplitude muito maior do que até ali se fizera. Desta feita os políticos e comerciantes locais passaram a vender terras para "empresários" do sul do País.

Em princípios de 1974, o Sr. CLASSIDIO TEIXEIRA SOARES, originário de Minas Gerais, apareceu pela primeira vez no povoado de Floresta. Um ano antes-1973-, ele juntamente com um grupo de outros mineiros, havia comprado uma área de terra de 100 hectares do Sr. ANTÔNIO SILVESTRE, comerciante de Santa Luzia. Ainda em 1974 e posteriormente em 1975, o Sr. CLASSIDIO comprou mais uns 13 a 14 hectares, em duas áreas distintas. Com essas três compras, e usando o processo de "esticar" as posses, passou a pretender-se dono de todas as terras em volta de Floresta, do próprio povoado e até mesmo de terras bem distantes dali.

A partir daí os lavradores não tiveram mais tranquilidade. Em 1976, CLASSIDIO colocou um jagunço de nome LAURIZIM ALVES CAMELO no centro de trabalho dos lavradores, com ordem de expulsá-los de suas terras e depois delas se apossar. LAURIZIM com a ajuda de outros capangas, assim o fez. Queimou casas, arroz em paiol, sítios de cana de açúcar, bananeiras e matou os animais. Estava iniciada uma longa série de atritos. A polícia- como regra geral -, se colocou ao lado dos grileiros. O SARGENTO LUIZ MONTEIRO (FURRUPA), do destacamento local, começou a pressionar os lavradores, a soldo dos grileiros.

De imediato os lavradores denunciaram essas irregularidades às autoridades do Município, ao Juiz, à Secretaria de Segurança Pública e à Polícia Federal. De nada adiantou, pois, que se saiba, nenhuma providência foi tomada por qualquer dessas autoridades.

Em contrapartida, a partir de 1977, os ataques aos lavradores aumentaram de intensidade. O jagunço LAURIZIM, cumprindo ordens superiores, dirigiu ataques mais sérios aos lavradores. Queimou roças de mandioca, cortou o arame que cercava posses de alguns lavradores, num total de 1.800 metros de extensão.

Em outubro de 1977, mais precisamente no dia 12, o Sr. CLASSIDIO reuniu alguns capangas, inclusive LAURIZIM, e começou a derrubada da mata, queimando e abrindo estradas de penetração. Mantendo os lavradores sob ameaça, cercou de arame farpado a área em questão, criando aí uma "fazenda fantasma", igual a tantas outras que existem no Maranhão e no Pará. Não passam de enormes latifúndios, cujas terras só servirão para especulação imobiliária, a partir do momento em que seu preço se torne bastante elevado.

(...) Todos os esforços foram enviados

junto as autoridades maranhenses para que se fizessem cumprir a lei. Estas nada "puderam" fazer, estão muito ocupadas com as próximas eleições e, como era de se esperar, tem outras "preocupações" a absorver-lhes o tempo. Recorreram então a Comissão Pastoral da Terra-CPT-, entidade ligada a Igreja Católica. Até a FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional- entidade filantrópica com sede no Rio de Janeiro e que mantém um escritório em Santa Luzia, os agricultores recorreram pedindo ajuda para solucionar seus males. (...)

O tempo de plantio estava passando e os agricultores não podiam semear suas roças. No dia 28 de janeiro do corrente ano resolveram não mais esperar as delongas judiciais, inclusive o processo discriminatório de terras, iniciado há alguns meses e até agora inacabado. Mesmo porque o S. CLASSIDIO havia cercado com a rame farpado as terras depois de iniciada a ação discriminatória, ainda que esta esteja em andamento. Isto revoltou os agricultores. Nessa data, desesperados de qualquer solução, resolveram derrubar as cercas que o Sr. CLASSIDIO havia mandado esticar. (...)

A partir desses acontecimentos, não podendo vencer facilmente a reação dos agricultores, o Sr. CLASSIDIO mudou de tática. Passou a ameaçar aqueles que os apoiavam, a fim de tirar-lhes o suporte moral e material que possam estar recebendo de quem quer que seja.

Diante da gravidade dos fatos e visando serenar os ânimos exaltados, o Juiz de Santa Inês, sede da Comarca cuja jurisdição abrange também o município de Santa Luzia realizou uma reunião no dia 25 de abril deste ano, reunindo as partes em litígio, quando fez ver aos grileiros que não estavam agindo de acordo com a Lei. Com esse novo fato os grileiros do município decidiram se unir, fortalecendo-se com isso para tentar impor suas vontades aos agricultores, ao Sindicato dos Trabalhadores, FASE, à Comissão Pastoral da Terra, ao Juiz e a quem mais ousasse contrariá-los. O próprio Sr. CLASSIDIO SOARES PIRES, de revolver em punho, ameaçou de morte ao Sr. FRANS GISTELINCK, funcionario da FASE.

Foi nesse momento que os grileiros resolveram dar outro passo no sentido de se imporem perante a comunidade local. Reuniram-se e colocaram seus capangas a disposição do Sr. CLASSIDIO, prontos para o que der e vier. Cada um emprestou-lhe um pouco de gado, para ocupar os pastos da "fazenda-fantasma", a fim de dar a impressão de que ali realmente se desenvolve uma atividade agropecuária. Este por sinal, é o conhecido processo denominado de "gado migrante", usado por muitos fazendeiros da Amazônia a fim de iludir os fiscais de Banco, quando estes visitam as propriedades para as quais foram feitos vultosos empréstimos bancários, via de regra com recursos do governo federal e à taxa de juros baixíssima. (...)

A seguir o Sr. CLASSIDIO mandou refazer a cerca que fora derrubada pelos lavradores e logo depois mandou vir mais animais. Quase tão numerosos quanto os pistoleiros colocados sob suas ordens, armados até os dentes, formando um verdadeiro exército de mercenários. (...) Os grileiros, com a ajuda de seus capangas, do dia 1 a 9 de junho, realizaram os trabalhos de reconstrução da cerca e colocação do gado na "fazenda-fantasma". Apesar de ter conhecimento desses fatos desde o início, somente no dia 9 de junho é que o Juiz de Santa Inês, DR. JURACY OLIVEIRA COELHO, despachou um Mandato de Intimação, determinando a ambas as partes conflitantes que se abstenham de fazer nova derrubada de mata ou construção de cerca enquanto durar o processo discriminatório. O "estranho" deriva do fato do povoado de Floresta estar ligado a Santa Luzia e a Santa Inês por excelente rodovia asfaltada, afastando assim a hipótese de que houvesse dificuldade de acesso e comunicação entre a autoridade citada e o que se verificava no palco dos conflitos.

As perspectivas não são das melhores, o que se pode concluir até mesmo pelos dizeres do Juiz de Santa Inês, quando cita em seu Mandato: "Consta, também, que ambas as partes estão se armando, com o objetivo de fazerem valer o direito da força, o que - repete-se -, poderá vir a redundar em uma chacina..."

Diante dos fatos expostos, cabe a esta Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos não só denunciar publicamente as arbitrariedades ali cometidas contra aqueles que querem lavrar o solo para seu próprio sustento, como também alertar a opinião pública deste país para o rumo que caminham os acontecimentos, onde a fatalidade poderá transformar um problema de descaso e incapacidade administrativa das autoridades ligadas ao assunto em mais um noticiário das páginas policiais. O que só servirá de alimento para a paranóia dos "promotores" que se arvoram a defesa da ordem mais do que os próprios reis, visando evidentemente encobrir a incapacidade dos que deveriam solucionar esses problemas de terra e, ao mesmo tempo, atingir aqueles que se põem em defesa dos Direitos Humanos.

Professores

MOVIMENTO 19.6.78

Greve chega aos professores

O fim da semana passada foi marcado por intensa movimentação reivindicatória, desta vez na área do ensino, envolvendo dezenas de milhares de professores e funcionários de Universidades. Foram 4, em resumo, os principais acontecimentos, que incluem até uma greve de 18 mil professores de 1º e 2º graus, na Bahia:

Quinta-feira, 15, mais de cem professores acompanharam o presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, que entregou documento ao secretário da Educação Coutinho Nogueira, dirigido ao governador do Estado. No documento, assinado por milhares de professores, são apontadas várias distorções no Plano de Reclassificação do Funcionalismo Público; e a classe pede, então, aumento imediato de 27%. O secretário assegurou que o governo vai analisar o pedido e, "posteriormente, será dada uma resposta aos professores".

Sexta-feira, 16, duzentos pessoas compareceram ao prédio da reitoria da Universidade de São Paulo, para entregar também um documento ao reitor Muniz Oliveira (que não as recebeu por estar recebendo a visita do rei de Gana, Opoku Ware II). Os 200 manifestantes eram funcionários da Universidade, que pedem 20% de aumento. Eles alegam que, a partir de 1972, vêm sofrendo contínua perda em seu salário, no montante acumulado de 245% - o que significa, segundo documento que circula entre eles, que um funcionário remunerado hoje com Cr\$ 2.300,00 deveria estar ganhando Cr\$ 7.935,00. Após o aumento de 38% concedido este ano, um servente passou a ganhar apenas Cr\$ 1.790,00 e um técnico de laboratório, Cr\$ 4 mil. O abaixo-assinado, recebido por uma auxiliar da reitoria, foi assinado por 2 mil funcionários, número que eles consideram "excelente", já que houve ameaças de punições por parte dos chefes de seções. A reitoria tem prazo até 22 de junho para dar uma resposta, caso contrário pode haver paralisação, com apoio dos estudantes.

E finalmente, ainda na sexta-feira 16, cerca de 18 mil professores baianos entraram em greve, depois de "8 anos esperando que as autoridades competentes nos paguem o salário a que, por lei, temos direito". Para sobreviverem, diz o manifesto da Assembleia Geral dos Professores da Associação dos Licenciados/Seção da Bahia, os mestres baianos são "obrigados a trabalhar diariamente como nenhuma outra categoria profissional de nível universitário". O salário atual não passa de Cr\$ 14 a Cr\$ 19 por aula. O governador continua na velha posição de que "sob pressão não age". Os professores respondem que, se há alguma ilegalidade, "quem está praticando é o Estado".

chapas das oposições sindicais são paulo

Os professores da rede particular de ensino de São Paulo estão se mobilizando para a conquista de seu sindicato, há mais de 20 anos dirigido por "testas-de-ferro" dos patrões. O Movimento Pró-Chapa de Oposição para o Sindicato Unificado dos Professores - 1º, 2º e 3º graus - está promovendo uma série de assembleias abertas da categoria para discutir a Plataforma da futura Chapa, centrada nos seguintes pontos: reivindicações econômicas e condições de trabalho, concepção de atuação e organização sindical, análise da política educacional e suas consequências e as perspectivas políticas do movimento. Além disso lançou um jornal, o "Quadro Negro", onde discute essas questões.

campinas

A chapa de oposição denominada "Renovação", estará participando, de 14 a 16 de junho, das eleições para a diretoria do Sindicato dos Professores da Rede Particular de Campinas, há vários anos nas mãos de pelegos. Ao se referirem às manobras do atual presidente do Sindicato e as precárias condições dos professores, os integrantes da chapa de oposição afirmam: "Face a essa situação que se vem arrastando há muito tempo é que decidimos lançar uma chapa de oposição às eleições sindicais deste ano. Nossa luta é pelo Sindicato representativo, democrático e livre".

rio de janeiro

Desde 1964 que as diretorias do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro vêm sendo eleitas com chapa única. Este ano, porém, os professores poderão ter uma segunda opção: nas eleições a serem realizadas nos próximos dias 20, 21 e 22 de julho, além da chapa situacionista, haverá outra, de oposição - chapa *Unidade e Renovação*. O objetivo principal do grupo oposicionista é buscar uma maior atuação dos professores na entidade, para que assim resolvam os problemas da categoria. Entre esses problemas, o principal atualmente é o salarial.

12.6.78

funcionários

O ESTADO DE S. PAULO 21.6.78

Unicamp: funcionários querem 20%

Todas as atividades da Universidade Estadual de Campinas serão paralisadas após o dia 26, caso as reivindicações apresentadas ontem em memorial, entregue ao reitor Plínio Alves de Moraes, não sejam atendidas. No documento, com 1.276 assinaturas, os funcionários pedem um aumento de 20% sobre os salários atuais, bem como a reposição de vencimentos dos secretários de departamentos que receberam apenas 6,7% de reajustes, contrariando a determinação do governo do Estado

que fixou em 38% a última correção de valor.

O caso dos secretários, é apontado pelos organizadores do movimento como "extremamente grave". Eles consideram que são vítimas "de um lapso da universidade, ao interpretar e aplicar a Lei da Paridade, de 1970, concedendo ao invés de 50%, 100% de Regime de Dedicção Exclusiva sobre o total da referência CD-2, vigente na época". Agora, os secretários solicitam ao reitor determinação para a imposição apenas da diferença, estimada em 31%.

Motoristas protestam

do Banespa

Cerca de 23 motoristas do Núcleo Administrativo e de Serviços (NASE) do Banespa, do bairro de Pirituba, faltaram ontem ao serviço, "em sinal de protesto pelo não cumprimento, por parte do banco, de uma promessa de aumento salarial".

Segundo Francisco Fernandes Teixeira, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "o movimento dos motoristas é legítimo, porque eles estão esperando uma resposta há 3 meses". O presidente do sindicato explicou que no estabelecimento existem dois tipos de motoristas: "os que transportam dinheiro, e os que fazem os serviços gerais". Atualmente, todos recebem um salário de Cr\$ 2.100,00, "em regime de trabalho até de 12 horas por dia". Segundo Teixeira, o banco prometeu reajustar os salários para Cr\$ 4.500,00 e para Cr\$ 3.200,00, respectivamente.

23.6.78

Antecipação no comércio

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo divulgou nota, comunicando que "por entender que a questão salarial, na área do comércio, deve ser conduzida com descortino e sob o enfoque também social", está recomendando a todos os sindicatos patronais a ela filiados que atendam à reivindicação do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, "no sentido de uma antecipação salarial por conta do futuro auxílio coletivo da categoria".

"Não podemos negar que houve um princípio de greve com os nossos motoristas, mas não podemos falar em greve generalizada" — declarou um funcionário do Departamento de Serviços Gerais, que depois de se comunicar por telefone com Arthur Dezonne, desmentiu:

"É só boato" 21.6.78

EM TEMPO BAHIA

Em Salvador os motoristas de todas as linhas de ônibus da cidade estão realizando uma greve tartaruga como forma de protestarem contra as péssimas condições de trabalho, a carga de mais de 15 horas diárias e ao reduzido salário a que estão submetidos. Essas greves têm se sucedido anualmente, desde 1973, pois essa é a única forma que os motoristas têm encontrado de lutarem por seus interesses, já que seu sindicato é totalmente controlado por pelegos.

29.5/4.6.78

Aeroviários terão

10% de antecipação

Os aeroviários de todo país terão uma antecipação salarial de 10% a partir de 1.º de julho. Acordo neste sentido foi concluído ontem entre o Sindicato das Empresas Aeroviárias e a Federação e Sindicato Nacional dos Aeroviários — segundo informou o presidente do Sindicato, Sidval Modesto Godoy.

Apesar do acordo, algumas empresas prometeram antecipações maiores. A Vasp dará 15%.

23.6.78

ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA !

A quarta greve de fome dos presos políticos de Itamaracá durou 23 dias e recebeu a solidariedade ativa de 84 presos políticos de 7 outras prisões espalhadas por todo o Brasil. A luta dos prisioneiros políticos foi acompanhada de várias manifestações públicas de apoio a reivindicação de suspensão do isolamento carcerário a que estavam submetidos os prisioneiros políticos Rholine Sonde Cavalcante e Carlos Alberto Soares e de denúncia da repressão e do arbítrio existentes nas prisões da ditadura.

A coragem e combatividade dos prisioneiros políticos se constituiu num impulso decisivo para a formação de vários Comites pela Anistia, extendendo a mobilização pela Anistia às mais distintas frentes de luta contra a ditadura.

Fatos recentes, como as torturas a que foram submetidos Cajá e outros estudantes no Recife, a utilização dos dez dias de incomunicabilidade de Zaratini para submetê-lo a violentas torturas, as ameaças de morte contra a presidente do MFPA de Belo Horizonte d. Helena Grecco, a jurisprudência mais rigorosa nos processos políticos, tudo isso deixa claro que a ditadura e seus órgãos repressivos estão em plena atividade e que só serão neutralizados e destruídos, assim como punidos os seus agentes, pela força do movimento popular. Anistia ampla e irrestrita, desmantelamento do aparato repressivo e punição dos torturadores são reivindicações e lutas inseparáveis do movimento popular.

AMPLIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO

Grupos de mães e parentes de presos políticos, exilados, Movimento Feminino pela Anistia, Jornal Brasil Mulher foram os primeiros núcleos organizados, no Brasil, a levantar a bandeira da Anistia. De lá para cá o movimento só vem se ampliando. Ao mesmo tempo que se alastrava o movimento de solidariedade aos grevistas pipocaram os Comitês Anistia em Campinas, Fortaleza, Londrina, Goiania, Belém, Brasília além dos já existentes em Belo Horizonte, Rio e São paulo.

Nesses Comitês, 20... 30 entidades de diferentes setores da oposição - Comissão Justiça e Paz, diretorios estudantis, organizações populares, OAB, ABI, etc., juntaram forças, articularam esforços para defender os acusados nos processos, vigiar o cumprimento dos direitos dos presos (como o fim do isolamento dos presos de Itamaracá), denunciar os crimes da repressão. Para tanto, os Comitês desenvolvem uma campanha sistemática de denúncias contra a repressão, contra a justiça militar e as condições carcerárias. A imprensa independente se aproveitando da conquista do fim da censura prévia publica, na íntegra, depoimentos de vítimas da repressão, levantamento de torturadores.

Mesmo que o arbítrio da ditadura impeça a divulgação de sentenças, desvie nos labirintos judiciais as acusações feitas em Juiz pelas vítimas da repressão, o processo da família de Herzog contra a união, o processo das estudantes queimadas na invasão da PUC são ofensivas que contribuem para desmascarar ainda mais a ditadura.

Essa campanha também quebra o sigilo sobre os exilados, banidos, cassados e os reintegram na vida política do país, rememora os sacrifícios e a luta de todos aqueles que lutaram e lutam contra a ditadura pela democracia e a libertação do povo da superexploração e da miséria.

Os levantamentos de torturadores, como a publicação da lista de 238 torturadores, o curriculum de carrascos, como Ubirajara assassino de W. Herzog, Fleury e tantos outros, vão trazendo à luz a estruturação dos diferentes órgãos do aparelho repressivo. DOI-CODI-DOPS-CENIMAR-SNI-ESQUADRÃO DA MORTE. Abrem-se assim as primeiras frestas que torna pública a face sinistra das bases de sustentação da ditadura. Cai por terra a farça da anistia recíproca e da não punição dos torturadores

mais um Comitê... SÃO PAULO

Em ato realizado na Câmara Municipal de São Paulo, com cerca de 700 pessoas, incluindo intelectuais, artistas, advogados, médicos, professores e estudantes, foi criado - na noite do último dia 12 - a seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Na reunião aprovou-se a proposta política do órgão, que já recebeu adesão e assinaturas de 29 entidades. Eis o documento:

"Hoje, passados quase quinze anos do instante em que se romperam os quadros democráticos do País, tudo está a indicar que a anistia, a mais ampla e a mais irrestrita... aos delitos políticos cometidos nesse longo período e previstos por uma draconiana legislação de exceção, encontra afinal o seu momento. E deve, por igual, acolher em seu manto, todos os brasileiros que foram apartados do convívio nacional e que anseiam por participar livremente do processo político brasileiro, mas que se encontram de mãos atadas, presos, cassados, banidos ou exilados, que sofreram e sofrem perseguições, pelas posições políticas que adotaram, porque também, patriotes, ousaram dissentir dos senhores do Poder."

A Anistia não será concedida por mero sentimentalismo, bondade, simpatia, pelo vencido ou misericórdia pessoal. Será sim, fruto de uma conquista, ao final de uma luta travada por todos os setores da sociedade e que se avoluma a cada dia como decorrência natural da situação a que foi levada nossa Pátria.

Qualquer tergiversação nesse campo, será puro engodo.

Marcados pela ilegitimidade foram dentre outros diplomas o ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao qual se seguiram a lei de segurança nacional, baixada com o decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969, e, finalmente, a carta outorgada em 17 de outubro do mesmo ano, que recebeu, ainda recentemente - posto o Congresso Nacional em recesso - emendas que a afastaram mais e mais das concepções que devem adornar um sistema democrático de governo (...). A caminhada pelo restabelecimento das liberdades democráticas, que a censura aos meios de comunicação tantas dificuldades tem trazido, prossegue, entretanto, com o apoio sempre crescente da Igreja, dos intelectuais e agora das mais amplas camadas da sociedade, cansados todos da tutela que nos vem sendo imposta (...).

Repudiamos as medidas de meios tons que se anunciam e que a nada irão levar, senão à permanência do sistema burocrático militar que nos oprime e agride a consciência da Nação.

Anistia ampla e irrestrita é a nossa aspiração.

Aqui proclamamos nossa disposição de, unidos, levar à vitória esta luta, hoje anseio de todos os cidadãos brasileiros sedentos de liberdade e justiça."

Comitê Brasileiro pela Anistia -
EM TEMPO 22/28.58 São Paulo (SP)

Núcleo da anistia é maior em BH

Belo Horizonte — O núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia vai completar um ano em junho e já reúne o maior número de associadas entre todos os núcleos do Movimento no país. Sua líder, D Helena Grecco, 61 anos, arrematou 300 mulheres, sofreu um atentado a bomba, sem danos, no mês passado, e nas últimas semanas conseguiu reunir 17 mil assinaturas em solidariedade aos presos políticos de Itamaracá.

Mesmo depois do atentado a bomba contra sua casa, cujos autores gritavam ser do Grupo Anticomunista, D. Helena Grecco continua "lutando pela anistia e pelas liberdades democráticas". E diz não ter medo, embora ache até que "isso é falta de imaginação".

J.B. 16.5/78

NATAL

NATAL (Do Correspondente) — Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Norte, do MDB, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), além de sociólogos, entidades estudantis e familiares de presos políticos formaram, na última quinta-feira, em Natal, o Comitê de Defesa da Anistia Ampla e Irrestrita aos punidos pelos atos de exceção.

Na reunião em que foi decidida a criação do Comitê — com a participação de 300 pessoas — manifestaram-se vários dos presentes, entre eles o advogado e deputado Roberto Furtado, o presidente do diretório municipal do MDB, o presidente do CEBES e do diretório acadêmico do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Na ocasião, foi deliberado ainda que o Comitê realizará reuniões semanais para tratar da anistia e acompanhará de perto a situação dos presos e punidos do Rio Grande do Norte. 27.5/78

BELÉM

BELÉM (Do Correspondente) — A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPD-DH) vai realizar amanhã, no Instituto de Pastoral Regional (IPAR), uma mesa redonda sobre anistia. Na ocasião, segundo o presidente da SPD-DH, advogado Paulo Fonteles de Lima, será criado o núcleo pró-anistia local, ligado ao Comitê Brasileira pela Anistia. F.S.P. 22.6.78

BRASÍLIA Palestra de bispo inaugura comitê

BRASÍLIA (Sucursal) — Com uma palestra de dom Thomas Balduino, bispo de Goiás Velho, será lançado no próximo sábado, às 20 horas, no auditório da Associação Comercial, no Palácio do Comércio, em Brasília, o Comitê Brasileiro pela Anistia-DF, presidido pelo jornalista Pompeu de Souza.

Na sessão de instalação do comitê será feita uma homenagem a todas as pessoas desaparecidas, aos presos políticos, exilados e àqueles que tiveram os seus direitos políticos cassados pela Revolução.

Estarão presentes à instalação líderes do MDB, representantes de entidades de classe e estudantis, como a Ordem dos Advogados, Associação Brasileira de Imprensa e Sindicato de Jornalistas.

A função deste comitê será a de desenvolver as atividades que contribuam para concessão da anistia ampla, geral e irrestrita, atividades de amparo material e moral a presos políticos e de mobilização efetiva contra prisões arbitrárias ou qualquer situação que implique em violação dos direitos humanos. F.S.P. 16.6.78

ARACAJÚ

Em solenidade marcada por severo pronunciamento do senador Gilvan Rocha (MDB-SE) contra o que chamou de "agonizante ditadura" e pelo comparecimento de um funcionário aposentado da Petrobrás que, segundo contou, ficou cego em consequência de torturas sofridas quando foi preso por motivos políticos, foi instalado domingo à noite na Assembleia Legislativa de Sergipe, em Aracaju, o núcleo sergipano do Movimento Feminino pela Anistia.

A solenidade contou com a presença de cerca de 300 pessoas, entre as quais políticos do MDB, religiosos, advogados, médicos, professores, estudantes e pescadores de um povoado vizinho. Outros discursos se seguiram ao de Gilvan Rocha e foram lidos documentos referentes à campanha pela anistia ampla e irrestrita. F.S.P. 16.6.78

CAMPINAS

"A luta pela anistia ampla e irrestrita não é uma bandeira de subversão. Devemos encarar esta luta como uma luta pelos direitos humanos, a justiça e a liberdade, acima de quaisquer conotações partidárias". A afirmação, de Terezinha Zerbini, foi ouvida ontem por 60 representantes de entidades interessadas na instalação, em Campinas, de uma representação regional do Comitê Brasileiro pela Anistia, presidido pela conferencista, que falou durante uma hora no auditório principal do Instituto de Filosofia da Universidade Estadual — Unicamp. F.S.P. 19.5.78

a anistia e o povo

48.6" A

"A principal base de apoio da luta pela anistia é a participação popular", diz Eny Moreira, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia

O tema da participação popular vai estar presente em toda a atuação do Comitê. Sua presidente, a advogada Eny Raymundo Moreira, esclarece que a principal base de apoio do CBA "é o clamor de todo o povo, da nação inteira, clamor este que se materializa através da luta pela volta ao estado de direito e no anseio da população em participar da vida política do país. Foi aí que se sentiu a necessidade de se dar uma forma organizada para esta luta, sendo então constituído o Comitê Brasileiro pela Anistia. A base principal de apoio da luta pela anistia é a participação popular".

Preocupados principalmente com a situação dos presos políticos, pois são "os que sofrem mais diretamente as consequências das leis de exceção", o CBA procura sempre esclarecer como entende a situação destes, em face da problemática lançada pelos que se opõem à anistia, de que não devem ser anistiados os que pegaram em armas, ou praticaram atos de "terrorismo".

ANISTIA

DOM TOMAZ BALDUÍNO: conscientizar o povo

Como o Sr. vê, do ponto de vista cristão, a questão da anistia?

A situação concreta vivida pelo país é uma situação de arbitrio e legalização da injustiça. Eu acho que a única posição cristã válida em face disso é pela anistia ampla e irrestrita. Nós estamos em face a uma injustiça histórica que contaminou de alto a baixo o poder repressor, de modo que a solução condigna, que pagaria essa dívida, seria essa forma de anistia pleiteada já por diversos setores. Embora algumas declarações de dentro da Igreja, aqui e acolá, tenham aparecido limitando, e procurando fazer distinções, fazendo já a casuística do poder, eu creio que a forma mais cristã é essa de uma anistia irrestrita e ampla.

Supondo-se que venha essa anistia ampla e irrestrita, o Sr. acha possível esquecer simplesmente tudo que aconteceu, às vítimas, muitos inclusive membros da Igreja?

Estou convencido de que a maior dúvida com relação à anistia é justamente por parte do poder. Isto que você coloca se situaria numa perspectiva de receber o perdão aos cassados, condenados, expulsos, banidos, em troca do perdão aos torturadores, àqueles que prejudicaram até gerações inteiras, ocupando cargos no poder. A anistia de que se fala é a que visa um primeiro passo para a justiça; esse primeiro passo é a anistia ampla. Não é, porém, uma troca, uma barganha, no sentido de que se passe uma esponja naquilo que realmente foi culposos, sobretudo tratando-se da nossa instituição jurídica. Nossa estrutura jurídica foi profundamente conivente com os porões da tortura e da matança. A anistia, à meu ver, é que procura restaurar a justiça amplamente, plenamente, irrestritamente. Não é uma anistia que joga um manto sobre a injustiça institucionalizada, de forma alguma. Eu acho que isto não é cristão.

Embora a anistia seja uma bandeira já empuñada por amplos setores da sociedade brasileira, porque seria um pressuposto para qualquer tentativa de democratização do país.

É a secretaria, Ira-maia Benjamin, que tem dois filhos banidos quem explica didaticamente. "Os meninos lançaram mão da luta armada, isto é: assaltaram bancos e sequestraram embaixadores. Esses foram os seus crimes mais graves. Mas, quando eles cometeram esses crimes, não o fizeram espalhando o terror, na sua ação. Tanto que os embaixadores sequestrados, foram unânimes em elogiar o trato recebido. Por outro lado, o objetivo em vista não era o de proveito pessoal".

E acrescenta "Os crimes políticos são de opinião. E a diferença destes para os crimes comuns reside exatamente na motivação".

Definindo anistia como "ato do poder público que visa extinguir todas as consequências de uma punição", com a autoridade dos seus 12 anos de advocacia junto às auditorias militares na defesa de presos políticos, Eny Raymundo Moreira esclarece: "quanto ao problema da reciprocidade, ele pressupõe que o próprio autor do delito teria condições de se auto-anistiar. Ora, a anistia recíproca pressupõe que as pessoas beneficiadas foram de alguma forma punidas, o que não é o caso do governo e seus representantes." E conclui, pondo um fim à discussão do tema: "qualquer argumento que vise à defesa da anistia recíproca é puramente semântico. A reciprocidade é figura inexistente no Direito, é uma figura que não foi tratada no Direito".

O Sr. acha que o regime daria uma anistia ampla?

Não acredito. Por outro lado, percebo que muitas reivindicações, inclusive uma certa liberalização da imprensa, um fraco anúncio de abolição do AI-5, tudo isto está acontecendo por uma força que vem de baixo para cima. Em momento nenhum deste governo ele se antecipou a uma reivindicação popular; pelo contrário, tudo é concedido muito aquém daquilo que é pedido e daquilo que é conquistado em termos de consciência e de reivindicação. Agora, estes indícios de liberalização da imprensa, e mesmo já se falar em acabar com o AI-5, são sinais de alguma sensibilidade do gigante, do monstro, aos apelos do povo. Portanto, para responder à sua pergunta: isso acontecerá, certamente depois que se formar uma consciência mais difundida e mais aprofundada por parte do povo.

Me parece que diversos setores se colocaram em frente ao poder constituído, especialmente ao poder Executivo, o presidente da República, quando a ocasião é um momento de maior encarnação, de maior escuta, quem sabe maior interrogação do povo, para que este possa exprimir o que sente. O mesmo diria em relação aos índios, assim como os lavradores, os operários; é preciso que eles falem, pois sempre foram os mudos no correr da história; legislou-se muito para eles, mas eles sempre foram os grandes ausentes. Acho que está na hora de inverter o processo.

O Sr. rejeitaria, portanto, a fórmula de uma anistia "recíproca" da qual se vem falando?

Isso me parece um reconhecimento de toda uma situação dolorosa, fecha-se os olhos e faz-se vistas grossas a tudo que houve de injusto: isto me parece uma chantagem histórica. Para mim, a anistia parte do seguinte: houve uma injustiça contra um povo desarmado, contra os seus representantes. A colocação em termos de "bom, de ambos os lados pecamos", não me convence.

Folha de Londrina 16 5 78

COMITÊ LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS

Londrina

moções vindas de São Paulo foram lidas e também muito aplaudidas. Algumas delas: "Como um jornal preocupado com a opressão específica a que estão submetidas as mulheres em nossa sociedade, especialmente aquelas pertencentes às camadas mais pobres da população, entendemos que nossa luta somente poderá ser vitoriosa, na medida em que estivermos unidos e organizados". (Jornal "Brasil Mulher")

O depoimento da jornalista Joana Lopes, uma das primeiras pessoas a se preocupar com o problema da anistia em nossa cidade, veio logo a seguir. Joana, após recordar as dificuldades iniciais para o comitê se instalar em Londrina e a organização do jornal "Brasil Mulher", do qual foi editora, falou: "Queremos anistia para os operários, professores, camponeses, jornalistas, artistas, intelectuais e para todos os brasileiros patriotas que foram banidos e cassados".

Eu acredito que não se está na hora de ficar "dialogando" com o governo, nem de ficar solicitando isto ou aquilo ao governo. Está na hora de nós, setores que nos sentimos comprometidos com o povo, conversar mais com o povo, interpretar seus anseios, e veiculá-los dentro do código mesmo do poder.

Então, esta luta pela anistia e também outras lutas só podem vingar se tiverem uma base popular bem consolidada?

Eu acho que sim, porque a anistia não é uma reivindicação fora, por exemplo, da problemática da fome, da falta de terra, da doença. E nós sabemos muito bem que toda essa anistia veio aí com o propósito de uma segurança de um determinado modelo capitalista, a verdade é essa. E se a perspectiva concentracionista de um capitalismo dependente continua, vai precisar de uma maior garantia, de uma maior repressão.

O Sr. poderia lembrar o caso de Frei Tito que se tornou um símbolo das vítimas da opressão no Brasil?

O caso de Frei Tito ainda não se tornou suficientemente conhecido aqui por causa da censura. Talvez em França, onde ele morreu, seja mais conhecido, inclusive porque lá se fez um filme, que eu tive a ocasião de assistir. Para mim é a história de um mártir, é um símbolo da concentração de tudo aquilo que é repressão em seu aspecto mais cruel e hediondo, e daquilo que representa também a alma de um sujeito consagrado, e que deu a sua vida, sem tergiversar, sem conceder, sem retroceder, com plena consciência. Eu acho que a palavra que exprime a vida de Tito é mártir, é o testemunho, de um jovem, de expressão justamente de toda uma geração jovem que se realizou assim dentro dessa contradição terrível, que é o próprio drama de sua vida, e no final ela se processava nessa obsessão da presença do delegado Fleury, como o próprio símbolo mesmo da crueldade do sistema, como a encarnação de tudo aquilo que é força de repressão.

Para Euler, anistia deve ser decidida no Congresso

Euler Bentes defendeu a concessão de uma anistia política "sem adjetivos, simplesmente anistia", como um gesto de grandeza que une todo o povo brasileiro. Mas fez questão de dizer que não visualiza a concessão dela como um ato poternalista e sim como a expressão da vontade da sociedade.

"Por isso, entendo que o Congresso é que pode, melhor do que ninguém, traduzir em que termos a sociedade quer a anistia."

A sugestão do general Euler Bentes foi considerada por articuladores do movimento como a solução de quaisquer divergências que possam surgir entre os integrantes da Frente a respeito desta questão, que era um dos pontos ainda não definidos no esboço de projeto que o general submeterá ao presidente do MDB, além das nítidas vantagens para o andamento da Frente, a sugestão necessariamente dará um caráter maior de participação popular nesta questão.

Desta forma, a anistia política, além de ganhar uma nova amplitude pelo caráter de participação e até de fortalecimento do Congresso, deixaria de ser um ponto de discussão entre os integrantes da Frente. Até agora, três eram as opiniões dos principais setores engajados nas articulações: anistia apenas para os punidos por crime exclusivamente político, anistia para os punidos por crime político, e revisão de processo para os condenados por atos de terrorismo e anistia geral.

Este ponto ainda não estava definido e poderia causar atritos entre os integrantes, especialmente os setores militares sabidamente sensíveis à anistia para quem praticou atos de terrorismo. O general recebeu ontem de manhã a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Jesus Zerbini, que lhe fez a entrega do programa do movimento. O encontro foi rápido e não houve qualquer informação se haveria outro. *F.S.P. 17.6.78*

anistia ampla irrestrita

EM TEMPO 17

Anistia já!

Entretanto é a força do movimento popular que tem que arrancar a anistia ampla e irrestrita. Jamais a anistia ampla será dada pela ditadura de bom grado. Já se viu o exemplo da Bolívia.

Lá a ditadura tentou condicionar a anistia, mas o movimento operário, levantando o país inteiro, arrancou a anistia total. E arrancou a liberdade sindical. Isso ainda não significou o fim da ditadura boliviana. Mas é evidente que o desenvolvimento desse processo aponta ao fim da ditadura. Nenhuma ditadura pode se manter nessas condições: sobre a base de uma liberdade política ampla, conquistada pelo movimento popular, e uma liberdade sindical ampla.

Entrevista: R. MAURO MARINI

EM TEMPO - Como é que você vê a luta pela anistia?

Rui Mauro Marini - Acho que a luta por anistia no Brasil é um elemento fundamental. E a maneira como está sendo resolvida nesse momento pelas forças políticas do movimento popular é muito correta. Vamos ter que passar por um período de luta democrática, que significa tratar de conquistar espaço para que a classe operária e seus aliados tenham condições de levantar plenamente seu projeto político. Nenhuma classe amadurece fora da luta. Nenhuma classe nasce formada ideologicamente, politicamente, teoricamente.

A classe operária brasileira, para converter-se realmente numa força revolucionária, vai ter que passar por uma série de lutas parciais, lutas democráticas, e delas, nesse momento, a mais importante é a anistia. Uma anistia ampla e irrestrita, evidentemente. Isso permitiria reincorporar à classe operária brasileira, os quadros revolucionários, permitirá que se concretize o processo de fusão desses quadros revolucionários com o movimento operário.

A anistia é o eixo da luta democrática. Mas ela precisa ser vista como passo, como uma etapa da organização de um movimento político revolucionário da classe operária.

ET - Você acha que é possível conseguir a anistia ampla e irrestrita sem acabar com o regime?

RMM - Acho. Mas isto não se vai conseguir num primeiro momento. Mais provável é que a ditadura tente dar anistias parciais.

ET - E que perspectivas você vê para a classe operária no atual contexto?

RMM - Isso passa necessariamente pela organização da classe operária em Partido. O grande problema, na minha opinião, da esquerda brasileira, hoje em dia, é que o processo de reorganização da classe operária se deu independentemente da esquerda; não se deu contra ela, mas independente dela. Porque se deu exatamente no período em que a esquerda estava sendo violentamente golpeada, exilada, assassinada, presa, e sem condições portanto de enfrentar o problema da reorganização da classe operária.

É evidente que o simples movimento sindical não põe em xeque o sistema capitalista. É absolutamente indispensável, que o movimento operário marche no sentido de sua integração na luta política.

Agora, bem, não há projeto político próprio para a classe operária que não seja socialista. Que isto fique claro. E um projeto socialista, não pode passar por deturpações do tipo social-democrata.

Agora, bem, não há projeto político próprio para a classe operária que não seja socialista. Que isto fique claro. E um projeto socialista, não pode passar por deturpações do tipo social-democrata.

Agora, bem, não há projeto político próprio para a classe operária que não seja socialista. Que isto fique claro. E um projeto socialista, não pode passar por deturpações do tipo social-democrata.

Isso é que no Brasil nós temos que combater. E é tarefa fundamental da esquerda revolucionária neste momento. Encontrar maneiras de recuperar o terreno que ela perdeu, nessa fase de reorganização do movimento operário. E encontrar a forma de reforçar o processo de reorganização e tomar de consciência do movimento operário, ao mesmo tempo que lutar para que a alternativa socialista esteja presente em todo esse processo de reorganização, de lutas parciais, que o movimento operário vai ter que dar no campo democrático. Que a alternativa socialista esteja sempre presente, como um objetivo concreto a alcançar.

"O murmúrio de ontem se avolumou no clamor de hoje: trabalhadores e intelectuais de todos os matizes postulam por liberdade, pelo fim da exceção, pelo respeito aos direitos do homem e do cidadão, pela e fétiva participação no processo político". CBA

ATO EM CAMPINAS

Em Campinas, duas mil pessoas apinharam-se depois das 18 h na calçada em volta da prefeitura, para um ato convocando amplamente

Além de entidades de estudantes e professores, faziam parte da mesa representantes da Pastoral Operária e do Bispo de Campinas. Um manifesto foi lido por todos: "Temos a mão, queremos o braço, queremos toda justiça! Exigimos anistia ampla, geral e irrestrita! Anistia não é perdão, perdão não é necessário para culpa inexistente. Pelas Liberdades Democráticas!" *ESP 11.5.78*

O Trabalho Conjunto

A experiência (e as propostas) da unidade de vários setores oposicionistas em Salvador

A união dos diversos setores da comunidade baiana na luta pela conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida para o povo brasileiro, é o princípio básico definido pelo Trabalho Conjunto de Salvador (TCS), entidade que reúne profissionais liberais, estudantes, religiosos, imprensa democrática, entidades de bairros, artistas, bandeirantes, movimentos pela anistia e o partido da oposição.

No último dia 27, sábado, mais de cem representantes desses setores estiveram reunidos para os detalhes finais da Carta de Princípios do Trabalho Conjunto de Salvador, que deverá ser lançada à população em julho próximo. "Nesta carta estão os princípios dessas lutas, esses princípios se comprovaram tão justos e amplos que nos comprometemos a tê-los, permanentemente, como base de nossas ações conjuntas", diz o documento.

Pontos Básicos

A Carta de Princípios do TCS contém os seguintes pontos básicos: lutamos pelo direito do povo brasileiro decidir livremente sobre seu destino e sobre os destinos do seu país; lutamos pelo direito de qualquer setor da po-

pulação se organizar e se expressar, na defesa de seus direitos e interesses; lutamos pela conquista dos direitos e interesses fundamentais do povo. Assim lutamos por: melhoria de salários, pela baixa do custo de vida, por boas condições de trabalho, alimentação, saúde e assistência médica, educação, lazer, moradia e transporte; assim também, lutamos contra a falta de emprego, a expulsão dos camponeses de suas terras, a expulsão dos moradores das invasões nas cidades; em consequência disso lutamos contra a censura, as perseguições, prisões e torturas àqueles que defendem e lutam por esses direitos e interesses.

Em torno desses princípios, o TCS aponta como compromissos seus: buscar a ampla participação das pessoas que compõem cada setor representado - assim como de toda comunidade - nas decisões e ações conjuntas; buscar a participação de todos os setores, compreendendo as diferenças entre eles e preservando a autonomia de cada um; buscar e incentivar a adesão ao Trabalho Conjunto de qualquer setor da população que se proponha a assumir e defender os princípios contidos nesta Carta; incentivar e nos solidarizar com toda e qualquer iniciativa de setores democráticos do país, de unir suas forças na luta pelos direitos e interesses fun-

damentais do povo. A Carta de Princípios ressalta ainda que o TCS é uma forma de luta surgida das necessidades atuais do povo brasileiro.

A Carta de Princípios foi aprovada, no fundamental, por todos que participaram da reunião do dia 27, havendo apenas alguns questionamentos quanto à linguagem, já que alguns representantes de bairros consideraram que ela deveria estar mais acessível à população.

Como propostas de acréscimo, o Diretório Central dos Estudantes da UFBA apresentou uma explanação mais detalhada dos problemas vividos pela população, no início da Carta, onde se inclui a repressão, a dívida externa do país, a inflação entre outros. O DCE propôs ainda uma maior ênfase na luta pela liberdade dos setores se organizarem e de manifestação de pensamentos.

O MDB por sua vez, propôs que fosse inserido na Carta, como um dos seus princípios, a luta pela integridade física e cultural da cidade e do país e a preservação da paisagem e do patrimônio cultural "construído pelo nosso povo". Os grupos de luta pela anistia-Movimento Feminino Pela Anistia e Comitê Brasileiro pela Anistia - propuseram a integração da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

(Linalva Maria)

PROGRAMA DA Frente Popular Eleitoral

- Rio de Janeiro -

Considerando que a quase 14 anos vivemos sob o jugo de um regime anti-popular baseado na super-exploração e na repressão, principalmente sobre os trabalhadores.

E que no entanto, o povo resistiu lutando por seus interesses se utilizando das entidades existentes (sindicatos, associações, etc.) bem como, criando outras novas, cada vez mais livres, representativas e independentes, única forma de avançar, de maneira consequente, na superação do regime autoritário.

As eleições de 78 se realizam no momento de crise, que de um lado aprofunda a marginalização econômica da maioria da população e, de outro, gera conflitos entre as forças sob as quais o sistema se sustenta. O governo busca, então, uma saída que repare as fendas abertas e que preservam o autoritarismo em toda sua essência.

Vemoa hoje, a necessidade de irmos mais à frente na unificação das forças democráticas do movimento popular de oposição, visando organizar estas forças para uma intervenção mais decidida num momento político significativo como o processo eleitoral deste ano.

Assim, para que realizemos uma campanha claramente oposicionista centrada nas reivindicações e nos interesses das camadas populares, resolvemos definir alguns pontos fundamentais de unidade política, que melhor materializem hoje a luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas para o nosso povo.

PELO FIM DO REGIME REPRESSIVO E PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Pelo fim das leis e do aparelho repressivo ;
Contra o AI5 e o 477 ; Pelo fim da censura ;
Pela liberdade Sindical ; Pelo direito de greve ;
Por eleições livres e diretas ;
Contra a Lei Falcão e o Pacote de Abril, Pelo fim das prisões arbitrárias e Pela volta do Habeas Corpus ;
Pela garantia das mais amplas liberdades de expressão e organização para os trabalhadores e o povo e, nessas bases, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte

CONTRA A DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

Denúncia dos acordos lesivos aos interesses nacionais ; Contra a internacionalização da Amazônia e a exploração predatória dos recursos naturais ; Contra a dominação da economia nacional pelos trustes e cartéis internacionais ; Por uma tecnologia voltada para os interesses da população ; Por uma política externa independente e solidária com as demais nações oprimidas ; Pela defesa dos valores culturais nacionais e populares.

POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA O POVO

Contra o arrôcho salarial; Contra a carestia; Por melhores condições de trabalho, educação, saúde, moradia e transporte. Pela extensão e efetiva aplicação dos benefícios da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; Pela reforma agrária que garanta a posse de terras.

POR UMA ANISTIA AMPLA, TOTAL E IRRESTRITA A TODOS OS PERSEGUIDOS, BANIDOS, CASSADOS E EXILADOS POLÍTICOS

E propomos o seguinte encaminhamento prático:

1- Lutar pelo lançamento de uma candidatura ao Senado, comprometida com o programa popular, como forma de unificar as forças e fortalecer as bandeiras democráticas.

2- Evitar a proliferação de candidatos que devem surgir com o apoio concreto de base e não como fruto de acordos de gabinete, de modo que tenha garantida sua expressão eleitoral.

3- Caracterizar as limitações do papel do MDB e da própria luta parlamentar. Mostrando a importância das organizações próprias dos trabalhadores em seus locais de trabalho e moradia.

4- Deve ser respeitada a especificidade e a autonomia de cada campanha .

5- Manter formas de articulação que permitam a realização de atividades conjuntas , tais como comícios , caravanas , etc.

6- Dirigir o fundamental do nosso esforço para os bairros populares, fábricas e demais locais de trabalho, único meio de assegurar a consequência deste movimento de unidade.

Texto sobre as eleições para discussão na periferia de São Paulo.

Eleições

Em novembro vai haver eleições para deputados Estaduais e Federais, além de um Senador, para representar o povo, nas Câmaras e no Senado.

E NÓS, MORADORES DE VIAS E TRABALHADORES, O QUE TEMOS A VER COM TUDO ISTO?

Temos no mínimo que votar no dia 15 de novembro.

Nas eleições de 76 após discussões procuramos apoiar os candidatos a vereador do MDB que se propunham a defender os interesses do povo.

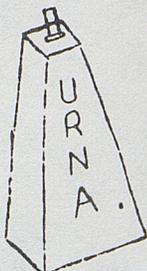
A pergunta que o povo fez em alguns lugares, na discussão das eleições de 76, era: "por que a gente não elege alguém que seja do povo mesmo, que sinta e participe dos problemas e que tenha participado de nossas

lutas? Que vá representar e defender nossos interesses na Câmara, juntamente com o povo?

Discussões iguais a estas aconteceram em muitas regiões de São Paulo.

Tentando levar estas idéias prá frente, no fim do ano passado e no começo deste ano, pessoas de vários bairros de São Paulo se reuniram.

Se discutiu o que fazer nestas eleições de novembro e se chegou a conclusão que era válido participar e se possível com candidatos que fossem e representassem a periferia de São Paulo.



NAS REUNIÕES FEITAS AQUI NA NOSSA REGIÃO APARECERAM E FORAM DISCUTIDAS TRÊS POSIÇÕES DIFERENTES:

1ª) Que se deve lançar candidatos próprios da periferia.

2ª) Que não se deve lançar candidato e sim apoiar um candidato de fora.

3ª) Que não se deve apoiar ninguém e sim discutir com o povo o significado das eleições.

Como não se chegou a uma opinião única, discutiu que as pessoas que apoiavam lançar um candidato poderiam encaminhar as inscrições dos mesmos no MDB, pois o prazo de inscrição acabava dia 20 de abril.

Outros bairros da Região Leste, da Freguesiado Ó estão apoiando e incentivando que saiam realmente candidatos da periferia.

O problema agora

é que as pessoas que se inscreveram para candidatos só serão candidatos, mesmo, nas eleições se forem aprovados na Convenção Estadual do MDB.

E para esta aprovação a única força que temos é a união do povo, pois são muitos candidatos inscritos pra poucas vagas a concorrer nas eleições.

Os candidatos inscritos aqui na região foram: Irma R. Passoni que participa dos clubes de mães alfabetização, custo de



vida, pastoral do mundo, do trabalho, comunidades. como candidata a Deputada Estadual.

Aurélio Perez que é operário metalúrgico, participa do custo de vida, pastoral operária, oposição sindical, sociedade de amigos e comunidades da região, como candidato a Deputado Federal.

É muito importante que este boletim seja lido e discutido nos vários grupos e comunidades.

As pessoas, os grupos e comunidades que acharem justa a idéia de lançar estes candidatos poderão ajudar muito para que eles sejam aprovados na Convenção do MDB, vindo à reunião do dia 6 de maio, às 19:30 horas na Igreja do Socorro, trazendo a opinião dos grupos que participaram das discussões.

Nesta reunião vai vir o Senador Crestes Quércia (eleito em 74) e o candidato a Senador Fernando Henrique Cardoso.

É importante neste dia o comparecimento de todos os que apoiam a idéia, para que mostremos a importância que tem para nós estas candidaturas, para que o Aurélio e a Irma possam realmente concorrer em novembro.

PORQUE ACHAMOS IMPORTANTE PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES DE 1978

Todos os trabalhos, lutas que fizemos até hoje, foi para que mudasse a situação de vida que levamos, da sociedade que pertencemos.

Sabemos e discutimos muitas vezes que essa mudança total só será feita quando mudar a estrutura política. Isto quer dizer que essa mudança vai acontecer quando o povo estiver participando, decidindo livremente aquilo que interessa a todo o povo.

Hoje não existe ainda essa liberdade de poder participar e nem mesmo de elegermos os nossos governantes. Podemos apenas participar dos partidos que existem: ARENA e MDB. Participamos no MDB porque ele tem tido um papel de oposição e que muitas partes do seu programa são as mesmas que nós defendemos, muitos pontos do programa do MDB nós achamos que são justos porque eles defendem pontos políticos que nós também defendemos e que precisam ser levados à prática, como

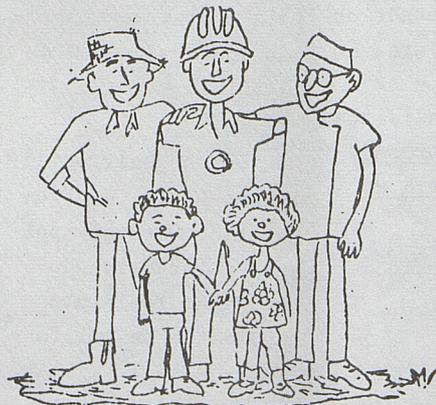
por exemplo: liberdade de expressão, direito a greve...

Participando das eleições há possibilidade de abrir novas frentes de trabalhos, dar a idéia de trazer mais gente para participar.

Podrá ajudar o trabalho de organização do povo. É importante que haja alguém do povo com essa tarefa de participar diretamente dentro dos partidos políticos.

Nossos candidatos poderão ser pessoas que de uma forma firme e decidida apresente as nossas reivindicações junto aos poderes públicos. Ex: a luta por escolas.

Que o candidato seja um dos nossos, que tenha participado de nossos trabalhos, lutas e não seja simplesmente representante, mas que, se eleito não se afaste dos trabalhos e que esta seja a tarefa de estar cada vez mais presente ainda nos bairros nas lutas para levar a posição do povo.



FOLHA DE S. PAULO

Conclusões da Convenção MDB

E do seguinte teor o documento em que a Convenção Nacional do MDB divulgou sua decisão:

"A vigência continuada dos instrumentos de exceção e o seu uso crescente pelo Governo provocaram generalizado e intenso inconformismo popular.

"Bem sintomáticas, a respeito, as manifestações públicas de vários setores nacionais, entre as quais as da OAB, ABI, Igrejas, trabalhadores, estudantes, empresários, artistas, intelectuais e organizações de base. O Movimento Democrático Brasileiro, sob a presidência de Oscar Passos e de Ulysses Guimarães, tem oferecido, ao longo dos anos, todos os possíveis sacrifícios pela democratização, sendo dispensável rememorar os vários anos dedicados à estruturação partidária e o martírio de muitos companheiros, levantando a opinião pública nacional.

"Sem embargo de nossas linhas programáticas, a reunião de forças eventualmente articuladas em torno do objetivo comum da efetiva implantação do Estado de Direito, está a exigir uma articulação cujo sentido ético repouse num programa mínimo.

"Face a esta nova conjuntura nacional, cada Seção Regional decidirá participar ou não do processo indireto apenas para os Executivos, no âmbito estadual, sujeitando-se a posse dos eleitos à obtenção de maioria na Assembléia Legislativa".

"E, pela imperativa necessidade de viabilizar uma maior convergência das múltiplas oposições brasileiras, conferindo-lhes um instrumental de maior eficiência, os convenionais admitem a possibilidade de concorrer à próxima sucessão presidencial com o objetivo de restaurar o pleito direto para para todos os cargos eletivo, convocando o povo para a escolha soberana dos seus governantes. Por outro lado, os candidatos, além do natural respeito ao programa partidário, inclusive em suas linhas econômico-sociais, devem assumir perante a Nação, compromisso com a consecução das seguintes metas:

"1 — Revogação imediata de todos os instrumentos de exceção e reformulação de leis ou disposições restritas às liberdades públicas e privadas, entre os que dizem respeito à imprensa, à propaganda política e eleitoral, às atividades sindicais, artísticas, literárias, científicas, estudantis e de magistério, bem como a realização de movimento pela revogação do "pacote de abril".

"2 — Respeito ao princípio da separação dos poderes do Estado, independentes e harmônicos, inclusive com a reposição das tradicionais garantias da Magistratura e consagração da imunidade parlamentar, assegurada a inviolabilidade dos mandatos parlamentares.

"3 — Eleições diretas em todos os níveis, assegurando-se, através do sufrágio universal, direto e secreto, o preenchimento de

SINTESE DOS ENTENDIMENTOS

O documento de 10 pontos aprovado pela Convenção do MDB representa a conclusão de uma série de entendimentos informais realizados nos últimos seis dias, entre emedebistas e outras pessoas interessadas na "frente nacional de redemocratização", como o senador Magalhães Pinto e o general Euler Bentes Monteiro, ambos candidatos à Presidência

REINTEGRAÇÃO

BRASÍLIA (Sucursal) — Com o documento de 10 pontos aprovado na Convenção, o MDB está consciente de que realizou o passo que lhe competia dentro do atual processo político, apresentando uma definição para as condições em que pode integrar as duas mais importantes ações políticas do momento:

os entendimentos em torno da frente comum que pode intervir na sucessão presidencial; e o diálogo a respeito do projeto de reforma proposto pelo governo.

UM RISCO CALCULADO

Nos entendimentos internos sobre o documento, o fato mais notável foi a transigência dos emedebistas "autênticos", que iniciaram a re-

todos os cargos eletivos, notadamente o de presidente da República, governadores de Estado, senadores da República, prefeitos de municípios, em especial das capitais.

"4 — A restauração constitucional da declaração dos direitos e garantias individuais em toda a sua plenitude, sem os desvios, limitações e condicionantes atualmente em vigor, assegurando-se, sobretudo, o instituto dos habeas corpus em toda a sua inteireza. As amplas e efetivas garantias ao direito de defesa, apreciação judiciária dos atos do Executivo, a liberdade de crença, de culto, de associação, de reunião, de ideologia política e de manifestação do pensamento, bem como a livre prestação de informação independente de censura.

"5 — Extinção das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento, concedendo-se, com propósitos de reconciliação, plena anistia política, considerando-se insuficiente a simples revogação do art. 185 da Carta de 1969.

"6 — Pluripartidarismo que possibilite a organização e atuação política de todas as correntes ponderáveis de opinião pública, nacional, com livre acesso ao poder, comprometidas com o respeito às instituições democráticas.

"7 — Princípio federativo e republicano, fortalecendo-se, por um lado, a autonomia dos Estados e Municípios, inclusive no setor financeiro e, por outro, assegurando-se esse e estimulando-se o surgimento de associações comunitárias de base, que possam se manifestar legitimamente sobre problemas que interessam à coletividade.

"8 — Liberdade sindical, reformuladas as leis e disposições que consagram a tutela governamental sobre os órgãos de classe, assegurando-se, mediante regulamentação adequada, o direito de greve, como instrumento básico das legítimas reivindicações trabalhistas, entre as quais segurança para o trabalho e uma justa política salarial, através de remuneração que assegure, a todos, padrão de vida compatível com a dignidade humana.

"9 — Liberdade de cátedra e de atuação política não partidária das entidades estudantis, livres não apenas das leis e decretos de exceção, como também da inserção de dispositivos equivalentes nos regimentos internos dos estabelecimentos de ensino.

"10 — Atendidos os pressupostos necessários à normalização da vida política do País, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição, em bases eminentemente democráticas, com liberdade e justiça social, através de uma sábia política de redistribuição de renda, que evite gritantes concentrações de riqueza, tanto de natureza pessoal como regional.

"Sem quaisquer propósitos revanchistas, ódios e ressentimentos devem ser afastados, pois o que importa é reconciliar a Nação.

"Crêem os convenionais ser este o melhor caminho para convocar todos os brasileiros para construir o nosso futuro, sem sacrificar o direito de participação das gerações presentes num verdadeiro processo de desenvolvimento nacional." 1.º de junho de 1978

cia da República.

Durante a série de entendimentos, o documento sofreu algumas alterações até chegar ao consenso partidário final no momento da votação de ontem à tarde. Entre as alterações, destacam-se a que impediu a aceitação da escolha do senador "bionício" pelo Rio e a que sujeita a designação do governador à eleição da maioria da Assembléia Estadual.

visão da estratégia partidular de atuação política desde que o senador Marcos Freire e o ex-deputado Francisco Pinto estiveram na chácara do general Euler.

Um processo de revisão completado na discussão da madrugada de ontem no apartamento do deputado Jarbas Vasconcelos, quando a maioria ampla dos "autên-

ticos" descobriu que o apoio partidário a um candidato presidencial dissidente dificilmente poderia levar a uma situação política pior que a de hoje.

M. Pinto: MDB na Frente

BRASÍLIA (Sucursal) — Comentando o fato de que a Convenção Nacional do MDB, realizada ontem, admitiu a possibilidade de o partido concorrer à próxima sucessão presidencial e reconheceu a necessidade de "reunião de forças eventualmente articuladas em torno do objetivo comum da efetiva implantação do Estado de Direito", o senador Magalhães Pinto disse que com isso, a seu ver, o MDB engaja-se na "frente para a redemocratização" de que ele e o general Euler Bentes participam.

"Foi uma deliberação autónoma da agremiação minoritária, que vai aumentar as possibilidades de redemocratização do País, com a união de seus esforços aos esforços dos demais setores interessados em restabelecer a normalidade e o Estado de Direito".

Sobre a possibilidade de vir a "frente de redemocratização" a lançar candidatos, nos Estados, Magalhães acentuou que, quanto a isso, "ela precisará ainda entender-se com o MDB, cujo apoio, no caso, é fundamental. Depois disso, a frente pode apoiar candidatos, inclusive de dissidências arenistas, nos Estados".

O senador Teotônio Vilela, da Arena de Alagoas, considerou a "Frente Nacional de Redemocratização" uma central de decantação política, capaz de desaguar numa Constituinte. A frente — segundo Vilela — não é a insatisfação de uma ou outra pessoa, mas "o reflexo do inconformismo nacional, não apenas com a situação do poder, como também, quanto à falta de representatividade do regime e do bipartidarismo".

Severo: articulação

RIO (Sucursal) — O ex-ministro Severo Gomes, um dos principais articuladores da Frente Nacional de Redemocratização, considerou o documento aprovado pela Convenção do MDB, admitindo a entrada do partido numa composição de oposições em torno de um programa mínimo, como "um passo importante que permite se pensar numa articulação mais consequente, uma conversa mais concreta, para a viabilização da FNR, com a presença do MDB". Severo Gomes considerou ainda que o partido oposicionista se colocou numa posição construtiva em relação à Frente e, em princípio, não viu qualquer obstáculo às negociações do decálogo de reivindicações colocado como condição para o partido integrar a composição de forças da oposição.

1. 6. 78

MOVIMENTO - 19/6/78

Os autênticos e a ilusão do poder

Adelmo Genro Filho (*)

Na "IV Convenção Extraordinária do MDB", realizada recentemente em Brasília, os interesses e as ilusões dentro do partido oficial da oposição parecem ter ficado bem definidos. Chagas Freitas e seus asseclas querem (e conseguiram) o governo do Rio de Janeiro e preferem a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República para manter o caráter "civilista" do MDB, impedindo o aprofundamento da rachadura no meio militar. É assim, de maneira astuta, que eles procuram manter a integridade do bloco de poder, para a manutenção deste regime ao qual servem fielmente. Ulysses Guimarães, Tales Ramalho, Tancredo Neves e demais "moderados" da cúpula nacional resistem a uma "Frente Democrática" capaz de abrir um espaço real para o movimento de massas, e nesse ponto coincidem com os liberais arenistas ou recentes ex-arenistas. Estão dispostos, isto sim, a participar de uma "frente fria" que, desta vez, não viria da Argentina ou do Uruguai, mas das próprias elites liberais de ambos os partidos e dos meios militares, para institucionalizar o país sem ofender as bases da estrutura sócio-econômica vigente. Aquilo que os cientistas sociais chamam de um "novo pacto de elites". Por outro lado, os setores chamados "autênticos" do MDB são os únicos que desejam, de fato, uma alternativa popular e democrática ao Estado autoritário, e que buscam uma ligação mais efetiva com as lutas fora do parlamento. E foi com esse desejo, mais uma rápida olhadela na conjuntura, aliada à impaciência gerada pela aparente ineficácia do combate parlamentar, que eles "descobriram" a alternativa para enfrentar o processo de democratização "lenta e gradual" oferecida pelo governo. Mas qual foi essa descoberta? Nada menos do que a tomada do poder "rápida e segura" através da eleição indireta para presidente. Essa ingenuidade, é preciso salientar, tem uma história, ou melhor, está condicionada historicamente pela falta de ligação orgânica do MDB com as incipientes lutas populares.

Os "autênticos" começaram a se articular inicialmente em função da coragem pessoal para o combate no parlamento contra o regime. A tarefa foi cumprida. A oposição mantinha seu "espírito heroico", que produziu cassações, mas era fermento e inspiração popular. Sabemos que o heroísmo é necessário quando ele é a única alternativa. Depois de 1974, surgiram os "neo-autênticos", grupo que percebeu a necessidade de buscar alguma identificação ideológica entre os militantes progressistas do MDB e percebeu também a importância do "trabalho de base", ou seja, a organização e educação política das camadas populares. Entretanto, como se viu, o trabalho de base não é uma panacéia. Além do mais, a participação dos parlamentares nesse tipo de atividade política - difícil, porque cotidiana - não é grandiosa e tampouco heróica. Especialmente para aqueles que estão no Congresso Nacional, cuja tarefa é basicamente de cobertura, solidariedade e incentivo ao trabalho dos outros mais próximos dos meios

populares. A dimensão até certo ponto restrita dessa tarefa é que gerou a impaciência e alimentou a idéia da tomada do poder num golpe rápido, dentro das próprias regras do jogo. Melhor seria dizer tomada do governo, através de uma frente amplíssima, para que fosse estabelecido o Estado de Direito. Bem..., aí sim começaria tudo de novo. Vida nova, partidos novos. Então poderíamos organizar o partido dos trabalhadores sobre essa legalidade conquistada pela "Frente Democrática". Mas e a nossa visão estratégica de fortalecimento das lutas concretas da sociedade civil, dos assalariados? Essa, provisoriamente, deixaremos de lado. Consequentemente, poderemos chamá-la - nesse momento - de visão "romântica", "teoricista". Foi assim, grosso modo, a argumentação dos "autênticos" na convenção emedebista.

Aliás, o defensor mais ardoroso do "grande acordo" que resultou na decisão da última convenção, no sentido da participação nas eleições indiretas, foi o sempre líder do grupo autêntico, ex-deputado Francisco Pinto, que na sua coluna de Movimento (nº 153) qualificou de "fariseus e oportunistas", os que, segundo ele, foram "contrários à participação na Frente e nas eleições indiretas".

Cabe corrigir a afirmação de que os quarenta votos foram "contrários à participação na Frente". Simplesmente, porque não corresponde à verdade. A discussão prévia feita no grupo autêntico deixou claro que as posições discordantes do documento (depois aprovado na convenção) não eram contra a "Frente", mas sim quanto à forma de inserção dos setores progressistas nessa "frente". E que a posição contrária à participação nas eleições indiretas para governadores e senadores biônicos não era uma questão de "princípios", mas de tática política.

Na verdade, dentro dos contornos do raciocínio acrobático do ex-deputado Francisco Pinto é difícil não ser "fariseu" ou "oportunistas". Há pouco tempo ainda, quando defendia numa entrevista ao jornal *Versus* a aglutinação diferenciada dos setores progressistas da oposição, visando a organização de um PS, ele também esbravejava contra os "oportunistas" que não aceitam a proposta de um partido legal dos trabalhadores para conduzir o povo brasileiro ao socialismo. E lembrando essa sua posição, as coisas vão ficando mais claras, o enigma vai se decifrando sozinho. Quem acredita num partido legal, tipo PS, para construir o socialismo, tem de acreditar num Estado de Direito estável que lhe seja correspondente. Logo, numa "Frente" qualquer, indiferenciada, para atingir esse Estado de Direito. Nessa análise a estratégia presente, portanto, é a luta pelo Estado de Direito e nada tem a ver com a tarefa posterior: construir um PS, o partido verdadeiro da classe operária. Essa análise opõe polarmente "anormalidade" com "normalidade constitucional". Trata-se de conquistar a "normalidade constitucional" para preparar as verdadeiras transformações sociais. Tal descontinuidade, interior ao método de apreensão histórica do ex-

deputado Francisco Pinto, resume-se num erro composto, numa permanente oposição entre tática e estratégia ao invés do seu relacionamento dialético. No plano imediatamente político contém a crença numa democracia burguesa estável para o nosso país.

O regime brasileiro não vai naufragar nos seus próprios mares, não vai perder-se nos labirintos que ele mesmo construiu. Se houver riscos na eleição do general Figueiredo, as regras serão mudadas. Só há uma saída, que obviamente não é ganhar eleições presidenciais indiretas, mas ampliar a resistência popular até romper a legalidade arbitrária que sufoca as camadas oprimidas.

A decisão da Convenção Nacional de permitir a participação do MDB nas eleições indiretas dos Estados é, indiscutivelmente, um retrocesso político para as oposições, pois ajuda a oxigenar - ao nível da prática política, não de meros princípios - os tecidos de um sistema em franca decomposição. Além disso, a configuração da "Frente Democrática" não depende dessa participação, pelo menos com relação ao que nela é fundamental: a vinculação tática do general Euler Bentes e do senador Magalhães Pinto com as lutas pela democratização. O general disse até que está disposto a subir num caminhão e participar de uma praça libertária em todo o território nacional.

O fato do MDB participar das eleições indiretas deixa um inventário negativo para a luta popular. Chagas Freitas, o adesista mais famoso da Nação, ganha o Rio de Janeiro. Ulysses Guimarães e seus "moderados" conseguem ensaiar uma "Frente" sem diferenciações internas. Logo, sem perspectivas de que se expresse nela sequer o setor mais progressista da oposição emedebista. Tudo isso, em troca de quê? Qual o ganho real? A mera ilusão de ganhar as eleições indiretas para chegar ao governo ou para criar um impasse definitivo. Desde quando é assim que caem os regimes autoritários?

O momento tático, sem dúvida, é favorável a uma ampliação do campo da oposição e ao isolamento ainda maior do regime. Favorável, por conseguinte, à obtenção de compromissos provisórios dos grupos conservadores com algumas lutas eminentemente populares. Mas as adesões de arenistas ou militares liberais não está condicionada ao recuo das oposições mais progressistas. Ao contrário, é um fenômeno objetivo, no bojo do qual é importante a afirmação diferenciada das posições. Não em termos de PSs ou outras questões das cabeças intelectuais, mas em função das lutas concretas dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e demais camadas oprimidas da sociedade.

Na perspectiva estratégica dessas lutas é que seria fundamental neste momento a decisão do MDB (ou pelo menos a posição clara dos seus setores mais progressistas) de boicotar as eleições indiretas, aliada a uma abertura com relação à "Frente", mas exigindo compro-

missos - daqueles que estão aderindo - com as lutas efetivas do povo brasileiro, inclusive pelo seu efeito propagandístico. E como parte deste boicote, definir a *anticandidatura* do general Euler Bentes, para que ele saia mesmo sobre um caminho a pregar a liberdade, ouvindo os reclamos populares e assumindo compromissos concretos. É *anticandidatura*, ao contrário do que alguns podem pensar, não é apenas uma palavra. É o desdobramento prático de uma visão estratégica, uma forma determinada de inserção no momento tático, basicamente comprometida com as lutas exteriores ao parlamento.

Os "autênticos" foram acometidos pela "ilusão do poder", pensando ter achado um atalho para a democracia. Neste caso, o caminho mais curto não leva a lugar nenhum. É preciso acreditar nas potencialidades do povo, embora sem afastar as alianças, para que possamos encontrar o caminho de uma "democratização substantiva", em que pese este seja inegavelmente mais longo.

A alegação de que o MDB como um todo não subscreveria essa posição, pelo fato de ser internamente uma salada ideológica, não retira a correção da proposta. Os grupos mais avançados do MDB, marcando um posicionamento independente, seriam uma referência às

lutas que estão ocorrendo fora do partido. Possibilitando, assim, maior representatividade das oposições populares no contexto das alianças que ora se articulam. E as lutas que estão ocorrendo nas fábricas, nos bairros, nas universidades e nas ruas são estrategicamente bem mais importantes, pelo menos sob o ângulo daqueles que reivindicam profundas transformações políticas e sociais, e não apenas um novo pacto das classes dominantes.

() *Jornalista, ex-presidente do Setor Juvenil do MDB gaúcho, líder da bancada do MDB na Câmara de Santa Maria (RS)*

O LANÇAMENTO DA FRENTE DE REDEMOCRATIZAÇÃO EM SÃO PAULO

MOVIMENTO - 3/7/78

Uma noite de euforia

A Frente Nacional de Redemocratização foi oficialmente lançada na noite da última sexta-feira, na Assembleia Legislativa de São Paulo, com a participação de inúmeros senadores, deputados, vereadores, prefeitos e um público superior a 2.000 pessoas. As bases do MDB constituíram a maioria dos presentes, portando faixas de apoio à frente, e gritando com grande entusiasmo os slogans do programa partidário: Anistia, Constituinte!

Compuseram a mesa senadores e deputados de diferentes estados, tanto da Arena como do MDB: Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela, Marcos Freire, Tancredo Neves, Franco Montoro, Getúlio Dias, Leite Chaves, Paulo Brossard e o ex-ministro Severo Gomes. Sob aplausos intensos, foram convidados para também integrar a mesa o senador arenista Magalhães Pinto e o general Euler Bentes Monteiro.

O presidente da Mesa, deputado Natal Gale, após ter lançado oficialmente a "Frente", chamou o primeiro orador, um representante dos trabalhadores, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcilio, candidato a deputado federal pelo MDB às eleições de 78. Benedito Marcilio disse que não estava aderindo formalmente ao movimento, mas que os trabalhadores apoiam a "Frente" e também todos aqueles que lutam pelos interesses reais de todo povo brasileiro desde que assumam claramente as legítimas bandeiras populares: a conquista de uma anistia ampla, geral e irrestrita, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte democrática e soberana; e pleno direito de greve, o fim do arrocho salarial, a criação de uma Central Única dos

Trabalhadores. Nessa mesma perspectiva falou um representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE), - quase impedido de se manifestar pela mesa afirmou ver na "Frente" um fato positivo, mas que os estudantes não a apoiam por exigirem dela uma definição cristalina de objetivos em favor dos trabalhadores e oprimidos. Disse ainda que deveria estar ali naquele momento era a União Nacional dos Estudantes, que foi destruída pelo golpe militar de 64. Ao final de sua intervenção, o público gritava em coro: UNE, UNE!

Ao todo foram mais de dez oradores a se manifestarem a favor da "Frente", a maioria do MDB: Paulo Brossard, Robson Marinho, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso; da Arena falaram Teotônio Vilela, Magalhães Pinto; e ainda Severo Gomes e o general Euler Bentes Monteiro. O anúncio de que o governo havia proibido o Rádio e a Televisão de transmitirem o acontecimento provocou estrondosa vaia por parte do público. Ulysses Guimarães, antes mesmo de ler o seu discurso, fez um contundente improviso: "a Frente desmorteou o governo. A censura significa a fraqueza desse governo, que teme as denúncias das prisões arbitrárias, das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das cassações, por isso, proíbe. Está fraco o governo e forte a Frente". Por sua vez, Paulo Brossard, se referiu à determinação oficial de que a "Frente" é ilegal: "como podem falar em legalidade aqueles que editaram o pacote de abril? Como podem falar em legalidade aqueles que exercem o poder sem o voto popular - aqueles que depois de tantos anos de poder arbitrário reduzi-

ram o Brasil a escombros, como podem falar em legalidade?"

Finalmente, foi anunciado o orador mais esperado por todos: o general Euler.

Durante seu discurso o general Euler, abordou os pontos elaborados pela convenção do MDB, de forma ambígua e indefinida. Falou da dívida externa, da anistia, da liberdade sindical, da necessidade de uma maior liberdade para a organização partidária, da instauração de uma democracia representativa. E, novamente, advertiu contra o perigo da radicalização política. "Eu entrei na Frente - disse Euler - para trazer a minha contribuição e a minha proposta, e a minha proposta é de evitar o perigo de confrontos pela radicalização. É a paz entre os brasileiros".

Ao final da manifestação, o encontro e um diálogo inesperado entre o ex-deputado (cassado) Lisâneas Maciel, que acaba de chegar ao Brasil, e o general Euler. "Admiro sua atitude, disse Lisâneas a Euler, não porque o senhor é um general de quatro estrelas, mas por causa de seu compromisso prévio com o Estado de Direito e, principalmente, com a mobilização popular. Porque a mobilização popular é que vai dar o conteúdo que falta à Frente". Euler apertou a mão de Lisâneas e disse que estava muito sensibilizado com aquelas palavras.

A impressão que se tinha pelo tom dos discursos, a euforia do público, as análises feitas sobre o desmoronamento do regime, inclusive a proposta de um governo de transição que convoque uma Constituinte, era a de que, a opressão que se abateu sobre a nação durante estes 14 anos, está com seus dias contados. (Paulo Mariz)

-Coluna do Castello-

A desmontagem da Frente

Brasília — Depois de ter sido diagnosticada pelo Governo, inclusive pelo Presidente da República, que se manifestou a respeito por seu porta-voz oficial, a suposta ilegalidade da Frente Nacional de Redemocratização, parece ter havido hesitação em retirar do diagnóstico a consequência inelutável. A Frente continua a existir como apêndice do

JORNAL DO BRASIL
6/7/78

MDB ou como coroamento do movimento de oposição e deverá estar sexta-feira em Manaus e em seguida no Recife, a menos que o Governo aja nas próximas horas.

Juridicamente, o diagnóstico é pelo menos discutível. Politicamente, ou ele é confissão de insegurança do Governo ou traduz a existência de informações que não transpiraram. Essas informações podem ser de duas ordens: 1) levantamento da repercussão da mobilização popular que vem sendo realizada e seu potencial de pressão sobre o Governo para ampliar as reformas; 2) conhecimento de situações de fato, como por exemplo o acobertamento de uma articula-

ção militar não dimensionada pelos observadores leigos.

De qualquer forma, a menos que esteja agindo preventivamente em função das hipóteses acima levantadas, o Governo comete um excesso e um erro ao jogar para a ilegalidade a Frente Nacional de Redemocratização, a qual vai enfrentando internamente tais dificuldades que dificilmente sobreviverá à futura Convenção do MDB. O dissídio aberto entre o Senador Magalhães Pinto e o General Euler Bentes tornou-se irremediável. O Senador esteve anteontem em Brasília a chamado e o resultado das informações que recebeu deverá transparecer nas declarações que estiver fazendo à imprensa no Rio a partir de ontem. O Senador insiste em manter a sua candidatura e se recusa a exercer pressão sobre o MDB para apressar sua decisão alegando não pertencer aos quadros desse Partido. O General Bentes apressa o MDB e o conclama a decidir o mais rapidamente possível sobre matéria sucessória.

O MDB está dividido. A cúpula partidária está mais próxima do Sr Magalhães Pinto do que do General, sustentado pelos autênticos e por uma faixa de opinião mobilizável nessa área e ativista por índole. Se a decisão depender do Sr Ulisses Guimarães, desaparecido no interior de São Paulo, e dos seus companheiros de Executiva, a Convenção somente se realizará no final de agosto e assim mesmo se forem vencidos na tese de que não devem ter candidato presidencial. As pressões pró-Euler tendem a crescer, sobretudo se definida a existência de base militar para a Frente.

As pressões da bancada parlamentar autêntica respondem os dirigentes do Partido

Dissidente muda seu rumo

Antonio Celso de Souza e Silva

JORNAL DO BRASIL

A caminhada solitária do Senador Magalhães Pinto mudará de rumo. Ontem pela manhã, ele voou para Brasília com passagem de volta marcada para algumas horas depois, sem que se soubesse, no entanto, a razão de tão curta permanência na Capital. Logo que chegou, fez questão de manter o mistério. Admitiu ter viajado para conversas sem revelar, contudo, com quem. No Rio, a sua espera, ficaram dois vice-líderes do MDB no Senado — Itamar Franco e Gilvan Rocha — na expectativa de grandes novidades.

A ansiedade dos senadores é explicável. No último domingo, sem procurar disfarçar sua irritação, o Sr Magalhães Pinto, advertindo ao grupo que ele qualifica de "oba oba", afirmou: "Nesse empurra não me levam", referindo-se à "radicalização" que a escolha imediata de um nome para disputar no Colégio Eleitoral representaria.

Já no dia seguinte, a euforia do ex-Presidente do Senado era observada por todos que com ele convivem e até ele mesmo a admitia ao dizer que se sentia exatamente ao contrá-

rio do que prognosticava seu "pessimista" biorritmo. Nesse dia, o Senador Magalhães Pinto desvinculou sua candidatura da Frente pela Redemocratização, afirmou correr "em faixa própria" e lembrou que, antes de nascida a Frente, já havia sua pregação pela redemocratização, há pelo menos "um ano e pouco".

Embora restem ao Senador mineiro alguns dias para sua inscrição como candidato da Arena ao Senado nas eleições de 15 de novembro, essa hipótese nem lhe passa pela cabeça. Está descartada, também, para o líder dissidente, a possibilidade, salvo inesperadas transformações, de confrontar, no Colégio Eleitoral, a candidatura oficial do General João Baptista de Figueiredo.

Certamente que o Sr Magalhães Pinto não abrirá mão de sua reeleição para o Senado a troco de nada. O vice-líder Itamar Franco, um dos opositoristas mais avessos ao apoio do Partido à Frente, acredita que se há alguém capaz de mudar em alguma coisa o curso lento e gradual da abertura promovida pelo Governo, essa pessoa é seu conterrâneo, Magalhães Pinto.

que é preciso acompanhar primeiro o andamento da emenda do Sr Franco Montoro. Se o MDB não tiver condições de reunir uma maioria em torno da proposta de eleições diretas, seria indicação clara de que não convém bater as portas do Colégio Eleitoral com um candidato previamente derrotado. O Sr Magalhães Pinto sustenta a mesma tese e enquanto isso mantém sua candidatura, anterior à Frente, e à qual já atribui pelo menos um êxito: a mobilização nacional da qual resultou uma maior amplitude das concessões do Governo concretizadas no Projeto Petrólio Portella. O Senador se manterá candidato até que o MDB decida se terá candidato e se o convida a ser o candidato. Somente depois disso é que examinará seu futuro político dentro de uma conjuntura que entre outras coisas abre o caminho para criação de novos Partidos. Ele continuará indo aos comícios da Frente e, em Minas Gerais, designou como local da concentração a cidade de São João Del Rey, terra natal do Sr Tancredo Neves.

Se o Governo não tiver razões poderosas para antecipar-se nas medidas contra a Frente, o mais provável é que a Frente se dissolva antes de 1.º de setembro. Isso está implícito nas divergências suscitadas no seu interior pela existência de dois candidatos e de uma só legenda, a qual não pertence a qualquer dos dois, malgrado o entusiasmo dos partidários do General Bentes. Na hora em que isso estiver registrado, certo tipo de resistência à candidatura do General Figueiredo estará superado e a luta política buscará outro terreno no qual possa prosseguir. A não ser que o General Euler, empurrado de baixo para cima e dos flancos para frente, conquiste a condição de candidato.

Os Senadores Gilvan Rocha e Itamar Franco têm como certo o desejo do Governo em negociar com o ex-Governador de Minas. Seu retorno ao seio arenista significaria não só um golpe senão definitivo, significativo para a incômoda Frente pela Redemocratização, o fim da célebre dissidência e, ainda, a reconquista dos muitos votos em Minas Gerais que a liderança Magalhães Pinto representa. Resta saber, contudo, em que condições e quando, o Governo pretende abrir essa negociação.

Ainda que com a fidelidade partidária com dias contados, assim como a formação de novos Partidos, uma vitória esmagadora da Oposição em Minas representaria um aumento considerável das chances para uma maioria do MDB no Congresso o que seria uma explosão, segundo o General João Baptista de Figueiredo.

Essas seriam, na opinião dos dois vice-líderes do MDB no Senado os trunfos do Sr Magalhães Pinto. Sua caminhada solitária estaria se dirigindo, no momento, para tentar negociar seu cacife o mais caro possível, fixar sua posição na luta pela redemocratização e fundar mais tarde, talvez, um Partido que seria o ressurgimento de uma União Democrática Nacional.

5/7/78

Euler e a Frente

Brasília — O General Euler Bentes Monteiro, ao desembarcar ontem em Brasília, afirmou que não acredita que sua eventual candidatura à Presidência da República seja capaz de dividir o Exército. "O desejo dos militares, hoje, é o de se desengajarem por completo do problema político" — disse.

— O Sr acredita que a Frente já é uma realidade?

— É evidente (fazendo um gesto largo, indicando os que o rodeavam). É evidente que é.

A saída, quando cumprimentava o Senador Teotônio Vilela, o General Euler Bente disse, brincando: "Voce viu? Eu falei com os jornalistas até agora e não toquei no projeto (Brasil)..." Um jornalista lhe in-

terrompeu o que ele achava do projeto.

— Eu acho que o projeto é a base mais sólida e corresponde na sua quase totalidade ao que pensamos.

— O Sr então, concorda ao menos em 80% com o Projeto Brasil...

— Não. Eu concordo em 100%. 21/6/78

Euler: A FRENTE É UMA ABSTRAÇÃO
JORNAL DO BRASIL "A Frente Nacional pela Rede-

mocratização não é ilegal. Ela não existe juridicamente, é abstrata e uma coisa abstrata não pode ser ilegal", destacou, ontem, o General Euler Bentes Monteiro, explicando que o movimento se vai expressar através de um Partido legal e criado pela Revolução, que é o MDB. Ele argumenta, defendendo-se das acusações de que a Frente foi criada para desestabilizar o regime, com o seguinte raciocínio: "Se escolhemos um conduto político legal é porque somos os primeiros a desejar e a respeitar as regras legais vigentes". 27/6/78

EM TEMPO
Nº 14

Projeto Brasil

(a menina dos olhos de Euler Bentes)

Sitiada no espaço estreito entre a necessidade de obter para si maior liberdade e o receio de que por essa porta aberta entrem parceiros indesejáveis, a burguesia se vê obrigada a propor reformas do poder nos marcos de sempre: com ordem e segurança. A façanha realizada em outra época — mais conhecida como "redemocratização de 1946" — deve ser novamente conseguida, isto é, passar do arbitrio ao Estado de Direito, sem comoção social. Os limites dessa reforma, o que pode e o que não pode barganhar a burguesia é o que contém o Projeto Brasil.

A crise econômica agudizou a permanente crise política do regime pós-64: a oposição veio somar-se um estranho parceiro, certas frações da burguesia, cada uma por seu lado querendo assegurar que não seja ela que vá suportar os ônus da diminuição da taxa de lucro. É que, nas condições peculiares do capitalismo brasileiro, o controle direto ou indireto do Estado torna-se decisivo para a ampliação ou preservação da taxa de lucro, na medida em que este conserva os instrumentos fundamentais para a acumulação de capital expressos por exemplo na política de crédito e financiamento, subsídios, concessões, etc. Assegurar a participação direta em decisões dessa natureza numa conjuntura de crise, torna-se então crucial. Portanto, é hora de propor a abertura.

Dentro desse espírito vem o Projeto Brasil de Vilela, em coautoria com o ex-vice governador da Guanabara, Raphael de Almeida Magalhães. Surpreendentemente, o Projeto parece ir muito além das mais ousadas propostas reformistas existentes para o Brasil, lembrando em certos aspectos os modelos social — democratas aplicados na Europa.

Nesse sentido, traz afirmações como estas: "O Projeto Brasil defende como objetivos nacionais prioritários a eliminação da miséria e a redução das desigualdades". Ou então: "Para que as desigualdades não se agravem, quer que os assalariados voltem a ter poder real de negociação, que lhes tem sido negado como condição para o êxito da política econômica". "Propõe que os trabalhadores se transformem em acionistas das empresas que trabalham, pela apropriação em seu benefício de

parte dos lucros que ajudaram a formar". E tudo isto num clima de liberdade e participação política pois sugere um novo vínculo entre governantes e governados onde os órgãos da comunidade que vão desde os sindicatos até a associação de moradores constituiriam "o principal instrumento para enfrentar a tirania do estado e garantir a liberdade do homem".

Claro está que se o projeto contivesse propostas que viabilizassem tais objetivos, poderia representar uma forma efetiva de cooptação de largas parcelas da população brasileira. Mas não é este o caso, seja em algumas de suas definições específicas, seja na própria indefinição ou omissão de alguns pontos que deveriam ser considerados importantes, o projeto traz inapelavelmente a marca liberal, o que implica no aprofundamento de questões óbvias, inúteis ou irrelevantes, e tergiversações sobre questões fundamentais.

A dubiedade aparece, por exemplo, na questão da organização dos partidos políticos, um ponto central na discussão dos parâmetros de qualquer "nova" sociedade que se queira instaurar no país. Por um lado, o projeto define como questão de princípio que a sociedade deve ter ampla liberdade na constituição de partidos políticos, os quais organizariam livremente a luta pelo poder. De outro, observa algumas restrições suficientemente ambíguas para representar na prática restrições efetivamente agudas. A primeira delas é o dever de respeitar a forma de governo — com o que se preserva todas as especificidades da ordem vigente. A segunda é a exigência de que qualquer partido seja a priori um partido forte. Mais que isso, a constatação de que eles exprimem a vontade de parcelas ponderáveis da opinião nacional é feita "em seguida aos pleitos", o que abre espaço para dúvidas. Nem todos os partidos podem nascer fortes, sobretudo aqueles que venham a representar a vontade das parcelas econômica e politicamente oprimidas. Na realidade, estes se fazem fortes no processo de participação política. Além disso, se é no pós-pleito que se apura a legitimidade de uma agremiação política, o que isso pode vir a significar: a cassação dos mandatos de seus poucos representativamente eleitos? o fechamento dos pequenos partidos?

Estas indefinições sobre legislação partidária são substituídas por pródi-gas definições e desenvolvimento em detalhes quando o projeto trata das relações entre a burguesia, os empresários, e o estado. Por exemplo, procura definir mecanismos que assegurem maior participação dos empresários junto aos organismos oficiais de planejamento e financiamento. Neste campo, o projeto busca suprimir, eticamente, as impurezas dos mecanismos de decisão dos favores estatais, ao deslocá-los das entranhas do autoritarismo para a arena predieta (mas nem sempre) da burguesia: o parlamento.

Quanto à questão sindical, a timidez do projeto é patente, quando não contraditória com as declarações de intenção do preâmbulo. O radical posicionamento contra a tutela do estado sobre os sindicatos cessa ao admitir, em caso de impasse nas negociações entre patrões e trabalhadores, "a mediação do estado em instância adequada. Mas não como supressor do poder das partes".

Na verdade, esta é uma questão crucial — o desatrelamento estado-sindicalto é um ponto básico de qualquer programa de oposição sindical ou sindicatos combativos hoje no Brasil, representando uma reivindicação fundamental dos trabalhadores. Nessa medida, os limites do liberalismo — no que tange à concretização dos interesses dos trabalhadores — são bastante estreitos. Seu ponto de ruptura começa por diferenças de ênfase e enfoque nas formulações dos pontos centrais para o estabelecimento da democracia e desemboca, como não poderia deixar de ser, numa profunda divergência no que se refere à manutenção ou não do capitalismo.

Além do mais, tão vasto projeto não abriga sequer uma referência a aspectos como a Reforma Agrária, FGTS, Direito de Greve, e não aponta a forma de como se viabilizaria a intenção de distribuição de renda, nos marcos do capitalismo brasileiro, cuja evolução histórica não oferece, até agora, elementos para se vislumbrar esta perspectiva. Logo se vê, pois, que aquela auréola reformista nada mais faz que encobrir o sentido principal do projeto: recriar os canais de participação política para a própria burguesia, situada entre o povo e o regime autoritário.

(Maurício Borges e Sandra Starling)

JORNAL DO
BRASIL

Bethlem Apóia Figueiredo

Brasília — O Ministro do Exército, General Fernando Belfort Bethlem, declarou-se ontem "de acordo com a indicação do General João Baptista de Figueiredo para futuro Presidente da República", em nota oficial distribuída por seu gabinete. A nota constitui uma resposta a artigo que afirmava ter a candidatura Euler Bentes as simpatias do Ministro.

20/5/78

O ESTADO DE S. PAULO TOURINHO

Embora insistentes rumores indiquem que o general-de-exército Ayrton Pereira Tourinho já foi convidado para ser o candidato do MDB à Presidência da República, o chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército afirmou ontem que não foi consultado a respeito: "Não fui cogitado. Não fui convidado. Não falo de política".

Admitiu, porém, que tem ouvido "muitos boatos" sobre um segundo candidato e, quando lhe informaram que o general de reserva Euler Bentes Monteiro teria aceitado concorrer pelo MDB, Tourinho observou: "Não tem importância alguma. É um oficial da reserva, portanto não atinge a instituição". 16-5

Coesão Ameaçada

12-5

BRASILIA (Sucursal) — "Coesão ameaçada por descontentamentos mais fictícios que reais, intrigas inten-

cionais, frustrações ditadas por ambição política, tudo estimulado externamente pelos que desejam de novo conduzir o Exército e o Brasil a um passado de sofrimento, privações e indisciplina desconhecidos dos mais moços".

"Coesão ameaçada pelos que fingem ignorar a grande obra social da Revolução, pelos pregoeiros do derrotismo, da desconfiança, cassandras sempre desmentidas pelo progresso real do país apesar das naturais contradições do processo de desenvolvimento", disse o general Antônio Carlos de Andrada Serpa.

Assim que suas palavras começaram a circular pelos meios militares, receberam em diversos setores a interpretação de uma advertência clara e direta àqueles que estariam trabalhando em articulações, quer para desestabilizar o sistema, quer para gerar crises dentro das Forças Armadas. Mais que isso, suas palavras foram recebidas como um indicio de que o Governo tem pleno conhecimento das articulações.

PARA MILITARES, ABERTURA TAMBÉM É REVOLUCIONÁRIA

Da sucursal de
BRASILIA

"A Revolução como ação está no fim. Permanecerá a sua filosofia. Assim foram todas as revoluções, como a francesa: acabaram como ação, mas se perpetuaram como filosofia política. Porém a mudança de uma fase para a outra é naturalmente tumultuada." Dessa forma círculos militares ligados ao Palácio do Planalto interpretam os problemas surgidos ao final do mandato do general Ernesto Geisel, para eles "uma consequência natural da abertura política e da redemocratização do País".

Segundo esses militares, o aparecimento de focos descontentes — contrários à abertura ou favoráveis, é sua vigência imediata — eram fatos previsíveis, e há muito tempo esperados pelo governo, que os considera restritos e sem maior representatividade, principalmente entre os militares.

Partindo desse princípio — de que "a Revolução acabou como ação" —, depois de concluir pela falta de representatividade das forças descontentes, foi que o presidente Geisel projetou as reformas políticas e a sua sucessão. "As duas propostas estão

interligadas e o general Figueiredo está comprometido até a cabeça com o presidente Geisel e com o seu projeto de redemocratização do País" afirmam essas fontes.

A abertura, sempre segundo militares graduados de Brasília, ocorrerá basicamente, com o fim da legislação excepcional, e com um "rigoroso combate à corrupção", um objetivo comum do ex-presidente Castelo Branco e do general Geisel. "Ele se sentiria um homem frustrado se não fizesse isso. O presidente Geisel cassou mandatos, mas só Deus sabe o quanto ele se violentou por isso" — dizem.

Para essas fontes, não existe divisão nas Forças Armadas. Existem, sim, "interesses contrariados". Não se poderia afirmar, por exemplo, "que as Forças Armadas não estavam cientes de que o general Figueiredo era o escolhido do presidente Geisel. No almoço que ofereceram ao presidente no final do ano passado, no Clube Naval, Geisel comunicou a sua escolha a grupo de generais do Alto Comando, entre os quais se encontrava o general Ariel Pacca da Fonseca e eles pediram que fosse antecipado o anúncio formal da indicação de Figueiredo".

MOVIMENTO - 3/7/78

O que são as "reformas"...

Habeas Corpus

Histórico - Surgiu na Inglaterra. No Brasil, já estava previsto desde a Constituição de 1824.

Atual Legislação - Foi abolido para os delitos de fundo político (Artigo 10 do AI-5).

* As Reformas - O Habeas Corpus deverá voltar em toda a sua plenitude, sem restrição aos crimes previstos pela Lei de Segurança Nacional.

Mudanças - O Habeas Corpus reaparece em sua forma originária.

Garantias da Magistratura

Histórico - Surgiram com a Revolução Francesa. São três: vitaliciedade, irremovibilidade e irredutibilidade. No Brasil, apareceu já na Constituição de 1824.

Atual Legislação - Pelo AI-5, foram abolidas todas as garantias da magistratura.

As Reformas - As garantias da magistratura deverão retornar em sua totalidade.

Mudanças - As garantias da magistratura reaparecem sob a mesma forma em que estavam ao tempo em que foram abolidas.

Direitos Políticos

Histórico - Desde a nossa primeira Constituição, foram regulados os direitos de ser votado e de votar e de exercer mandato popular. Na época da escravidão, era proibido aos escravos o exercício dos direitos políticos.

Atual Legislação - Pelo AI-5, o presidente da República pode suspender os direitos políticos de qualquer cidadão. A lei de segurança nacional também prevê pena acessória de suspensão dos direitos.

* As Reformas - Cai o poder do presidente de suspender os direitos políticos.

Mudanças - Continua a pena acessória de suspensão dos direitos políticos pela L.S.N., mas o presidente não mais poderá suspender direitos políticos.

Mandatos Parlamentares

Histórico - Em todos os países civilizados (e no Brasil, até 1968), a cassação de mandatos parlamentares pelo executivo só é permitida com a concordância do parlamento.

Atual Legislação - Pelo AI-5, o presidente da República, após ouvir o Conselho de Segurança Nacional, pode cassar mandatos parlamentares, sem o prévio consentimento do Congresso.

* As Reformas - Desaparece o poder de cassação de mandatos pelo executivo.

Mudanças - O poder de cassação de mandatos políticos passa para o Supremo Tribunal Federal. Entretanto, basta que a denúncia oferecida pelo procurador geral da República seja aceita pelo STF para que de imediato, seja suspenso o mandato parlamentar até o julgamento final.

Banimento

Histórico - Não existem antecedentes históricos de tal instituto em nossa legislação.

Atual Legislação - Pelo AI-13, depois incorporado pelo AI-14 na Constituição, todos aqueles que foram ou vierem a ser banidos do país não poderão regressar e não terão reconhecidos seus direitos de cidadão brasileiro (passaporte, registro de filhos etc).

* As Reformas - Todos os banidos poderão retornar ao país e terão reconhecidos, no exterior, seus direitos de cidadão brasileiro. Po-

rém, a grande maioria dos banidos tem contra si condenações na justiça militar. Caso retornem, serão imediatamente presos para que cumpram suas penas.

Direito de greve

Histórico - Surgiu na revolução industrial, porém restrito somente aos casos de "extrema crueldade" e falta de pagamentos. No Brasil, só veio a ser regulamentado pela CLT (1º de maio de 1934b9).

Atual Legislação - Pela Lei 4.330/64, não pode ser exercido por motivos políticos ou solidariedade. O ritual burocrático requer um prazo de aproximadamente 90 dias para que uma greve possa ser decretada. O empregador pode recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho da decisão que decretou a greve, sendo julgada a decisão, que poderá ser revogada a qualquer momento.

* As Reformas - Nada falam sobre o direito de greve.

Mudanças - Nenhuma.

Incomunicabilidade

Histórico - Na lei penal brasileira, bem como na legislação penal dos países mais civilizados, a incomunicabilidade para os detidos é de três dias. Na legislação do III Reich, o prazo era de oito dias.

Atual Legislação - Pela Lei de Segurança Nacional, decreto 898/69, o prazo é de 10 dias. Nos casos incurso no código penal comum o prazo é de 3 dias.

* As Reformas - Nada falam sobre incomunicabilidade.

Mudanças - Nenhuma.

MOVIMENTO - 2/7/78

... e o que pensam delas

Ernesto Geisel - presidente da República:
"O projeto de reforma elimina do sistema legal os diplomas de exceção sem desarmar o Estado, antes dotando-o dos instrumentos necessários à defesa da sociedade e assegurando plenamente os direitos e garantias individuais".

Euler Bentes Monteiro - general da reserva, um dos líderes da "Frente Nacional de Redemocratização":

"O projeto apresentado pelo governo não institucionaliza um estado democrático. E, por já considerá-lo assim nos termos em que ele era conhecido anteriormente, é que me incluí na Frente, no sentido de uma proposta alternativa".

Paulo Brossard - senador (MDB-RS), líder do MDB no Senado:

"Aquilo que, no ano passado, seria um grande passo dado pelo governo no sentido da sua reconciliação com a nação brasileira e que seria recebido pela oposição como uma conquista hoje não satisfaz mais. Hoje, a nação não se satisfaz mais com paliativos.

Gilvan Rocha - senador (MDB-SE):

"O novo pacote que aí está chegando permite a continuidade do arbítrio, permite por exemplo o DOI-CODI, permite uma esdrúxula emergência a ser editada a bel-prazer do senhor Presidente da República, ouvindo somente funcionários por ele escolhidos".

Miguel Arraes - ex governador de Pernambuco, cassado em 1964:

"A simples abolição do AI-5 não representa o fim da repressão institucionalizada no Brasil. Na verdade, ele foi apenas substituído por outros dispositivos institucionais que concedem o mesmo poder autoritário".

Dr. Paulo Evaristo Arns - Cardeal - Arcebispo de São Paulo:

"Foi um progresso, mas as restrições ainda existentes me impressionaram muito".

Alceu Amoroso Lima - intelectual católico:
"Não gosto de reformas que vêm de cima para baixo".

Trechos do manifesto lançado em Belo Horizonte por trinta e duas entidades sindicais de todo o país:

Mais uma vez é dado à divulgação um pacote de reformas com que se pretende, à revelia da consulta à vontade popular, resolver os graves problemas institucionais e sociais que afetam a nação brasileira.

... Nós, trabalhadores, somos a maioria porque somos o povo brasileiro. Por isso mesmo não podemos ser submetidos a políticas impostas por minorias. Queremos desempenhar a nossa missão num regime verdadeiramente democrático. Queremos um sindicalismo livre e autônomo... Queremos reafirmar às autoridades que qualquer "reforma", feita sem consulta à população e sem considerar os anseios e atender aos interesses dos trabalhadores, não passa de uma nova forma de adiar a verdadeira solução do problema nacional.

Aurélio Perez - um dos líderes do Movimento do Custo de Vida em São Paulo.

"Em pontos fundamentais, a reforma não traz nada de novo. Dizem abolir o AI-5 e estabelecem as salvaguardas, que nós sabemos o que são e que podem ser bem piores que o AI-5. O exemplo mais claro disso é a eleição que se realiza no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, onde a fraude e a corrupção permanecem soltas e ninguém toma providências. Eu acho que as refor-

mas não mudam em nada a essência do regime.

Diretoria da União Estadual dos Estudantes de São Paulo:

"Só podemos dizer que o regime terminou quando tivemos uma anistia ampla e irrestrita, com o desmantelamento de todo o aparato repressivo; o fim de todos os atos e leis de exceção; e a convocação de uma Assembléia Constituinte livre, democrática e soberana".

Iramaya Benjamin - secretária do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA):

"A depender dessas reformas, tudo continuará como está, pois elas só atendem a um mínimo dos reclamos atuais de nossa sociedade. Vemos crescer com ímpeto a campanha por uma anistia ampla, geral e irrestrita para os perseguidos políticos, e, no presente, delinea-se, como o grande assunto político, a questão do desmantelamento dos órgãos de tortura e da punição dos torturadores, temas que fazem parte dos estatutos e do ideário do CBA. As coisas não ficarão como estão, não por mérito das reformas em questão, mas, ao contrário, apesar delas".

Margarida Vieira - secretária da Associação dos Professores Universitários de Minas Gerais:

"O regime ditatorial possui uma Constituição aprovada por um Congresso castrado e emendada seguidamente conforme as necessidades do momento. Qualquer pessoa sabe que muito do que está nesta Constituição é desrespeitado pelos próprios governantes. Só para dar um exemplo, a Constituição proíbe a violação da correspondência e o controle de comunicações telefônicas. Outra reforma da Constituição, portanto, não significa nada para quem conhece um pouco que seja da prática anterior.

FOLHA DE S. PAULO

Apresentada emenda Montoro

BRASILIA (Sucursal) — Com o apoio de 130 deputados e 28 senadores, inclusive oito da Arena (Magalhães Pinto, Teotônio Vilela, Acioli Filho, Otair Becker, Catete Pinheiro, Fausto Castelo Branco, Murilo Paraíso e Vasconcelos Torres), o senador Franco Montoro formalizou ontem perante a mesa do Congresso a anunciada emenda constitucional que restabelece os pleitos diretos para governador, vice-governador e senador.

O discurso com que o senador paulista encaminhou sua proposta suscitou amplo debate no plenário, dele participando o líder Eurico Resende, do governo, e os senadores Magalhães Pinto, Gilvan Rocha, Paulo Brossard, Itamar Franco, Leite Chaves e Orestes Quércia. Por duas vezes, o pronunciamento de Montoro foi interrompido pelas palmas dos opositoristas presentes em plenário: quando informou que o primeiro signatário da emenda era o senador Magalhães Pinto e quando disse que oito senadores da Arena haviam dado seu apoio ao projeto.

A emenda constitucional das eleições diretas para governadores e senadores, apresentada ontem, no Congresso Nacional pelo senador Franco Montoro, do MDB de São Paulo, poderá aglutinar mais apoio entre os arenistas do que a cúpula da Arena acredita — 20 ou 25 parlamentares, no máximo — e ameaçar, portanto, o cumprimento do pacote de abril de 1977.

O número de arenistas que foram marginalizados nos processos sucessórios es-

taduais recém-encerrados e de senadores e deputados da maioria que não vão candidatar-se à reeleição, em novembro próximo, oferece margem de manobra para aprovar a emenda Montoro, se todos aproveitarem a oportunidade e se limitarem a cumprir o programa partidário, no qual o pleito direto é um dos cimpromissos expressos da Arena.

Ao que se observava, porém, não seriam só os descontentes que contribuiriam para a aprovação da emen-

da. Na Arena, parlamentares muito ligados a setores de segurança do próprio governo estavam informados de que o pleito direto constituía um dos pilares do conceito de segurança nacional mais caro aos militares. Assim, acima de eventuais interesses partidários, expressos através da escolha de governadores indiretos, poderiam pesar preocupações muito mais relevantes no instante da decisão. 23-6-78

Golpe Branco

BRASILIA — A cúpula da Arena e do Congresso, incluindo os Srs Petrólio Portella, Francélio Pereira, Marco Maciel, os líderes Eurico Rezende e José Bonifácio, além de figuras expressivas como os Senadores Daniel Krieger e José Sarney, consideram a emenda constitucional do Senador Franco Montoro, restabelecendo a eleição direta na escolha dos governadores e de todo o Senado, um golpe branco por via legislativa.

Informado desse estado de espírito entre líderes e dirigentes arenistas, o Senador Franco Montoro procurou o Sr Petrólio Portella para lhe fazer uma exposição das razões que o levaram a apresentar aquela

proposição. O Senador paulista disse que o Governo deve acatar, sem qualquer constrangimento, uma possível aprovação de sua emenda constitucional, frisando que isto em nada o diminuiria.

Negociação

SHOPPING NEWS
● Outra curiosidade? Muito bem: senadores tanto do MDB quanto da Arena comentavam esta semana em Brasília que a emenda do senador paulista Franco Montoro, propondo a realização imediata de eleições diretas para governador e o arquivamento dos senadores biônicos, leva grande chance de ser aprovada no Congresso. Há quem diga até que não é impossível uma negociação com setores do Governo. Os dados fundamentais da negociação seriam mais ou menos estes: aprova-se a emenda e, em compensação, vota-se em Figueiredo.

● Não é a-toa que os articuladores da Frente de Redemocratização e os setores chamados autênticos do MDB não escondiam sua irritação com relação a Montoro e à sua emenda.

● Detalhe: uma alta fonte frentista confessava que ainda não se bolou uma tática para enfrentar a eventualidade de a emenda Montoro ser aprovada.

A maior concorrência

A diretoria da Itaipu Binacional, reunida ontem em Foz do Iguaçu, decidiu entregar as encomendas de todas as 18 turbinas e geradores da Hidrelétrica de Itaipu, no valor de 707 milhões 103 mil dólares, ao consórcio CIEM, liderado pela Mecânica Pesada S/A e integrado pela Bardella Brown Boveri, Siemens, Voith, Creusot-Loire e Société Alsthom Atlantique.

A proposta do consórcio europeu foi considerada mais vantajosa — tanto em relação a preços, quanto às condições de financiamento

e índices de nacionalização — do que as apresentadas pelos dois outros consórcios concorrentes que disputavam a maior encomenda mundial do setor hidrelétrico: o GE e o Internac, liderado pela Westinghouse e integrado por empresas japonesas.

RAZÕES DA ESCOLHA

Do total de 707 milhões 130 mil dólares, cerca de 60 a 70 milhões correspondem a componentes que serão

fabricados no Paraguai, pela empresa Consórcio de Engenharia Eletromecânica-CIE.

Um parte dos equipamentos, no valor de 200 milhões de dólares, corresponde a equipamentos importados da Alemanha, França e Suíça.

BARDELLA VÊ LIDERANÇA NACIONAL

São Paulo — "Com essa vitória, a indústria nacional de bens de capital se consolidou na liderança mundial para o fornecimento de equipamentos eletromecânicos para a geração de energia hidrelétrica", afirmou o vice-presidente executivo da Bardella, Cláudio Bardella.

O Sr Bardella disse que "o Paraguai afirmou na decisão da escolha do consórcio vencedor, pois exigiu os maiores in-

dices de nacionalização, o que só nós poderíamos oferecer, como ficou comprovado. E' bom ficar claro que, com essa decisão, o Paraguai e o Brasil terão aqui a tecnologia mais avançada do setor de produção de equipamentos eletromecânicos. Isso dá à indústria nacional um poder de barganha em termos internacionais, pois a partir de agora, pode até ditar os preços. Essa é a maior negociação para fornecimento de equipamentos do mundo". J.B. 21/6/78

JORNAL DO BRASIL
27/6/78

MANIFESTO DOS EMPRESÁRIOS

São Paulo — Em documento político onde manifestam sua convicção de que o sistema da livre iniciativa no Brasil pode ser duradouro, "se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade", oito líderes empresariais, reunidos ontem nesta Capital, apontaram a questão social "como um dos problemas básicos da nação", sustentando que "qualquer política social consequente" deve basear-se "numa política salarial justa".

Os oito signatários do documento — Srs Cláudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antônio Ermirio de Moraes, Paulo Villares, Paulo d'Afrigo Vellinho, Laerte Setúbal Filho e Jorge Gerdau Johannpeter — foram apontados numa enquete entre 800 empresários, há um ano, entre os 10 mais representativos líderes de sua classe. Destes, só não assinaram os Srs Amador Aguiar e Augusto Trajano de Azevedo Antunes, que não participaram da elaboração do documento alegando falta de tempo.

Energia nuclear

No debate que reuniu ontem os oito empresários no Clube Monte Líbano, para divulgação do documento, o Sr Antônio Ermirio de Moraes considerou que, "antes de chegar à utilização da energia nuclear no país, o Brasil deveria es-

gotar as fontes de geração hidrelétrica e o carvão. A energia nuclear ainda é muito cara para nós, enquanto as outras são mais baratas e exequíveis em termos de exploração", justificou.

Para o Sr Cláudio Bardella, "o Governo tem várias prioridades, mas precisa agora ater-se à que de fato é a principal: a solução do grande problema energético".

Revolução copernicana

um caráter de contestação ou destruição". O Sr Mindlin concordou com ele e afirmou: "Não é um confronto com a equipe econômica do atual Governo. Mostra uma preocupação real com o país. O importante é construir um debate e um diálogo para se encontrarem as soluções. Estamos vivendo uma fase de transição de Governo, e é preciso que se evite que isso seja apenas uma mudança de guarda, mas sim a hora da discussão de prioridades".

O Sr Severo Gomes, ao comentar o documento divulgado pelo grupo, salientou que "é uma revolução copernicana que tenta reformular as coisas, mas não tem

O Sr Cláudio Bardella disse que "é importante ressaltar que não se pensa no comunismo com a abertura, mas sim no crescimento pelo capitalismo. Com a abertura, os conflitos de classe e de interesses deverão crescer. Temos que aceitar as vantagens e as desvantagens do regime capitalista" — observou.

O Sr Setúbal Filho disse que "uma abertura política não levará ao socialismo". O Sr Johannpeter salientou em complementação ao Sr Setúbal Filho que "não há uma solução única e milagrosa para os problemas do país. E' preciso discutir para se chegar a uma conclusão".

Forças emergentes

O Sr Severo Gomes salientou que "qualquer Presidente que venha a ser eleito terá que governar com as forças emergentes do país". "Não há posição partidária por parte do empresariado — continuou o Sr Severo Gomes — e esse documento também terá como novos aderentes os bancos, a médio prazo". O Sr Bardella disse que "não se busca reviver o PSD ou se vincular à Frente de Redemocratização".

"Estamos pensando a longo prazo", completou o Sr Johannpeter, acrescentando que "a atitude filosófica do empresariado é construtiva. O empresário quer construir para o futuro". Nesse ponto, o Sr Mindlin foi incisivo e disse: "Os empresários não querem criar um partido próprio".

O Sr Severo Gomes, ao final dos debates, disse que "no Brasil o Estado controla a sociedade, quando na verdade é a sociedade que deve controlar o Estado". O Sr Johannpeter, descontraído, concluiu: "O importante é o desenvolvimento. O importante é chegar lá".

JORNAL DO BRASIL
27/6/78

O documento dos oito

"Há pouco menos de um ano, quando fomos escolhidos (como os mais destacados líderes empresariais), na consulta de opinião promovida pela Gazeta Mercantil e divulgada por ocasião do lançamento da revista *Balanco Anual*, concordamos em que seria conveniente nos reunirmos periodicamente em um fórum para debater os grandes problemas nacionais. Já estava claro que o momento brasileiro exigia dos empresários, mais do que nunca, reflexão sobre questões de grande amplitude.

Na qualidade de dirigentes de empresas e, como tal, conscientes da

dimensão social e mesmo política de nossa atividade, pensamos submeter nossas idéias ao exame dos vários setores da sociedade brasileira e, em especial, dos homens públicos e do empresariado. Desejamos expressar nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira. Se, porventura, as opiniões aqui expressas servirem de alguma forma para delinear os caminhos do futuro, acreditamos ter dado,

ainda que modestamente, nossa contribuição de cidadãos atuantes.

A ênfase no desenvolvimento industrial — e sobre isso parece haver consenso — deverá repousar sobre a indústria de base. Neste sentido, cumpre hierarquizar corretamente as prioridades, abandonando objetivos inatingíveis, e executar com eficiência o programa de substituição de importações. Evidentemente, os demais setores, em especial o de bens de consumo de massa, deverão acompanhar o ritmo de expansão da indústria de base, de modo a se evitarem estrangulamentos.

Sabemos que o almejado equilíbrio entre os três protagonistas principais do processo de industrialização ainda está longe de ser alcançado. A empresa privada nacional padece de fragilidade preocupante, a empresa pública escapou dos controles da sociedade e a empresa estrangeira não está disciplinada por normas mais adequadas e claras de atuação.

O outro protagonista a que aludimos, a empresa estrangeira, tem desempenhado um papel inegável na construção da economia de mercado no Brasil. E nem desejamos prescindir de sua participação no futuro. Mas já está na hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro, através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco. Devemos definir com precisão regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras, a partir das conveniências nacionais, estabelecidas pela política industrial em seu conjunto. Não

se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a nação entre os parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional.

A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado em sua elaboração. Os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas.

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que per-

mita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classe — o regime democrático. Mais que isto, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que projetam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade.

Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito, com o desejo de contribuir, que submetemos nossas idéias ao debate do conjunto da sociedade brasileira, e em especial de nossos colegas empresários e dos homens públicos".

VELLOSO: DOCUMENTO DESEQUILIBRADO

"Interessante", "um pouco geral demais", "nada em comum com a tradição fundamental com a orientação do Governo", foram alguns dos termos usados ontem pelo Ministro da Fazenda, ao comentar rapidamente o documento dos oito empresários, lançado anteontem em São Paulo.

No documento — segundo

a opinião do Ministro Velloso — existem alguns desequilíbrios porque, embora os empresários se manifestem preocupados com a estratégia de longo prazo, "eles acabam refletindo muito os problemas de um determinado setor da economia, pois são todos da mesma área de atuação, exceto o Severo Gomes".

O Ministro do Planejamento, Reis Velloso, considerou o documento dos empresários "bem razoável e significativo nos pontos relacionados com a postura política e o desenvolvimento social", mas "muito genérico e desequilibrado nos aspectos econômicos".

Na questão dos salários o

Ministro Velloso entendeu que as reivindicações apresentadas "estão o rigorosamente de acordo com aquilo pretendido pelo Governo". No entanto, fez algumas ressalvas a propósito da política salarial dizendo que um maior equilíbrio neste setor depende "mais da classe empresarial do que do Governo". JB 28/6/78

EM TEMPO N.º 18

Empresários querem dar as cartas

Pela primeira vez, desde os idos do populismo, um segmento importante da burguesia brasileira mostra-se determinado a conduzir diretamente os destinos da Nação, apresentando um projeto "de desenvolvimento econômico fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas".

O manifesto da nova burguesia esclarecida, trazido a público no começo da semana, não deixa de ser o coroamento do processo de transformação da estrutura produtiva que vem dotando o capitalismo brasileiro de feições modernas, distintas daquelas que tinha há vinte anos, quando Juscelino Kubistchek acionava o Plano de Metas.

Não é átoa, que os mais conhecidos signatários do Primeiro Documento dos Empresários sejam também os porta-vozes da indústria de máquinas e equipamentos (os bens de capital), setor que hoje se apresenta como um dos mais prósperos do país. A maior auto-suficiência do parque industrial brasileiro — até pouco tempo fortemente atrelado ao fornecimento externo de máquinas, equipamentos e tecnologia sofisticada — permitida pela expansão da produção interna destes bens, aponta para a supressão das onerosas importações que sobrecarregam nossas contas externas. Ademais, implicará no rompimento da ênfase consumista que o desenvolvimento capitalista baseado nos bens de consumo duráveis supõe. Enfim, redefinição com

respeito aos laços com o capital estrangeiro: um capitalismo menos predatório e mais autônomo.

Prioridade para a produção de máquinas e equipamentos e primeiro plano para os grupos nacionais na parceria dos donos do país; enfim, a hegemonia para a fração monopolista da burguesia brasileira. Mas a proposta não se restringe a mudanças na área econômica. E aí está a novidade.

As divergências entre os parceiros do poder — acirradas pelas dificuldades econômicas que o país enfrenta — dizem respeito tanto aos rumos a serem seguidos pelas economias como à forma pela qual os negócios da burguesia serão geridos. Em poucas palavras: as forças armadas continuarão como tutoras ou a burguesia vai se emancipar?

Os tímidos e conservadores preferem a segurança da tutela militar, pedindo "maior cautela" no projeto de abertura política (vide o documento de 102 assinaturas divulgado no 02/06/78). Então com a candidatura Figueiredo. Os mais lúcios e perspicazes observam o que se passa além das paredes de suas empresas ou das cercas de suas fazendas.

Levantam a bandeira de uma "política salarial justa, que leve em conta, de fato, o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade médios da economia". Preocupam-se em orientar os gastos públicos na direção dos setores de saneamento; saúde; habitação; transportes e educação. Em

síntese: propõem melhores salários e melhores condições de vida.

Não se trata somente do fato de que é preciso ampliar a arena de discussão para as próprias classes dominantes resolverem suas distensões e desacordos. Os empresários de vanguarda, picados pela mosca da social-democracia europeia e venezuelana, vislumbram instituir algumas reformas que garantam melhora nas condições de vida e de trabalho da classe operária e, concomitantemente, abram os canais para uma colaboração de classes. Afinal, a social-democracia portuguesa e seu tímido reformismo aí estão para demonstrar que o anti-comunismo dos socialistas entre aspas é também um eficiente guardião dos interesses da burguesia.

É preciso, pois, ousar. Para prescindir da repressão ostensiva e permanente, a burguesia tem de exercer seu domínio econômico mobilizando amplos setores sociais a seu favor. Aos riscos da liberdade sindical (e talvez mesmo partidária) os empresários do Primeiro Documento pretendem garantir lucros extorquidos de maneira mais moderna. É por isso que se dirigem à toda sociedade e propõem algumas medidas de caráter progressista.

Melhor para os trabalhadores. Se não é este o seu programa, nem esta a democracia que mais os interessa, o espaço político que se abre só pode favorecê-los no caminho que terão de percorrer para construir seu próprio destino.

(Guido Mantega e Maria Moraes)